



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 73

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 1968

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 15 de maio de 1968, às 21 horas e 30 minutos
(QUARTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1968, que altera o art. 100 da Constituição do Brasil (Aposentadoria dos funcionários), tendo Parecer, sob nº 20, de 1968, da Comissão Mista, contrário ao Projeto.

SESSÃO CONJUNTA

Em 16 de maio de 1968, às 21 horas e 30 minutos
(QUINTA-FEIRA)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1968, que suprime o art. 58 e seu parágrafo único da Constituição, tendo Parecer, sob nº 21, de 1968 (CN), da Comissão Mista, contrário ao Projeto com voto vencido do Sr. Senador Josaphat Marinho.

CALENDÁRIO DAS SESSÕES DO CONGRESSO A SEREM REALIZADAS NO MÊS DE MAIO DO CORRENTE ANO

DIA 15 DE MAIO DE 1968, AS 21 HORAS E 30 MINUTOS
QUARTA-FEIRA

P.E.C. nº 1-68 — que altera o art. 100 da Constituição do Brasil (aposentadoria dos funcionários).

DIA 16 DE MAIO DE 1968, AS 21 HORAS E 30 MINUTOS
QUINTA-FEIRA

P.E.C. nº 2-68 — que suprime o art. 58 e seu parágrafo único da Constituição.

DIA 21 DE MAIO DE 1968, AS 21 HORAS E 30 MINUTOS
TERÇA-FEIRA

P.E.C. nº 3-68 — que suprime o inciso I do art. 60 da Constituição, e dá outras providências.

DIA 22 DE MAIO DE 1968, AS 21 HORAS E 30 MINUTOS
QUARTA-FEIRA

PL 13/68 (CN) — que declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea "b", da Constituição, os municípios que especifica, e dá outras providências.

DIA 23 DE MAIO DE 1968, AS 9.00 HORAS DA MANHÃ
QUINTA-FEIRA

PL 14/68 (CN) — que dispõe sobre a redução e isenção de impostos na exportação e na importação.

DIA 2º DE MAIO DE 1968, AS 9.00 HORAS DA MANHÃ
TERÇA-FEIRA

PL 15/68 (CN) — que institui o sistema de sublegendas, e dá outras providências.

CALENDÁRIO DOS VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS PELO CONGRESSO NACIONAL

DIA 2º DE MAIO, AS 21.30 HORAS — (4ª FEIRA) —

Projeto no S.F. 37-68 — C.D. 4.462-68 — Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências.

Projeto no S.F. 186-62 — C.D. 1.031-59 — Dispõe sobre as Polícias Militares e dá outras providências.

DIA 2º DE MAIO DE 1968, AS 21.30 HORAS — (5ª FEIRA)

Projeto no S.F. 141-67 — C.D. 277-67 — Reabre o prazo de reclusão no Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara do pessoal do Quadro do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal.

Projeto no S.F. 2-68 — C.D. 744-67 — Modifica a redação do art. 11 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário dos dias feriados civis e religiosos.

Projeto no S.F. 4-68 — (CN) — Acrescenta parágrafo único no art. 2º do Decreto-lei nº 132, de 1º de fevereiro de 1967 e dispõe sobre as condições de ingresso no Instituto Militar de Engenharia de Oficiais da Ativa das Armas e do Quadro de Material Bélico.

Projeto no S.F. 76-67 — C.D. 1.813-64 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial de NC\$ 600.000,00, destinado à regularização de despesas de pessoal da Fundação Brasil Central.

PARECEER Nº 24, de 1968 (C.N.)

Dá Comissão Mista sobre o Projeto de Lei nº 13-68 (C.N.) — que "Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea "b", da Constituição, os Municípios que especifica e dá outras providências."

Relator: Deputado João Roma.

A Comissão Mista designada para emitir parecer, ao Projeto de Lei nº 13-68 (C.N.) que "Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea "b", da Constituição, os Municípios que especifica e dá outras providências", aprovou o projeto o parecer do Relator,

as emendas números 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75 e 81 (com pareceres favoráveis) subemenda número 1 à emenda nº 75 e rejeitou as de ns. 1 a 67, 70, 72, 73, 77 e 79.

Sala das Comissões, 9 de maio de 1968. — José Rollemberg Leite, Presidente; João Roma, Relator; Altino Fontana; Manoel Villaga; Eurico Rezende; Euclides Triches; José Lindoso; Jesus Gomes; Achilles Cruz; Wilson Martins, vencido; Elias Carmo; Cicero Dantas; Aldo Fagundes (de acordo com o voto do Senador Josaphat Marinho); Antônio Annubelli, vencido; Gezeira Neto, (vencido por julgar o processo inconstitucional e contra a segurança nacional); Mario Maia, vencido, conforme declaração de voto anexo; Mário Martins, vencido; Luiz de Barros; Josaphat Marinho, Vencido, nos termos do voto em separado.

RELATÓRIO

Relator: Deputado João Roma.

A seleção dos municípios considerados de interesse da segurança nacional enquadra-se numa política de caráter global e ficou subordinada a diversos conceitos de segurança nacional.

Segundo conceito amplo, a Segurança Nacional é o "grau relativo de garantia que — por meio de ações políticas, psico-sociais, econômicas e militares — o Estado proporciona à Nação que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos internos e externos."

Como, em circunstâncias normais, não se deve admitir a preponderância de considerações de caráter militar sobre as de caráter político, psico-social ou econômico, também procurou-se ajustar o julgamento aos conceitos, segundo os quais, Segurança Nacional é:

"Um estado de garantia para o grupo nacional do perigo de perda das suas liberdades essenciais, recursos e oportunidade" e

"O resguardo do patrimônio social, territorial, econômico, político e psicológico de uma Nação."

Por outro lado, a perfeita inteligência do critério adotado exige algumas considerações de caráter geopolítico.

Para Nicholas John Spykman "da análise dos fatores geográficos será possível considerar os problemas da segurança em termos geográficos, de tal maneira que as conclusões a que se chegue sejam de uso direto e imediato para os homens do Estado encarregados de formular a política exterior."

Afirma que Geopolítica é o "planejamento da política de segurança de um país em termos de seus fatores geográficos."

Strausz-Hupé conceitua a Geopolítica como sendo um "projeto de estratégia política de caráter global".

O mestre brasileiro Everardo Backeuser define a Geopolítica como "política feita em decorrência das condições geográficas."

Dentro dessa linha de entendimento e segundo o próprio texto do Projeto de Lei nº 13, de 1968, (CN) os municípios declarados de interesse da segurança nacional, podem ser reunidos em dois grupos distintos:

Primeiro — o dos que se situam na Faixa de Fronteira;

Segundo — o dos que se situam na Orla Marítima.

I — A Segurança Nacional no Direito Brasileiro

O interesse do Governo do Brasil à defesa da nossa faixa de fronteira foi manifestado desde 1850, no Artigo 1º da Lei nº 601, que estabelece:

"Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente."

A Constituição de 1891 determina no seu art. 64:

"Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção de território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais."

Pela Constituição de 1934, art. 166:

"Dentro de uma faixa de cem quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação e a abertura destas se efetuarão sem audiência do Conselho Superior de

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

ASSESSOR DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nos edifícios do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

Segurança, estabelecendo este o predomínio de capitais e trabalhadores nacionais e determinando as ligações interiores necessárias à defesa das zonas servidas pelas estradas de penetração.

§ 1º Proceder-se-á do mesmo modo em relação ao estabelecimento, nessa faixa, de indústrias, inclusive de transportes, que interessem à segurança nacional.

§ 2º O Conselho Superior de Segurança Nacional organizará a relação das indústrias acima referidas, que revistam esse caráter, podendo, em todo o tempo, rever e modificar a mesma relação, que deverá ser por ele comunicada aos governos locais."

Segundo a Constituição de 1937, art. 165:

"Dentro de uma faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderá efetivar-se sem audiência do Conselho Superior da Segurança Nacional, e a lei providenciará para que nas indústrias situadas no interior da referida faixa predominem os capitais e trabalhadores de origem nacional."

Parágrafo único. As indústrias que interessarem à segurança nacional só poderão estabelecer-se na faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo das fronteiras, quívdo o Conselho de Segurança Nacional, que organizará a relação das mesmas, podendo a todo o tempo revê-la e modificá-la."

A Constituição de 1946 estabelece no art. 180:

"Nas zonas indispensáveis à defesa do país, não se permitirá, sem prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional:

I — qualquer ato referente a concessão de terras, a abertura de vias de comunicação e a instalação de meios de transmissão;

II — a construção de pontes e estradas internacionais;

III — o estabelecimento ou exploração de quaisquer indústrias que interessem à segurança do País.

§ 1º A lei especificará as zonas indispensáveis à defesa nacional, regulará sua utilização e assegurará, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros.

§ 2º As autorizações de que tratam os ns. I, II e III poderão, em qualquer tempo, ser notificadas ou cassadas pelo Conselho de Segurança Nacional."

Finalmente, segundo o art. 91 da atual Constituição do Brasil:

"Compete ao Conselho de Segurança Nacional:

I — o estudo dos problemas relativos à segurança nacional, com a cooperação dos órgãos de informação e dos incumbidos de preparar a mobilização nacional e as operações militares;

II — nas áreas indispensáveis à segurança nacional, dar assentimento prévio para:

a) concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação;

b) construção de pontes e estradas internacionais e campos de pouso;

c) estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional;

III — modificar ou cassar as concessões ou autorizações referidas no item anterior.

Parágrafo único. A lei especificará as áreas indispensáveis à segurança nacional, regulará sua utilização e assegurará, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros."

II — A Faixa de Fronteira

Por conseguinte, desde o tempo do Império e em todas as Constituições da República, a faixa de fronteira é considerada zona de interesse da segurança nacional.

A Lei nº 2.597, de 12 de setembro de 1955, que dispõe sobre "zonas indispensáveis à defesa do país", considera como área indispensável à segurança nacional a faixa interna delimitada por linha equidistante da linha divisória do território nacional e dela afastada de cento e cinquenta (150) quilômetros.

O artigo 5º da mesma Lei 2.597 observa que:

"Além das obrigações decorrentes do artigo anterior, cabe ao Poder Executivo a criação de colônias agrícolas e núcleos rurais de recuperação do elemento humano nacional onde se tornar necessário, bem como estabelecer, por proposta e nos locais indicados pelo Conselho de Segurança Nacional, colônias militares com o mesmo objetivo."

O Decreto-lei nº 1.351, de 16 de junho de 1939, que trata de colônias militares de fronteira, estabelece no seu artigo 1º:

"Serão criadas colônias militares de fronteiras, em locais escolhidos pelo Conselho de Segurança Nacional, dentro da faixa de 150 quilômetros a que se refere o artigo 165 da Constituição Federal, e subordinadas diretamente ao Ministério da Guerra.

Parágrafo único: Visam elas:

a) nacionalizar as fronteiras do país, particularmente aquelas não assinaladas por obstáculos naturais;

b) criar núcleos de população nacional nos trechos das fronteiras situadas defronte das zonas ou localidades prósperas de país vizinho, bem como nos daquelas onde haja vias ou facilidades de comunicação (rios navegáveis, estradas ou campos) que deem franco acesso ao território brasileiro;

c) promover o desenvolvimento da população nacional nas zonas ou localidades das fronteiras onde haja exploração de minas, indústria pastoril ou agrícola, em mãos de estrangeiros do país limítrofe."

A Faixa de Fronteira foi considerada zona prioritária para fins de colonização para que o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária pudesse exercer nas terras devolutas daquela área as atividades previstas no Estatuto da Terra.

Por ser a Faixa de Fronteiras considerada área de interesse da segurança nacional o Ministério do Exército tem concorrido para estimular o seu desenvolvimento e melhorar as suas condições de segurança construindo estradas, campos de pouso, barragem etc. Além disso, mantém nos Destacamentos de Fronteiras unidades escolares que geralmente, são as únicas a atenderem as populações locais.

Como decorrência de sérias agitações de caráter social ocorridas na fronteira do sudoeste do estado do Paraná, o Governo, pelo Decreto número 50.379, de 27 de março de 1961, declarou de utilidade pública para fins de desapropriação a gleba "Missões" e parte da gleba "Chopin", situadas na Faixa de Fronteira, no estado do Paraná.

As referidas glebas abrangem, parcial ou totalmente, os seguintes municípios da Faixa de Fronteira: Matelândia; Capanema; Planalto; Pérola D'Oeste; Santo Antônio do Sudoeste; Barracão; Salgado Filho; Francisco Beltrão; Vere; Enéas Marques; Ampére; Santa Izabel do Oeste; Realeza; Capitão Leônidas Marques; Catanduvas; Salto do Lontra; Dois Vizinhos; e São José D'Oeste.

Pelo Decreto nº 51.431, de 19 de março de 1962, ficou instituído um Grupo Executivo para programar o executar os trabalhos necessários à efetivação dos objetivos determinados no referido Decreto nº 50.379-61.

A direção do Grupo Executivo foi, de acordo com o Decreto nº 51.431 de 1962, atribuída a um oficial do Conselho de Segurança Nacional.

O Ministério das Relações Exteriores, responsável pela demarcação das nossas raias internacionais e, por conseguinte, pela caracterização dos limites internacionais dos municípios fronteiriços, preocupado com a situação das nossas fronteiras, pôs em execução o chamado "Plano Itamarati I", para dinamizar a fronteira sul do país, com auxílio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e de entidades internacionais.

A Superintendência da Fronteira Sudoeste, hoje Sudeul, órgão do Ministério do Interior, tem por finalidade, dentre outras,

— estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento da fronteira sudoeste do país;

— executar diretamente mediante convênio, acordo, ajuste ou contrato, os projetos referentes ao desenvolvimento da região; e

— coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira à mesma região."

E a Superintendência da Região Centro Oeste (SUDECO), órgão também do Ministério do Interior, criada em dezembro último, estabeleceu entre seus objetivos:

— fixação de populações regionais, especialmente no que concerne à zonas de fronteira."

Por conseguinte (mesmo sem citar a participação direta de outros ministérios e órgãos da União na execução de trabalhos e serviços, bem como na realização de obras em municípios situados na Faixa de Fronteira pela incontestável razão de ser esta área importante para a segurança nacional), verifica-se que as intervenções que a União vem realizando nos numerosos municípios fronteiriços, embora sempre com o elevado propósito de preservar a segurança nacional, têm se traduzido, na prática, em estímulos ao desenvolvimento econômico e na melhoria das condições sociais.

O Conselho de Segurança Nacional por intermédio da Comissão Especial da Faixa Fronteira, já concedeu auxílios aos seguintes municípios da Faixa de Fronteira:

a) No Estado do Rio Grande do Sul Municípios de: Alegrete; Aratiba;

Arroio Grande; Campinas do Sul; Gangussu; Carazinho; Catupei; Crissum; Cruz Alta; Dom Pedrito; Erechim; Frederico Westphalen; Gruta; Hironzontina; Humaitá; Ijuí; Iraí; Itaqui; Jaguarão; Jaguarí; Lavras do Sul; Nonoai; Palmeira das Missões; Panambi; Pelotas; Pinheiro Machado; Porto Lucena; Quarai; Rio Grande; Rosário do Sul; Santana do Livramento; Santa Rosa; Santa Vitoria do Palmar; Santiago; Santo Angelo; Santo Augusto; Santo Cristo; São Borja; São Francisco de Assis; São Gabriel; São Jorge do Norte; São Luiz Gonzaga; São Pedro do Sul; São Valentim; Sarandi; Seheri; Tenente Portela; Três de Maio; Três Passos; Tucunduba; Tupareti; Tuparendi; e Uruguayana.

b) *No Estado de Santa Catarina*
Municípios de: Chapecó; Descanso; Dionísio Cerqueira; Itá; Itapiranga; Mondai; Palmitos; São Carlos; São Miguel D'Oeste; Senra; Xaxim e Xanxerê.

a) *No Estado do Paraná*
Municípios de: Barracão; Capaneva; Catavel; Chopinzinho; Cleveândia; Dois Vizinhos; Foz do Iguaçu; Guarani; Francisco Beltrão; Marreleiro; Maripolis; Marechal Cândido Rondon; Matelândia; Medianeira; Pato Branco; Palotina; Pérola D'Oeste; Renascença; Santo Antônio do Sudoeste; São João; São Miguel do Iguaçu; Toledo; Ubraia; e Vitória.

d) *No Estado do Mato Grosso*
Municípios de: Cáceres; Dourados; e Ponta Porã.

e) *No Estado do Amazonas*
Município de: Benjamin Constant. Todavia, muitos dos auxílios concedidos pela Comissão Especial, da Faixa de Fronteiras, lastimavelmente, não foram aplicados em benefício dos municípios, por incapacidade administrativa de muitos prefeitos e pelo desvio de verbas realizado por alguns.

Só no Estado do Rio Grande do Sul até a presente data, vinte e três Prefeitos ainda não puderam comprovar a aplicação das verbas que lhes foram concedidas a títulos de auxílio. No Estado de Santa Catarina, duas, e no Estado do Paraná, dez.

Verifica-se, por conseguinte, que o Conselho de Segurança Nacional ao considerar um município de interesse da segurança nacional, não tem em vista a simples eliminação de qualquer parcela da autonomia municipal fundamentada na Constituição, mas o elevado e indeclinável propósito de conciliar para que respeitáveis cidadãs nacionais possam contar com governos municipais que lhes proporcionem uma administração capaz de promover o desenvolvimento econômico e assegurar a paz social tão necessárias nas regiões de importância para a segurança nacional.

Estão referidas até aqui, vários trechos da própria Mensagem governamental.

II — Desenvolvimento Econômico, Objetivo Atual

O simples exame da presente conjuntura da América Latina mostra que o nosso grande Objetivo Atual deve ser um maior estímulo ao desenvolvimento econômico.

A América Latina já está esgotando as potencialidades de um desenvolvimento baseado na substituição de importações.

Isso significa que seu dinamismo vai ficar subornado e criação de novos mercados, o que não será nada fácil, pois que as alturas industriais já se aparam com a perda inexorável de seus mercados tradicionais.

Por outro lado, os produtos primários exportados pelos latino-americanos, além de serem desvalorizados, estão enfrentando sérias restrições nos mercados internacionais, diante da

competição de novos concorrentes que contam com maiores facilidades de transporte, ou mão-de-obra mais barata.

Problemas dos pequenos países da América Latina ainda é bem mais grave. Como seus diminutos mercados internos não permitem a criação de indústrias de substituição, o seu desenvolvimento tenderá à inevitável estagnação.

Para Garrido Tórres, "a América Latina terá necessariamente de evoluir com rapidez para um estágio superior de produção que lhe possibilite significativo grau de auto-dependência. Sem a colimação desta, não poderá aspirar à prosperidade correspondente aos enormes recursos naturais e humanos de que dispõe e a explorá-los primordialmente em seu proveito. Os primeiros são complementares quando se considera a região como um todo. Caberia, então, desviar o processo histórico de seu curso atual (de produção primária orientada para os mercados ultramarinos e de produção industrial em função de pequenos mercados nacionais estanques, de competição nos primeiros e de despreço aos custos comparados em relação aos segundos) para o da integração e o da especialização dentro da moldura de um mercado regional. Se este desenvolvimento foi prejudicado pela extrema divisão política de seu território e se a justificativa para um grande mercado latino-americano sempre existiu, já agora este se torna impossível tanto por motivos de ordem endógena quanto exógena. É que a tendência da economia universal para se reestruturar em grandes espaços econômicos torna-se crescentemente clara. Se a América Latina não a seguir, os países que a compõem manterão a triste condição de tributários de interações alheias".

Venâncio Flores, Deputado pelo Partido Democrata Cristiano do Uruguai, afirma que o Sistema Interamericano deve ser o instrumento decisivo para promover a integração política, econômica e social da América Latina.

Observa que "deve ficar bem claro, para os círculos dirigentes e para a opinião pública de toda a América, que o regime de convivência continental organizada em função de vinte países subdesenvolvidos, com vinte fronteiras e vinte aduanas, com vinte pequenos mercados nacionais e vinte "interesses nacionais" sempre distintos e amidos contraditórios, está definitivamente esgotado e não oferece a estes países nenhuma possibilidade de escavar a subordinação política, ao atraso cultural e social e à inferioridade econômica".

Reynold E. Carlson, resumando os debates da "Conferência para as Tensões no Desenvolvimento do Hemisfério Ocidental", realizada em 1962, na Bahia, reconhece: "A América Latina vê bem que a fragmentação dos seus mercados, das suas políticas gerais e das suas políticas econômicas prejudicam sua influência em relação com o resto do mundo. O povo lá tem sua independência há suficiente tempo para compreender que ela pouco significa em termos de poder mundial. De lá, a urgência dos esforços para uma unificação mais rápida."

"Os países industrializados sentem a verdadeira ameaça externa e para eles, a Guerra Fria não ser definida como um problema de segurança. Para a América Latina, a ameaça é interna, dividida ao ser desenvolvimento econômico, sem o qual a estabilidade política e social já atingida no mundo desenvolvido nunca obtida".

"A terceira dimensão no impulso para um novo lugar no mundo é cultural. A América Latina tem aspirações de democracia, liberdade e justiça social, que se propõe alcançar dentro do contexto da sua própria personalidade histórica. Construir maior unidade econômica e política serve

para consolidar a fé nos seus próprios valores culturais, como fator importante na sua impressão sobre o mundo".

Felipe Herrera, do Chile — Presidente do Banco de Desenvolvimento Interamericano — é bem claro: "Se a América Latina deseja recuperar o tempo perdido, terá de acelerar o passo da sua integração econômica e, para esse fim, terá de encarar valentemente a necessidade da integração política. Ambas as perspectivas são grandemente favorecidas por muitas condições e circunstâncias das suas situações geográficas, históricas e humanas. A América Latina não é um grupo de nações; é uma grande nação desarticulada".

"Uma vez que a independência foi obtida, várias circunstâncias conspiraram para manter a fragmentação da nacionalidade latino-americana."

"Uma vez que a independência foi obtida, várias circunstâncias conspiraram para manter a fragmentação da nacionalidade latino-americana. Uma das mais sérias causas da desintegração, em seguida à independência, considerada como um fator decisivo na criação de sucessivos estados independentes, foi a extrema dificuldade das comunicações. Mesmo hoje, depois de 150 anos de construção de estradas de rodagem e de vias férreas, 90% do comércio interamericano são transportadas por mar".

"Estou firmemente convencido de que não é prematuro ou utópico salientar agora a necessidade de trabalhar para uma política de integração da América Latina. Estou convencido de que a nossa integração política é um requisito que não podemos ignorar".

O Brasil apresenta excepcionais condições geopolíticas para esta operação vital de integração continental.

Como a maior expressão do poder econômico, político e social da América Latina se situa no Continente Sul-americano e como esta região da América Latina as pressões e interesses internacionais são bem menos fortes do que na área do Caribe, por exemplo, o maior dinamismo da integração econômica da América Latina deverá se exercer na América do Sul.

Com exceção do Chile e do Equador, todos os demais países da América do Sul distribuem-se em leque em volta do Brasil. O Equador, embora não se confronte com o Brasil, está vinculado ao nosso território através da bacia amazônica.

Gracias à sua complexa estrutura geológica, a América do Sul está privilegiadamente dotada de numerosas matérias-primas minerais, cujas ocorrências podem ser esquematizadas da seguinte forma:

— a região andina é rica em metais não ferrosos (cobre, estanho, chumbo e zinco), em bismuto, molibdeno, vanádio, iodo, ouro, prata, platina etc.;

— a parte oriental do continente, inclusive a depressão central, possui abundantes jazidas de manganês, bauxita, cromo, mica, ferro, quartzo, diamantes, titânio, monazita, além de muitas outras;

— o petróleo corre com fartura numa extensa faixa subandina que se desenvolve na parte oriental da cordilheira, ao longo de todo o continente; também ocorre nas áreas marginais do Atlântico e do Pacífico;

— o ferro e o carvão apresentam importantes jazidas em diversas regiões do continente.

A grande extensão territorial no sentido dos meridianos e a acentuada variação de altitudes permitiram uma variedade extraordinária de condições meteorológicas em todos os climas existentes (desde o equatorial até o glacial).

Toda essa gama de climas incidindo em terrenos os mais variados assegurou a formação de numerosas es-

pecies vegetais que abrangem associações dos mais diferentes tipos, tais como:

- a pujante hileia amazônica;
- extensas estepes e pradarias;
- valiosos bosques de quebracho e de araucárias;
- caatingas e campos limpos;
- bosques dos coníferas e complexo do pantanal.

Essa multiplicidade vegetal permite o fornecimento de preciosas matérias-primas (óleos, fibras, barbas, medicamentos etc.) e, juntamente com determinadas características, topográficas dos terrenos, contribui, de forma acentuada, para o desenvolvimento de uma agropecuária de importância mundial.

A oposição das duas vertentes continentais (a do Atlântico e a do Pacífico), bem como, a das duas grandes bacias hidrográficas a do Amazonas e a do Prata) constituem dois antagonismos formais no extenso e variado território sul-americano.

A ligação das duas bacias é assegurada pelos vales dos grandes rios e pela acentuada permeabilidade do planalto central brasileiro. O intercâmbio entre as duas vertentes marítimas é permitido pelos passos e vados.

Todavia, essas regiões em oposição (Amazonica versus Prata e região pacífico-andina versus região atlântica), por seus recursos naturais e por as possibilidades de intercâmbio, apresentam condições para uma perene integração e poderão trazer, se conjugadas, "as verdadeiras forças criadoras do quanto se passa nos domínios políticos e econômicos da atividade sul-americana" (M. Travassos).

O exame da nossa formação social também permite concluir que somos altamente capacitados a constituir o denominador comum da América Latina.

Interessante é notar que nenhum outro país do mundo recebeu tantas imigrantes japoneses; somente os Estados Unidos acolheram maior número de imigrantes alemães; poucos países admitiram tantos italianos (um milhão e meio) e milhares (cerca de duzentos mil); dos países hispano-americanos somente a Argentina e o México possuem maior número de espanhóis e descendentes.

Em realidade estamos constituindo no Brasil uma verdadeira sociedade multi-racial, cuja grande força está na tolerância e na qual os indivíduos, qualquer que seja sua origem étnica ou social, estão perfeitamente integrados e imersos em um ideal comum que é o de transformar o seu país em uma Nação próspera e civilizada.

Por isso, repetindo a imagem apresentada por Octávio Tomaz em um dos seus estudos sobre a formação da sociedade brasileira, diríamos:

"Sobre um pano de fundo de índice, prestes africanos, portugueses e seus mestiços os traços indelével da contribuição de numerosos italianos, espanhóis, alemães, japoneses, eslavos, sírios, judeus, suíços, holandeses e de muitos outros povos estão completando o magnífico quadro da colonização desta parcela do Novo Mundo e ao mesmo tempo, estabelecendo uma verdadeira democracia racial. Se adicionarmos a esse quadro o matiz de uma cultura ocidental modificada pela influência ameríndia e africana, e se concluirmos a obra com o tom incomparável do cristianismo, teremos um retrato autêntico do Brasil, a mostra primorosa da América Latina."

A diversidade de linguas existentes entre o Brasil e demais países sul-americanos não constituirá maior dificuldade na consecução de uma efetiva integração econômica e maior in-

regação social pelas razões que se seguem:

Primeira — o espanhol da América do Sul é perfeitamente compreendido pelos brasileiros e falado com desembaraço pelos nacionais que não têm as regiões fronteiriças;

Segunda — com exceção de uma minoria muito reduzida, fala-se em toda a extensão do território nacional o idioma português;

Terceira — a população do Brasil corresponde aproximadamente a metade da população da América do Sul;

Quarta — em alguns países da América do Sul a maior parte da população não fala o espanhol.

A expansão geográfica do Brasil foi muito favorecida pela alta permeabilidade do planalto central brasileiro e pelo traçado das aquedutos.

A agressiva progressão dos bandeirantes paulistas foi detida em determinadas "faixas ou centros formadores de fronteiras" que, segundo Jaime Cortesão, constituíram os lindes históricos das duas nacionalidades ibéricas:

— ao norte, a linha de serras que se estende desde a de Tumucumaque até a de Pacaraima, passando pela de Roraima;

— a noroeste, as cachoeiras do Japós e de Japurá;

— a oeste, o trecho encachoeirado de Madeira, as vastas depressões alagadiças das planícies de Santa Cruz de La Sierra e do Grande Pantanal e, finalmente,

— mais ao sul, o Salto das Sete Quedas, sobre o Paraná, o Salto do Iguaçu e o Salto Grande do rio Uruguai.

A defesa e manutenção do imenso império que ia sendo conquistado e raramente ocupado se processou pela adoção de medidas de caráter político, como o estabelecimento de determinados tratados (Utrecht, Madrid, El Pardo, Santo Ildefonso etc.), pela adoção de medidas de caráter militar, como a defesa intransigente do litoral, com a expulsão sistemática do invasor que ousava fixar-se nas terras do Brasil, bem como, pela salvaguarda da fronteira distante mediante a sábia disposição de núcleos defensivos, tamponando estrategicamente todas as aberturas à penetração desde o exterior", tais como: Forte Príncipe da Beira, no rio Guaporé; Forte de Coimbra, no rio Paraguai; de Santa Tecla, em Bagé; etc.

A nossa extraordinária expansão territorial transformou o Brasil em um verdadeiro país continental que abrange um dezessete avos de todas as terras emersas, o situa em 4º lugar do mundo em extensão de terras contínuas, corresponde a três vezes o território da Argentina, seis vezes o do Peru e quarenta e cinco vezes o da República Oriental do Uruguai.

Uma boa parte da expansão geográfica do Brasil se processou em regiões que, presentemente, poderiam pertencer a nações vizinhas e amigas e concorreu para o surgimento de inevitáveis litígios de limites.

Tal fato conduziu à formação de indeleveis ressentimentos e frustrações, bem como, à manutenção de um inconveniente e permanente estado de desconfiança para com o Brasil.

IV — Uma Nova Política de Fronteiras

Após todas essas considerações, parece conclusão inevitável que o Brasil, no interesse do seu desenvolvimento econômico e social e até para atender aos mais altos propósitos da segurança nacional, deverá iniciar uma nova e definitiva fase de Política de Fronteiras.

A nova Política de Fronteiras ao Brasil terá que ser orientada com toda a nossa energia, no sentido de uma ampla integração continental.

Nossas fronteiras terrestres, apesar de se estenderem por mais de 16.000

quilômetros, não têm constituído os caminhos naturais de intercâmbio econômico entre o Brasil e seus vizinhos da América do Sul.

Mas, sem dúvida alguma, uma aproximação mais íntima que conduza a uma efetiva e vantajosa integração só poderá ser concretizada após a superação dos antagonismos residuais, infelizmente ainda subsistentes.

Evidentemente o aspecto militar da segurança nacional aplicado às nossas regiões fronteiriças está, paulatinamente, se modificando a proporção que crescem os nossos interesses de integração e se afasta a eventualidade de uma competição com nações vizinhas e amigas cujos propósitos de paz e desenvolvimento se ajustam, cada vez mais, aos nossos ideais de convivência pacífica.

Os municípios da faixa de fronteira podem ser agrupados em suas grandes categorias:

Primeira: os da região amazônica, cujas capitais geralmente se acham vinculadas ao grande rio e cujos territórios, não raro, se estendem até as fronteiras internacionais abrangendo áreas que até poderiam servir de base geográfica de um Estado.

Segunda: os da região platina, isto é, aqueles cujos territórios são irrigados por formadores da bacia do rio da Prata.

Os municípios fronteiriços dos estados do Acre, Amazonas e Pará, por sua reduzida densidade demográfica, escassez de vias de transportes, baixíssima expressão econômica e elites numericamente inexpressivas, não apresentam condições para constituir um governo capacitado à complexa tarefa de administrar uma área problemática.

Além disso, a ausência de autoridade nas regiões fronteiriças daqueles municípios tem concorrido para um perigoso processo de esvaziamento econômico e social em áreas de vital importância para a segurança nacional.

Passando à faixa de fronteira "platina", verifica-se que no estado de Mato Grosso o Brasil se confronta com as Repúblicas da Bolívia e do Paraguai com as quais temos tido divergências em torno de limites.

Com a República do Paraguai esta pendente a questão relativa à soberania sobre a ilha das Três Barras ou Margarita, situada diante da cidade de Porto Murtinho, sede municipal e, recentemente, tivemos o sério desentendimento decorrente da caracterização de limites na região da Serra de Maracaju (sul de Mato Grosso) e Salto Grande das Sete Quedas (em frente ao município paranaense de Guaíra).

Na nossa fronteira com a Bolívia temos tido sérios desentendimentos decorrentes da presente indefinição dos limites. Tal fato tem favorecido invasões mútuas, involuntárias ou proposítas, e concorrido para sérios atritos de autoridades civis e militares na área.

Alguns dos desentendimentos culminaram em ásperas trocas de notas entre os dois governos e exigiram a intervenção de comissões mistas dos dois países para a pacificação da área.

Esse inconveniente ponto-de-fricção internacional só será eliminado pela demarcação daquela raia internacional e depende tão somente da execução do Acordo de Roboré sobre limites (Reversal nº 1-CR), que, há dez anos, aguarda aprovação do Congresso Nacional.

A fronteira dos Estados do Paraná e de Santa Catarina com a República Argentina não apresenta dificuldade à transposição; é de acesso fácil à Argentina e ao Paraguai e não possui guarnição militar.

As fronteiras do Rio Grande do Sul por separarem regiões de importan-

cia econômica e de interesses complementares, constantemente, tem sido palco de atividades ilícitas que, não raro, prejudicam as relações internacionais.

Da Orla Marítima foram selecionados apenas os municípios que apresentam acentuada importância estratégica no quadro de política de segurança nacional.

Ficaram incluídos no critério os que possuem recurso vital ao processo econômico do país e ocupam posição estratégica.

Como é fácil verificar pela relação de municípios selecionados, o critério adotado foi eminentemente técnico, sem qualquer relação com aspectos políticos partidários.

Relativamente aos municípios fronteiriços, parece necessário adotar um critério geral, isto é, considerar todos os municípios fronteiriços como de interesse da segurança nacional.

O desrespeito a esse critério geral implicaria na concretização de dois graves erros:

1º) provocar a desconfiança do país vizinho que não tivesse município brasileiro fronteiriço incluído da relação;

2º) atender aos interesses da política partidária.

Nos municípios da Orla Marítima selecionados (com exceção da cidade portuária de Rio Grande, cuja posição-chave permite controlar as aquedutos que vão atender a rica bacia da laguna dos Patos e a economia da campanha sul-rio-grandense) também há acentuada preponderância de interesses econômicos da União.

Poder-se-ia até afirmar que quase toda a riqueza daqueles municípios promana da União.

Todavia, alguns daqueles municípios, embora venham se beneficiando de substanciais recursos da União, não têm apresentado obras municipais que sirvam para enaltecer administrações preteritas.

O município de Duque de Caxias, por exemplo, com cerca de um quarto de século de autonomia e uma população superior a meio milhão de habitantes, ainda não pode se orgulhar das suas obras de assistência social, particularmente nos campos sanitário e educacional. Embora venha se beneficiando de substanciais recursos provenientes de grandes indústrias da União (a maior refinaria do Brasil e a Fábrica Nacional de Motores) e apesar de estar servido por excelentes vias de transportes federais, as condições sociais ainda são muito baixas, particularmente no que concerne a rede de esgotos e assistência hospitalar e escolar municipais.

Presentemente já estão em estudos alguns programas de obras multinacionais, bilaterais e nacionais que visam ao processo de integração da região platina.

Esses estudos decorreram dos entendimentos havidos entre os Chanceleres da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai durante a Reunião de Buenos Aires, realizada em dezembro de 1967.

Durante a Reunião dos Chanceleres ficou decidido a constituição de um Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC) que terá como finalidade a centralização das informações sobre os planos e projetos multinacionais e o seu encaminhamento aos governos interessados.

No mês de abril próximo passado o Cite Intergovernamental Coordenador se reuniu em sessões extraordinárias com vistas à 2ª Reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata que deverá se realizar ainda no corrente mês em Santa Cruz de La Sierra.

V — **Resumo dos critérios adotados**
Relativamente ao que foi exposto, podemos fazer as seguintes observações:

Primeira: O Governo do Brasil, na seleção ora apresentada dos municí-

plos de interesse da segurança nacional, teve em vista, tão-somente, realizar mais uma etapa da sua política de caráter global que visa propiciar determinadas condições de segurança que permitam um necessário e vantajoso estímulo ao desenvolvimento econômico nacional.

Segunda: A competência de o Presidente da República indicar os municípios de interesse da segurança nacional está fundamentada na Constituição do Brasil.

Terceira: O critério adotado na seleção dos municípios é geral, perfeitamente justificável e não atendeu a qualquer interesse político partidário.

Quarta: O grande propósito do Executivo é permitir que em municípios tão vitais à segurança nacional, pelo que eles representam no nosso processo de desenvolvimento econômico, contem com administradores de comprovada competência e idoneidade moral.

Quinta: Os municípios selecionados apresentam grande interesse político, econômico e social para a União e, de um modo geral, vêm se beneficiando com a atuação de órgãos federais.

Sexta: O Governo Federal, ao declarar um município de interesse da segurança nacional, está acentuando o seu grande interesse na estabilização política da área e no desenvolvimento econômico e social da região. Tal fato significa que a União também assume a responsabilidade de participar do desenvolvimento econômico e social dos municípios de interesse da segurança nacional.

Sétima: Não visou o governo eliminar a autonomia dos municípios incluídos na área de Segurança Nacional. A forma de provimento do cargo de prefeito não configura, por si só, o princípio da autonomia municipal. Fixa-se esta "pela administração própria no que concerne ao seu peculiar interesse" e pelo poder de decretar e arrecadar impostos sobre os tributos de sua competência, bem como o de organizar os serviços próprios (arts. 16, II, alíneas a e b e 25 da Constituição). Esses requisitos da autonomia não desaparecem com a nomeação do prefeito. Pontes de Miranda doutrina que "ainda onde o prefeito é de nomeação do governador, a função faz o poder municipal" (Comentários à Constituição de 1946, II — pag. 247, ed. de 1960).

VI — **Apreciação sobre os critérios**
O projeto se enquadra na melhor interpretação dos preceitos constitucionais e corresponde ao conceito de Segurança Nacional e "o resguardo do patrimônio social, territorial, econômico e psicológico de uma Nação".

O jurista Caio Tácito, da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, alinha um conjunto de fatores permanentes que representam, no seu lúcido julgamento, os objetivos da Segurança Nacional:

a) defesa da integridade territorial; b) preservação da soberania nacional; c) manutenção da ordem pública; d) estabilidade das instituições políticas; e) equilíbrio econômico; f) equilíbrio social.

Ao atribuir ao Conselho de Segurança Nacional as relevantes atribuições contidas no art. 91 da Constituição, a Lei Maior conferiu-lhe responsabilidade perante a Nação.

A luta ideológica e as crises sociais e econômicas que conturbam o hemisfério e outros continentes geram fatores de instabilidade política que ameaçam as liberdades e os valores da vida democrática.

Pretende-se com o atual projeto de Lei aprimorar os instrumentos de defesa nacional de forma a abranger não somente a segurança militar, ou a segurança política, como ainda, e especialmente, a segurança econômica e social.

Arguir-se, como se tem feito, a intenção de suprimir liberdades ou de

se erigir no País um Estado Militarista constitui injustiça que não pode merecer a acolhida do Congresso Nacional.

O espírito civilista predomina em todos os escalões de nossas Forças Armadas. O Exército brasileiro é democrático, como a nossa Marinha de Guerra e a nossa Força Aérea. Julgá-los de outra forma é desconhecer os exemplos da História.

Somos um povo que encontra o ideal de liberdade e de justiça nas inspirações de todas as causas nacionais. E a formação democrática e civilista de nossas Forças Armadas, comprovada ao longo de nossa História, instituiu em vexilário o seu arraigado respeito à Lei, ao Direito e à Liberdade.

Deve-se reconhecer que os conflitos ideológicos e as ameaças de conquista violenta do poder, com a supressão das liberdades e das franquias democráticas, obrigam a extremar, na atualidade e em todos os países, os instrumentos de defesa do Estado contra os atentados ao patrimônio social, político, econômico e cultural das nações.

Não podemos acolher, assim, a exaltação e a injustiça que se contém em pronunciamentos a respeito do projeto que, ao contrário, visa, antes de tudo, resguardar dos mais altos interesses do país.

Por considerar, assim, que o projeto representa relevante medida de defesa da Democracia e da soberania nacionais, somos de parecer favorável à sua aprovação, ressalvadas as emendas que, a seguir, são apreciadas.

VII — Exame global das emendas

As numerosas emendas apresentadas, que traduzem, corretamente, um inequívoco desejo de cooperação aos nobres congressistas que as propuseram, podem ser reunidas nos seguintes grupos:

Primeiro: emendas que servirão para aprimorar o projeto de lei e, por conseguinte, devam ser aceitas.

Estão nesse caso as de números: 63, 69, 71, 74, 75, 78, 79, 80 e 81.

Segundo: emendas que visam à simples supressão de municípios. A adoção de qualquer dessas emendas implicaria na total anulação do critério geral adotado, criaria, certamente, antagonismos internos de caráter político-partidário e, possivelmente, desconfiaríamos uns municípios confrontantes com alguns países como de interesse da segurança nacional enquanto que os que se confrontam com outros países, igualmente vizinhos e amigos, dispensados do critério de seleção.

Estão nesse caso as de números: 4, 5 — 6 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 12 — 13 — 14 — 15 — 16 — 17 — 18 — 19 — 20 — 21 — 22 — 23 — 24 — 25 — 26 — 27 — 28 — 29 — 30 — 31 — 32 — 33 — 34 — 35 — 36 — 37 — 38 — 39 — 40 — 41 — 42 — 43 — 44 — 45 — 46 — 47 — 48 — 49 — 50 — 51 — 52 — 53 — 54 — 55 — 56 — 57 — 58 — 59 — 60 — 61 e 62.

Terceiro: emendas que visam à supressão de municípios guarnecidos por unidades militares federais.

A adoção dessa proposta comprometeria o critério geral adotado e configuraria a intenção do Governo de enfatizar a segurança nacional no campo militar. Tal fato poderia conduzir a possíveis ressentimentos ou desconfiaríamos uns municípios confrontantes com outros países, igualmente vizinhos e amigos, dispensados do critério de seleção.

Estão nesse caso as de números: 63 e 64.

Quarto: emendas que estabelecem um critério que embora tenha caráter geral, não se ajusta bem à concepção de segurança nacional e concorreria para aumentar o número de municípios a serem declarados de interesse da segurança nacional.

Estão nesse caso as de números: 1 e 3.

Quinto: emendas que pretendem subordinar o critério de segurança nacional a plebiscito e que contraria o princípio constitucional.

Estão nesse caso as de números 2, 66 e 67.

Sexto: emendas que visam a suprimir os municípios cujas sedes se encontram afastadas da fronteira internacional.

Consoante os estudos realizados, o fato de o município ter sua sede afastada do limite internacional constitui uma grande vulnerabilidade para a Segurança Nacional e pode até concorrer para inevitáveis ações de desnacionalização.

Estão nesse caso as de números: 7 e 65.

Sétimo: emendas que dificultarão a seleção e administração de prefeito ou se revestem de aspectos inconstitucionais.

Estão nesse caso as de números: 70, 72, 73, 76 e 77.

VIII — Parecer sobre as emendas

Emendas nº 1 e 3.

Os nobres deputados Lyrio Bertolli e Edilson de Melo Távora apresentaram emendas destinadas a estabelecer normas e critérios para presidir o enquadramento de municípios na área de Segurança Nacional, a de número 1 consubstanciada em um substitutivo de autoria do primeiro parlamentar citado.

A fixação, a priori, de requisitos legais não atende aos objetivos da segurança nacional. Não há como estabelecer critérios rígidos para matéria dessa relevância, subordinada a fatores de natureza variável, como ficou esclarecido no parecer.

Pela rejeição.

Emendas nº 2, 66 e 67.

O nobre Senador Bezerra Neto apresentou as emendas de ns. 2 e 66 e o nobre deputado Fernando Gama a de nº 67, todas visando a realização de plebiscito para que o município seja declarado de interesse da Segurança Nacional.

A medida, porém, não encontra respaldo na Constituição que compete ao legislador o encargo de especificar, através da lei, as áreas indispensáveis à Segurança Nacional. Além do mais, os objetivos desta sobrepassam os interesses regionais: envolvem aqueles múltiplos fatores que informam uma política destinada a manter um estado de garantias para todo o grupo nacional. Seria, por isso mesmo, desprovido de sentido submeter-se à aprovação de determinada parcela do povo e destino de uma política que interessa à nação inteira.

Pela rejeição.

Emendas nº 68 e 69.

Com as emendas nº 68 e 69, o nobre deputado José Lindoso visa ampliar de 10 para 15 dias, o prazo constante do parágrafo único do artigo 2º do projeto. As emendas são idênticas.

Pela aprovação, face às razões que as justificam.

Emenda nº 71.

Com a emenda nº 71, o nobre deputado José Lindoso objetiva modificar os prazos por demais exigüos estabelecidos no art. 3º e respectivo parágrafo do projeto.

Pela aprovação, face às razões que a justificam.

Emenda nº 74.

O nobre senador Antonio Carlos, com a emenda nº 74, considera indispensável dar prioridade aos estudos, elaboração e execução de projetos destinados aos programas de educação, saúde, energia elétrica, transportes, nos municípios declarados de interesse da Segurança Nacional.

A emenda está contida nos objetivos visados pelo projeto.

Pela aprovação.

EMENDA Nº 75

Na emenda nº 75, o nobre Deputado José Lindoso sugere dispositivo destinado a aprimorar o projeto.

Pela aprovação, face às razões que a justificam.

EMENDA Nº 78

Com a emenda nº 78, o nobre Deputado Weimar Torres prevê a possibilidade de ser decretado o impedimento do Prefeito nomeado.

A emenda é pertinente e oportuna. A nomeação de Prefeito não o exime das responsabilidades legais pelo exercício do cargo.

Pela aprovação da emenda.

EMENDA Nº 79

Ainda o nobre Weimar Torres, com a emenda nº 79, visa permitir que parlamentares, federais ou estaduais, militares ou servidores civis possam optar pelos seus próprios subsídios ou vencimentos, quando nomeados prefeitos.

A medida é da maior conveniência. Pela aprovação.

EMENDA Nº 80

A emenda nº 80, do nobre Deputado Edilson de Melo Távora, cria a inelegibilidade para quem tenha exercido o cargo de prefeito, por nomeação, até dois anos após o ato de sua exoneração.

A medida é moralizadora. O exercício do cargo de prefeito em município incluído na área de segurança nacional não deve se constituir em trampolim para postos eletivos.

Pela aprovação.

EMENDA Nº 81

Com a emenda nº 81, ainda o nobre Deputado Edilson de Melo Távora fixa o prazo máximo, de 4 anos, para o exercício do cargo de prefeito, por nomeação, nos municípios constantes do projeto.

É de toda conveniência a limitação de prazos para funções de tal relevância. A rotatividade cria emulação, propiciando benefícios à administração. Pela aprovação.

EMENDAS Nº 63 e 64

Com a emenda nº 63, o nobre Deputado Aldo Fagundes visa a eliminar da área de Segurança os municípios que contêm em sua sede guarnição federal ou estabelecimentos de ensino superior. Por sua vez, o nobre Senador Adalberto Sena visa o mesmo objetivo para os municípios que dispõem de unidades militares, em caráter permanente. Ambas são inconvenientes.

A Segurança Nacional não se confunde com defesa nacional no campo militar.

A aceitação da emenda poderia conduzir à interpretação de que o País estaria preocupado com uma possível agressão dos países que confrontam com o Brasil.

O que o Governo tem em mira é criar condições sociais e econômicas indispensáveis a um estado de garantia que interessa a Nação. E, com isso, evitar possíveis antagonismos internacionais, proporcionando um ambiente social que facilite e fortaleça a integração do Brasil com seus vizinhos.

Parecer contrário.

EMENDAS Nº 7 e 65

As emendas 7 e 65, do nobre Senador José Guionard, visam a suprimir municípios cuja sede se encontram afastadas da fronteira internacional.

Já foi acentuado, neste parecer, que institui vulnerabilidade o fato de o município ter sua sede afastada do limite internacional. Tal situação poderá, segundo os estudos realizados, concorrer para inevitáveis ações de desnacionalização.

Pela rejeição.

EMENDAS Nº 70, 72, 73, 76 E 77

A emenda nº 70, do nobre Deputado Lyrio Bertolli, visa a estabelecer a obrigatoriedade de domicílio eleitoral para os prefeitos nomeados, o que limita a escolha, a qual deve, exclusivamente, obedecer aos interesses da Segurança Nacional.

A de nº 72, do nobre Deputado Ary Alcântara, entre outras disposições, estabelece também a nomeação de um vice-prefeito. O preceito constitucional manda nomear, apenas, o prefeito de municípios declarados de interesse da Segurança Nacional. A emenda não encontra respaldo na Constituição.

A de nº 73, do nobre Deputado Weimar Torres, abre uma exceção para os atuais prefeitos dos municípios incluídos na área de Segurança Nacional. Ora, o projeto respeita os atuais mandatos, fixando, por outro lado, um prazo máximo para o exercício de tais funções.

A de nº 76, do nobre Deputado José Lindoso, procura criar condições especiais sobre a residência e ausências ocasionais dos prefeitos nomeados. Não há como justificar tais critérios, de vez que os prefeitos nomeados terão que obedecer às respectivas Leis de Organização Municipal de cada Estado onde se localizar o respectivo município.

A de nº 77, ainda do deputado José Lindoso, estabelece rito especial para as contas dos prefeitos nomeados. Não há justificativa plausível para tal exceção.

Além de inconvenientes, por dificultar a escolha e a própria administração dos prefeitos, tais emendas não se enquadram nos preceitos constitucionais.

Pela rejeição.

Emendas ns.	4	5	6	8	9
— 10	11	12	13	14	15
— 16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	32	33
34	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46
47	48	49	50	51	52
53	55	56	57	58	59
— 61	62				

Todas as emendas acima visam à exclusão, da área de Segurança Nacional, de municípios especificados no projeto. A tônica das justificativas é a supressão de eleições para prefeito. Pretende-se que a autonomia municipal, em tal caso, desapareça.

Segundo o entendimento já exposto no nosso parecer, não admitimos essa interpretação que não se compadece com o princípio constitucional da autonomia municipal. Esta compreende a eletividade dos vereadores, a administração própria, no que concerne aos peculiares interesses do município, a decretação e arrecadação dos tributos de sua competência, a aplicação de suas rendas e a organização dos serviços públicos locais.

A forma de provimento do cargo de prefeito é, apenas, um dos pressupostos da autonomia. O prefeito eleito ou nomeado — se integra no quadro dessa autonomia, sujeito às leis e regulamentos municipais e à Câmara dos Vereadores.

Consideramos a matéria suficientemente esclarecida e utificada, nos seus aspectos constitucionais, bem como da conveniência do projeto para os interesses nacionais.

Queremos contudo, apreciar determinados aspectos referidos pelos nobres congressistas autores das emendas supressivas, acima mencionadas.

No que respeita ao Acre por exemplo, alega-se que "não há razões históricas, geográficas, fisiográficas, diplomáticas, psico-sociais, militares, ou de antagonismos interno e externo de Segurança Nacional para incluírem os municípios do Estado do Acre no projeto em pauta" (emenda do deputado Mário Maia).

Em contrapartida, poder-se-ia lembrar que o atual território do Estado do Acre já pertenceu à Bolívia, foi disputado pelo Peru e constitui um permanente motivo de frustração do povo boliviano.

A região é um grande espaço vazio onde se processa, permanentemente, o contrabando por falta da presença de qualquer autoridade civil em quase toda a periferia do Território.

A baixíssima renda do estado do Acre e o seu pouco desenvolvimento ainda não permitiram a criação dos dezoito municípios já previstos.

A fisiografia do território impede as comunicações no sentido das paralelas e dificulta, sobremaneira, a ação da autoridade estadual nos municípios ocidentais.

As incidências de ancilostomose, hanseníase, febre amarela e tracoma são, de acordo com levantamentos do Departamento Nacional de Endemias Rurais, das mais elevadas no Brasil.

Alegando não alinhar com o critério utilizado para considerar o município de Cubatão como de interesse da segurança nacional, o nobre deputado Gastone Righi enfatiza a importância da receita do mesmo e observa que "o município em questão fica situado a 17 km de distância do mar, com grande parte do seu território localizado na serra do Mar. Portanto, podemos classificá-lo como município serrano, jamais como litorâneo".

Finalmente declara que a seleção de município de Cubatão pelo fato de nele se encontrar a Refinaria Presidente Bernardes "constitui uma odiosa discriminação, pois escaparam da lista negra os municípios de Betim (Minas Gerais), Canoas (Rio Grande do Sul) e Santo André (São Paulo), que possuem, respectivamente, as seguintes refinarias: Gabriel Passos, Alberto Pasqualine e Capuava".

O fato de situar-se no município de Cubatão a Refinaria Presidente Bernardes que abastece com refinados de petróleo o maior parque industrial do Brasil e da América Latina parece que já constitui acentuado interesse da segurança nacional. Além disso, uma boa parte da energia elétrica de São Paulo é fornecida pela usina de Cubatão.

Grande parte da substancial receita do município decorre da produção da refinaria da PETROBRAS.

Quanto à afirmação de que o município de Cubatão devia ser classificado como "serrano, jamais como litorâneo", decorre de alguns equívocos. No Dicionário Geográfico Brasileiro, editado pelo "Globo", ed. 1966, lê-se a pag. 146:

Cubatão: S. P. — Município localizado na zona fisiográfica do litoral de Santos".

O vocábulo *orla* corresponde a *tira, faixa, bordo, rebordo, barra, beira, margem*, etc. (v. "Grande Dicionário da Língua Portuguesa", de Laudelino Freire, vol. IV, pag. 3.721, "Novo Dicionário da Língua Portuguesa", de Cândido Figueiredo, vol. II, 5.ª ed. pag. 494 e "Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa", de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 10ª ed. pag. 867).

A expressão "orla marítima" corresponde, no litoral, à "faixa de fronteira". A faixa de fronteira marítima refere-se ao mar territorial e, por conseguinte, não corresponde à terra.

Convém esclarecer, ainda que, segundo os últimos dados da Petrobras, a Refinaria de Capuava está, presentemente, operando m3-D; a Refinaria Gabriel Passos, 7.000 m3-D; e a Refinaria Alberto Pasqualine ainda não está operando e, por questões técnicas talvez só entre em funcionamento a partir do próximo ano.

Por conseguinte enquanto as citadas operam, em conjunto, cerca de 18.000 m3-D, a Refinaria Presidente Bernardes já está operando cerca de 18.000 m3-D.

O grande propósito do Governo é concorrer para que o município de Cubatão possa contar, permanentemente, com uma administração que esteja à altura da sua grande importância social, econômica e, sobretudo, estratégica, por seu acentuado interesse para a Segurança Nacional.

A exclusão do município de São Sebastião está prejudicada pelas mesmas razões.

Em São Sebastião encontra-se o terminal marítimo "Almirante Barroso" que permite o fornecimento de óleo bruto à refinaria "Presidente Bernardes".

Quanto ao Paraná, argumentamos nobres deputados Antonio Anibelli e Lirio Bertolli que os municípios do Estado de Paraná considerados de interesse da Segurança Nacional "encontram-se muitos que não têm terras devolutas, por estarem colonizados, onde os agricultores, como verdadeiros bandeirantes e pioneiros, estão construindo para honra nossa uma grande civilização".

É exatamente com o propósito de apoiar aqueles agricultores que a União deseja concorrer para que os mesmos contem, permanentemente, com administrações que lhes assegurem um ambiente de paz social.

Sabe-se que no sudoeste paranaense têm se processado graves injustiças sociais decorrentes da ação de grileiros, jagunços e especuladores de terras, sempre com prejuízo dos lavradores.

Ocorre, ainda, ali a indenificação da posse de terras e a insegurança está favorecendo a ação inescrupulosa de maus brasileiros que aliciaram e transferiram agricultores brasileiros estabelecidos naquela região para a República do Paraguai.

Quanto ao Rio Grande do Sul, alguns representantes de sua ilustre bancada apresentaram emendas pela supressão de todos os Municípios gaúchos da área de Segurança Nacional, ora pela supressão de grupos, ora de municípios isolados, ora a sua totalidade.

Alega-se o tradicional e indiscutível valor cívico da gente gaúcha, sentimento do qual comunga todo o povo brasileiro.

Não há como deixar de conhecer os exemplos de destemor do valeroso povo sulino que sempre se bateu, sem qualquer tibieza, na defesa do nosso território "como homens livres, donos de seus destinos".

Cabe, contudo, assinalar que a proposição não visou, de modo algum, por cheque o civismo riograndense. Ao contrário, e faço questão de dar ênfase ao fato — o projeto adotou critérios imparciais sem qualquer rescriminação de ordem política ou regional, considerados os interesses da Segurança Nacional, dentro do elevado propósito de estabelecer uma ampla integração nacional.

O tratamento de exceção para qualquer das unidades da Federação é que poderia conduzir à quebra de isenção tornando-o iníquo e injusto o objetivo perseguido.

Defesa nacional no campo militar não se confunde com segurança nacional. Os objetivos desta são de maior amplitude, como o presente parecer procurou convencer.

Não se pode, também, alimentar qualquer ideia de toda infundada e impatriótica — de uma agressão de nossos vizinhos e amigos platinos. A política continental do Brasil é no sentido de fortalecer a amizade com todos os países limítrofes e conduzir a uma sábia política de integração de todas as nações da América Latina.

Sinto não poder compartilhar da aspiração dos nobres representantes de Rio Grande do Sul para excluir, em tratamento excepcional em relação a outros Estados, parcelas do seu território da área de Segurança Nacional.

Confesso haver ficado sensibilizado com um telegrama que me foi dirigido pelo antigo congressista Hermes

Pereira de Sousa, batendo-se pela exclusão da área de segurança da cidade de São Borja, sua terra natal, rica de tradições cívicas. Sou testemunha do espírito público daquele ilustre patriota, meu companheiro na legislatura de 1951 a 1955.

A supremacia da Lei está na sua isenção. Há uma Política de Fronteiras no contexto do projeto, orientada com toda energia no sentido de uma ampla integração continental.

E a Nação conta com o patriotismo do povo gaúcho para conduzi-la a bom termo.

Os nobres representantes de Mato Grosso, deputados Garcia Neto e Saladanha Derzi propõem, também, que não se considere nenhum município da fronteira de seu Estado como de interesse da Segurança Nacional.

Nas extensas e despovoadas regiões fronteiriças do Estado de Mato Grosso o quadro social e econômico é, não dos mais desalentadores.

Recentemente, forças do Exército puderam salvar numerosos agricultores que estavam na situação de trabalhadores-escravos em uma fazenda situada na fronteira de Mato Grosso.

Havia informações de que nas regiões fronteiriças daquele Estado há muitas fazendas que adotam tal sistema econômico.

A falta de assistência social particularmente nos aspectos sanitários e educacional, a tênue ação de autoridade municipal em muitos daqueles contornos, e contrabando, a grilagem, e jaguncismo, com a consequente mortandade de posseiros e de índios, são fatores que, por si só, já exigem maior atenção da autoridade federal no sentido de um melhor resguardo do interesse nacional.

Há ainda, trechos da fronteira de Mato Grosso com a Bolívia que dependem de demarcação.

Essa indefinição de limites e o indiscriminado contrabando fronteiriço têm causado desentendimentos internacionais que deterioram as boas relações que o Governo do Brasil deseja manter com os Governos dos países vizinhos e amigos.

Pretende o nobre deputado Gastão Pedreira a exclusão do município de São Francisco do Conde, na Bahia.

A simples consideração da importância do petróleo de Mataripe na economia nacional já pressupõe um interesse da segurança nacional. Acresce que está situada no mesmo município a importante "Refinaria Landulfo Alves" que opera 6.500 m3-D.

Parece que o fato de o Governo da República poder, com base na Constituição, assegurar permanentemente uma boa administração para o município, representará também, uma forma de atender as aspirações sociais daqueles laboriosos municípios.

Os mesmos argumentos utilizados para justificar a inclusão dos municípios de Cubatão e de São Sebastião em São Paulo, e São Francisco do Conde, na Bahia, na área de Segurança Nacional, podem ser aplicados para o município de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro.

Em amparo de sua retirada do projeto, batem-se os nobres representantes fluminenses, Senador Vasconcelos Torres e Deputados Gerúlio Moura, Dayl de Almeida, Jorge Cury e outros.

Como já acentuei, o município de Duque de Caxias com cerca de um quarto de século de autonomia e uma população superior a meio milhão de habitantes, ainda não pode se orgulhar das suas obras de assistência social, particularmente nos campos sanitários e educacional. Embora venha se beneficiando de substanciais recursos provenientes de grandes indústrias da União (a maior refinaria do Brasil e a Fábrica Nacional de Motores) e apesar de estar servido por excelentes vias de transportes federais, as condições sociais ainda são muito baixas, particularmente no que con-

cerne à rede de esgotos e assistência hospitalar e escolar municipais.

Há em Duque de Caxias um imenso crescimento demográfico, igual ou superior ao do Nordeste e para o qual urge a atenção do Governo Federal.

Além do mais, estabelece a Constituição o caráter de permanência na fixação de áreas de Segurança Nacional. Superadas as razões que a justificaram, as áreas atingidas poderão, na oportunidade, ser retiradas, substituídas ou ampliadas de acordo com os interesses nacionais.

Opinamos, assim, face ao exposto, pela rejeição em bloco de todas as emendas supressivas.

IX — CONCLUSÃO

Somos de parecer favorável às seguintes emendas: 68 — 69 — 71 — 74 — 75 — 76 — 78 — 79 — 80 e 81.

Opinamos contrariamente às emendas de números: 1 a 67, 70, 72, 73 e 77.

Sugerimos, ao concluir, a aprovação do projeto e das emendas com parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, 9 de maio de 1968 — José Leite, Presidente — João Roma, Relator.

SUBEMENDA Nº 1 A EMENDA Nº 75

O Ministério do Interior, em cooperação com o Conselho de Segurança Nacional, através do Serviço Nacional dos Municípios, mediante convênio com os Governos dos Estados, colaborará na prestação de serviço aos municípios a que se refere esta lei, notadamente os de assistência técnica e administrativa, de modo a assegurar o disposto no parágrafo único do art. 91, III, da Constituição Federal.

Sala das Comissões, 9 de maio de 1968 — José Lindoso

Voto do Senador Josaphat Marinho perante a Comissão Mista designada para exame do projeto de lei que declara de interesse da segurança nacional os Municípios nele especificados.

O PROJETO E A MENSAGEM

O Projeto de Lei nº 13, de 1968, submetido ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, declara de interesse da segurança nacional, "nos termos do art. 16, § 1º, alínea "b", da Constituição", 68 Municípios, situados uns "na faixa de fronteira" e outros "na orla marítima".

Da Mensagem presidencial, com que foi encaminhada a proposição, e da exposição de motivos do Ministério da Justiça, que a fundamenta, vê-se que não há lei disciplinadora do processo de declarar determinados Municípios do interesse da segurança nacional. A seleção retratada no projeto obedeceu, confessadamente, a "razões" extrínsecas de leis diversas, todas anteriores à Constituição de 1967, e de presumida "orientação" do Conselho de Segurança Nacional.

As leis invocadas foram as seguintes, na ordem e na forma preferidas pela exposição ministerial: 2.597, de 12 de setembro de 1955, "que dispõe sobre as zonas indispensáveis à defesa do país", 601, de 18 de setembro de 1950, "que delimita os bens de domínio da União, na zona fronteiriça", e o Decreto-lei 1.531, de 16 de junho de 1939, "sobre as colônias militares de fronteiras".

Como se infere da própria exposição oficial, nenhuma dessas leis regula, especificamente ou de passagem, a matéria contida no preceito constitucional.

A Lei 601, de 1950, nos precisos termos de sua ementa, "dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por títulos de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples títulos de posse mansu pacífica, e

determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de Colônias de nacionais, e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara". Do ângulo político e administrativo, importa destacar nessa lei o dispositivo que prevê a reserva de áreas necessárias para "a colonização dos indígenas", "a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaisquer outras serviços, e assento de Estabelecimentos públicos" ou "construção naval" (artigo 12), e o que autoriza o governo a criar a "República Geral das Terras Públicas", "encarregada de dirigir a medição, divisão, e descrição das terras devolutas, e sua conservação, de fiscalizar a venda e distribuição delas, e de promover a colonização nacional e estrangeira" (art. 21). Nenhuma regra se aproxima do que encerra a atual Constituição.

O Decreto-lei 1.531, de 1939, "cria colônias militares de fronteiras", e lhes regula a organização e o funcionamento, "em locais escolhidos pelo Conselho de Segurança Nacional, dentro da faixa de 150 quilômetros a que se refere o art. 165 da Constituição Federal" (art. 1º). Visam tais colônias a "nacionalizar as fronteiras do país" e a criar nelas "núcleos de população nacional" (art. 1º, parágrafo único), sem que o objetivo descrito possa inspirar a supressão da autonomia de Municípios.

A Lei 2.597, de 1955, "dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do país", assim considerando "a faixa interna de 150 quilômetros de largura, paralela à linha divisória do território nacional, cabendo à União sua demarcação" (art. 2º). Mas o propósito do legislador, no caso, foi, expressamente, vedar, "nas zonas indispensáveis à defesa do país, a prática de atos referentes à concessão de terras à abertura de vias de comunicação, à instalação de meios de transmissão, à construção de pontes e estradas internacionais e ao estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança da Nação, sem o prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional" (art. 1º). Nada de restrição à autonomia política dos Municípios foi estabelecido, ou declarado necessário.

A CONSTITUIÇÃO E A AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS

Decerto, segundo o art. 16, § 1º, b, da Constituição, serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo.

Mas esse parágrafo é integrante do artigo que assegura a autonomia municipal, inclusive pela eleição direta do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores. Demais, a Constituição encerra outras normas básicas, a que se vincula, intimamente, essa cláusula. Aliança o sistema político na República Federativa, sob o regime representativo (art. 1º). Proclama que todo poder emana do povo e em seu nome é exercido (§ 1º do art. 1º). Repetindo diretriz firmada desde a Reforma de 1926, ergue a autonomia municipal à categoria de princípio constitucional da União (art. 10, VII, f). A fim de não permitir dúvida quanto à eficácia ou à objetividade da garantia, estipula que a autonomia é assegurada, também, pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse, especialmente quanto à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas (art. 16, II, a). E conferindo densidade a esse poder enunciado, enumera os tributos da competência dos Municípios (arts. 18, 19 e 25), assim como as parcelas dos

impostos que lhes devem ser distribuídas (art. 28).

O princípio da autonomia municipal é, portanto, pela firmeza e amplitude com que foi definido, inerente ao regime federativo instituído, o qual, por sua vez, não pode ser abolido mediante emenda à Constituição (artigo 50, § 1º).

Logo, qualquer limitação à autonomia municipal somente se legitimará nos estritos termos da Constituição, interpretada através do conjunto dos preceitos entre si articulados, e não por exegese isolada de qualquer norma.

INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Toda interpretação de texto constitucional, aliás, como de resto a das leis em geral, obedece, por exigência elementar de hermenêutica, ao processo de análise do complexo codificado. O critério prevalece, porém, superiormente, na apreciação dos dispositivos que corporificam o regime político, social e econômico, porque mais se relacionam com o interesse da comunidade.

Em recente e vitorioso voto no Supremo Tribunal Federal, ao examinar e reconhecer a inconstitucionalidade do art. 48 da Lei de Segurança Nacional, o eminente Ministro Themistocles Cavalcanti, publicista de renome recordando passagem de um de seus livros, resumiu esse entendimento dominante. O trecho do voto é de precisão singular, dispensando a invocação de outras autoridades.

"A Constituição — acentuou — compreende um conjunto de preceitos lógicos, homogêneos pelo menos quanto à orientação geral do texto. O sistema político, a forma de governo, a forma de Estado, o mecanismo das instituições, o regime das liberdades, a ordem econômica, são elementos permanentes a ser considerados.

Por sua natureza, o seu texto exprime um sistema harmônico, representa um ideal político, um programa que se completa pela legislação e pela administração.

Não se pode desligar a interpretação constitucional desses pressupostos, embora não possam eles constituir uma preocupação prioritária no processo de interpretação.

E, particularizando a importância do critério na elucidação dos cânones fundamentais, prosseguiu:

"Ter-se-ia, entretanto, de repetir uma interpretação que fizesse os pressupostos constitucionais da federação, da república, da democracia, da autonomia municipal, dos princípios essenciais relativos à economia, à família, à educação, etc."

Por fim, esclareceu e advertiu:

"Quando se fala em todo harmônico, pressupõe-se o exame do conjunto de normas que regulam cada instituto ou cada matéria e a sua compreensão em face dos princípios fundamentais da Constituição.

A interpretação de uma norma contrariando as bases essenciais do regime não pode ser tolerada porque atrita com os princípios gerais de interpretação" (Ac. do Sup. Trib. Fed., de 21 de fevereiro de 1968, no h.c.n. 45.232, da Guanabara).

Ora, a nomeação de prefeitos é uma forma de redução ou de desfiguração da autonomia municipal.

Na vigência da Constituição de 1891, representou "o aspecto mais debatido na conceituação da autonomia municipal", segundo refere Castro Nunes (Do Estado Federado e sua Organização Municipal — Rio 1.920, pág. 176). Já nesse período, em que o princípio não tinha o mesmo relevo de hoje

Pedro Lessa e Edmundo Lins, no Supremo Tribunal Federal, opuseram a inviolabilidade da autonomia local aos excessos praticados pelos governadores. "A autonomia municipal desaparece, — objetivou o primeiro — desde que o executivo municipal é imposto pelo Estado. Ao tempo do Império várias vezes se tentou criar um agente executivo municipal, nomeado pelos Presidentes das Províncias ou pelo governo geral; e nunca se apossou qualquer dos projetos nesse sentido por se julgarem ofensivos da autonomia municipal". O segundo observou que se o executivo estadual "pode assumir, por empregados de sua confiança, a direção dos Municípios, incontestavelmente, fere a autonomia municipal, pois, intuitivamente, não é autônomo um poder que se não dirige por si, mas está submetido a um outro" (In Raul Machado Horta: A Autonomia do Estado — Membro no Direito Constitucional Brasileiro, — Belo Horizonte, 1964, página 117).

Claro que o postulado da autonomia não tem caráter absoluto ou de dogma. Não o tem, sobretudo, na configuração do "novo federalismo", em que se ampliam, seguidamente, os poderes da União. As funções do Estado moderno, crescentemente múltiplas e diversificadas, justificam o alargamento progressivo do poder central, não só no domínio social e econômico, também no político, inclusive em resguardo da soberania nacional.

Já em 1920, no livro citado, Castro Nunes sustentara a relatividade do princípio quanto à escolha do órgão executivo, justificando o critério de nomeação de prefeitos. A seu ver, a "concorrência dos interesses locais e gerais no município é o fundamento da tutela, da qual o prefeito nomeado é uma modalidade na esfera executória"... Corretamente, porém, ressaltou que

"a designação, por via eletiva das autoridades municipais, não oferece igualmente margem a controvérsia, porquanto não se contesta que é esse o regime mais conforme à noção da autonomia tomada esta no sentido genérico de lei própria, governo próprio, etc." (Castro Nunes: Ob. cit., págs. 173 e 176).

Essa doutrina subsiste apesar do aumento incessante das faculdades do governo federal. As Constituições brasileiras posteriores a 1930, à exceção da de 1937, consagraram o princípio de autonomia, inclusive pela eleição do prefeito, e o fortaleceram em comparação com o Estatuto de 1891. E o que assinala a generalidade dos estudiosos, dentre os quais alguns dos autores de "Perspectivas do Federalismo Brasileiro" (Ed. da Rev. Brasileira de Estudos Políticos, Univ. de Minas Gerais, 1958).

Dai, e pelo conjunto dos preceitos pesuados, Victor Nunes Leal ter firmado, a par de outras conclusões, que o município, no Brasil, "não é essencialmente uma organização administrativa", mas "uma entidade modularmente política" e que as "limitações" de sua autonomia "devem ser entendidas restritivamente" (Problemas de Direito Público, Rio, 1960 pgs. 318 e 331).

E' legítimo arguir, portanto, que a declaração de incidência de determinados Municípios na área de interesse da segurança nacional, para o fim de nomeação de prefeitos, não pode resultar, linear e isoladamente, do disposto no art. 16, § 1º, b, da Constituição.

Sendo a autonomia municipal a regra e o estrangulamento dela a exceção, e se a autonomia, como princípio de constitucional da União, coordena-se com outros princípios diretores do sistema político estabelecido, notadamente a federação e o regime representativo, quaisquer restrições ao postulado amplo não de ser adotadas com as cautelas que preservem o

funcionamento harmônico das instituições, nesse processo compreendido a respeito à competência legislativa do Congresso Nacional.

NECESSIDADE DE LEI DE NORMAS GERAIS

Ora, invocando as leis já referidas, a exposição do Ministério da Justiça reconhece a insuficiência da norma inscrita no dispositivo constitucional como razão bastante para justificar o projeto. Se o parágrafo, por si só, legitimasse a medida, desnecessário seria citar leis ordinárias, e até uma do período imperial, para assegurar-lhe a execução. Se a citação dessas leis se impôs, para esclarecer o preceito maior ou para fixar a ideia de segurança nacional, como quer que seja revelou tratar-se de regra constitucional que não é de aplicação autônoma — *self-executing*.

Ocorre, no entanto, que as leis enumeradas pelo governo não lhe sustentam o propósito, consoante salientamos liminarmente. Ao contrário: por suas omissões, sobretudo, servem para demonstrar a necessidade de um diploma de normas gerais, como instrumento prévio regulador da medida prevista no dispositivo constitucional e agora precipuamente proposta.

A Constituição prescreve, no parágrafo único do art. 91, que "a lei especificará as áreas indispensáveis à segurança nacional, regulará sua utilização e assegurará, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros". Por irrecusável identidade de fins, também por lei adequada devem ser fixados os pressupostos da declaração de Municípios como áreas de interesse da segurança nacional, ou, pelo menos, incluídos, taxativamente no contexto daquele diploma, preconizando no parágrafo único do art. 91.

Inadmissível é considerar Municípios do interesse da segurança nacional, para nomeação de seus prefeitos, sem prévia fixação de critérios gerais, normativos, pois isso resulta como agora, em soluções casuísticas, injustas e contraditórias.

Pouco importa que a Constituição não exija, de modo expresso, prévia lei geral definidora dos requisitos permissivos da providência prevista no art. 16, § 1º, b. E' sabido que a interpretação não se escraviza às fórmulas verbais, inclusive porque as leis, e especialmente as constituições pela generalidade de seus termos, pressupõem sempre disposições implícitas inegáveis.

Já em 1891, no Senado, Ruy Barbosa assinalou, sobre os artigos de uma Constituição:

"Não são disposições que principem e acabem cada uma em si mesma; debaixo da lei política de cada país existe uma infinidade de relações emanantes que ela não define, uma base comum, uma rede intrínseca e sutil de princípios que a apoiam, que a orientam, mas que ela não particulariza.

Este conjunto de princípios constitui, a respeito da lei fundamental do país, a fonte superior de sua interpretação, e as conclusões que dela decorrem estão subordinadas em sua inteligência todas as cláusulas constitucionais.

Não é, portanto, a letra das disposições constitucionais o critério decisivo do seu pensamento; por baixo da letra existe o seu espírito mais alto, mais poderoso, mais concludente nas grandes questões políticas do que a letra expressa dos preceitos constitucionais" (Coms. à Const. Fed. Brag. — Col. e Ord. por Homero Figueiredo).

— III vol., São Paulo, 1933, págs. 411-12).

E, nas magistrais razões da Questão Minas — Werneck, em 1917, acrescentava, como se escrevesse hoje:

"Em cada Constituição, à luz do critério imposto aos seus hermenêutas e executores, lido a lado com as determinações textuais, se não de ter por existentes, como disposições inexpressas, todas as regras, todas as exigências, todos os corolários essenciais à realidade ativa de quaisquer instituições ou direitos, de quaisquer autoridades ou prerrogativas, de quaisquer jurisdições ou magistraturas consagradas nessa Constituição, e que, se ela articula normas positivas, tão imperativas quanto essas fórmulas declaradas são as que, implícitas nestas, subsidiária ou colateralmente delas decorrerem" (Ruy Barbosa: Questão Minas — Werneck — Comp. do Sup. Trib. Fed. — Rio, 1917, pag. 36).

Essa doutrina, de impressionante atualidade, aplica-se, com rigor, ao exame do presente projeto. Um parágrafo que restringe a regra do artigo, e em matéria relacionada com a estrutura das instituições políticas, não pode ser erigido em tulo de interpretação constitucional, com desprezo do mecanismo e do espírito do sistema.

Nem a intervenção do Congresso, na delimitação do conceito de segurança nacional, representará novidade ou justificará estranheza. De um lado, a Constituição atual, no seu artigo 91, parágrafo único, prevê uma lei definidora das áreas indispensáveis à segurança nacional. De outro, a Lei nº 2.597, de 1955, no parágrafo único de seu art. 2º, já estabelece que o Congresso Nacional, "ouvido o Conselho de Segurança Nacional", poderá alterar, "a qualquer tempo", o quadro das zonas indispensáveis à defesa do País. Agora, portanto, numa lei de normas gerais a respeito da declaração de municípios incidentes no interesse da segurança nacional, apenas se ajustaria a competência do Congresso ao novo regime constitucional.

Esse ajustamento impõe-se claramente, visto que a Constituição anterior só alcançava a autonomia dos Municípios que fossem declarados "bases ou pontos militares de excepcional importância para a defesa externa do país", e sem que o Presidente da República interferisse na designação do Prefeito (art. 28, § 2º), não tendo, pois, o poder limitativo da Carta de 1967.

Demais, a norma constitucional discutida, além de redutora do exercício do governo próprio, reveste o Governo federal e o estadual de atribuições especiais, equivalentes às de caráter excepcional. Cumpre estabelecer, por isso mesmo, uma disciplina severa e permanente para sua aplicação, a semelhança do que o legislador realiza quanto ao uso dos poderes excepcionais, inclusive no estado de sítio, e como estipula a Constituição do Brasil (art. 152, § 3º). E acertada é essa orientação, ainda, porque, conforme temiram Bowie e Friedrich,

"Les restrictions imposées à l'exercice des pouvoirs exceptionnels constituent une partie importante des arrangements constitutionnels des régimes fédéraux modernes" (Études sur le Fédéralisme, Lib. Gen. de Droit et de Jurisp., Paris, 1962, 2ª Partie, página 464).

CONCORDÂNCIA DA DOUTRINA MILITAR

A confirmar todas essas razões jurídicas e políticas, concorre, também, para legitimar a intervenção do legislador no preparo de uma lei — quadro sobre a matéria, a doutrina desenvolvida na Escola Superior de Guerra, ou por militares, ilustres.

Realmente, essa doutrina sustenta, entre outros pontos:

a) "A Política de Segurança Nacional ou Estratégia é uma parte integrante da Política Nacional, destinada a garantir a segurança indispensável à consecução ou salvaguarda dos Objetivos Nacionais, contornando ou eliminando os antagonismos que a isso se antepõem. Portanto, a Estratégia subordina-se à Política, embora em determinadas circunstâncias possa tornar-se dominante, conforme sejam os antagonismos a considerar" (Contra-Almirante Luiz Octávio Brasil: "Planejamento da Segurança Nacional — Conceitos Fundamentais" — 1959, página 5).

b) "O aspecto básico, fundamental, do Poder Nacional é sua característica de integração. Sua aplicação importa, por conseguinte, no emprego de todos os recursos disponíveis da Nação — políticos, econômicos, psicossociais e militares — os quais, completando-se e interando-se, repercutem uns sobre os outros e, condicionando-se mutuamente, combinam-se para integrar aquele Poder" (Coronel José Brito da Silveira; Cap. de Fragata Sylvio Caielli de Giqueira e Ten.-Cel. Alzir Benjamin Chaloub: Elementos Militares do Poder Nacional — in "Rev. Bras. de Estudos Políticos" — Univ. Fed. de Minas Gerais — nº 21 (especial sobre a Seg. Nacional), pag. 211).

c) "A natureza integrada da Estratégia Nacional não permite, pois, que se considere uma Estratégia Particular com exclusão das demais e, como decorrência, impede que se pense em ações estratégicas isoladas e independentes nos diferentes campos do Poder".

Dai, na apreciação dos instrumentos de cada estratégia particular, destacar-se, "no âmbito interno", a "ação parlamentar", quanto à elaboração das leis, a cobertura às iniciativas do Governo, ao provimento dos meios indispensáveis ao eficiente funcionamento da máquina do Estado, e ao favorecimento das soluções mais consentâneas com a realidade nacional" (Cap. de Mar e Guerra Herick Marques Caminha; Cel. Aviator Ismael da Motta Paes e Ten. Cel. Paulo Emilio Souto: Estratégia Nacional — "Rev. Bras. de Est. Políticos" cit., págs. 244-5).

Tais observações não serão válidas nem proveitosas, entretanto, se no conceito de segurança nacional, para efeito relevante como o previsto no art. 16, § 1º, b, da Constituição, o Poder Legislativo é excluído da tarefa construtora, e convocado apenas na condição de órgão punitivo. Tanto menos aceitável é a exclusão quanto a Constituição atribui ao Congresso Nacional, em termos amplos, "dispor, mediante lei, sobre todas as matérias de competência da União" (art. 46).

Por ser órgão qualificado e de opinião valiosa, nem por isso o Conselho de Segurança pode substituir a deliberação congressual, pois a Constituição lhe atribui papel relevante mas de consulta, ou seja, na conformidade do art. 90, o de "assessorar o Presidente da República na formulação e na condução da segurança nacional". Depois, e dentro das diretrizes já mencionadas, "a segurança do Estado deve ser encarada em cada um dos sistemas fundamentais que integram o seu organismo: o político, o econômico, o psicossocial e o militar" (Gen. Lyra Tavares: Segurança Nacional — Bib. do Exército — Editora, 1958, pag. 90).

Em consequência, não há como suprimir, legitimamente, a ação parlamentar legislativa, na definição da

política de segurança nacional, em particular no que concerne à autonomia dos Municípios, por se tratar de decisão que atinge a essência das instituições do Estado.

UNILATERALIDADE IMPRUDENTE

De resto, e ainda que não se conjugassem todos esses motivos jurídicos e de ordem institucional, ao governo conviria aliar a responsabilidade do Congresso na fixação da política de segurança nacional.

A ninguém escapa, hoje, que a ideia de segurança não se afirma por si — mesma, abstratamente, nem como simples decorrência de imposição legal, ou de força. A ordem imposta não é segurança, mas obediência constrangida, geradora de rebelde irreprimíveis. "A verdadeira segurança — advertiu o Marechal Castello Branco, em aula na Escola Superior de Guerra — pressupõe um processo de desenvolvimento, quer econômico, quer social", e "o desenvolvimento econômico e social pressupõe um mínimo de segurança e estabilidade das instituições" (Segurança e Desenvolvimento — In Síntese Política, Econômica, Social, número 35, pg. 5).

Mas a supressão da autonomia dos Municípios não pressupõe nem garante a realização de um plano de desenvolvimento, enquanto reflete, seguramente, instabilidade das instituições sobretudo quando adotada em período de paz. Assim, a eliminação arbitrária ou precipitada do governo local próprio não beneficia a segurança nacional e amortece nas populações regionais o interesse pelo aperfeiçoamento regular da vida política. Do mesmo passo, recaído nas comunas de fronteira, indica desconfiança em relação aos países limítrofes e propicia reservas prejudiciais ao convívio tranquilo.

Esse quadro sombrio é que se desenha no projeto ora examinado, atentatório da livre determinação de 68 Municípios. Muitos deles buscavam encontrar na exploração de riquezas naturais as condições para o seu progresso em regime de autonomia e liberdade, como, a exemplo, Paulo Afonso e S. Francisco de Conde, na Bahia.

Todos esses Municípios, porém, correm o risco de intervenção permanente, diante do procedimento absorvente do governo na conceituação de segurança nacional. Demais, o fato se configura sem nenhuma singularidade de conjuntura que o justifique, pois as eventuais falhas administrativas de alguns Municípios, a que alude a exposição oficial, são puníveis e corrigíveis por sanções comuns, não legitimando a providência radical.

Por fim, cumpre ver que a medida poderá estender-se de modo surpreendente a outros Municípios, precisamente pela falta de disciplina legal adequada.

Mas o Congresso Nacional, que não participou das decisões preliminares básicas, não pode ser desatento a seus deveres institucionais.

PROJETO INADMISSÍVEL

Em presença de todas essas razões, parece-nos que um diploma de conceitos gerais, um instrumento normativo sóbrio e flexível, deve anteceder à elaboração da lei específica enumerativa dos Municípios incidentes no interesse da segurança nacional.

Enquanto essa lei-quadro não se fizer, toda proposição declaratória da inclusão de Municípios na área de interesse da segurança nacional afigura-se-nos ofensiva, como o presente projeto, ao sistema da Constituição, ameaçando, especialmente, a estrutura da federação e o regime representativo.

Sala das Comissões, 9 de maio de 1968. — Josaphat Marinho.

VOTO EM SEPARADO AO PROJETO Nº 13, DE 1968, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 14, DE 1968 (CN) PROFERIDO PELO DEPUTADO MÁRIO MAIA, PERANTE A COMISSÃO MISTA DESIGNADA PARA APRECIAR A MATÉRIA.

Justificativa

Inconstitucionalidade

O Projeto nº 13-68, oriundo da Mensagem nº 14-68 (C.N.) é inconstitucional, pelas seguintes razões:

a) Atenta contra o art. 1º, violando a Federação pela destituição flagrante das células estaduais que são os municípios, com *capitis diminutio* para os governadores em relação às comunas de interesse da Segurança Nacional, os quais terão que nomear prefeitos indicados pelo Presidente da República que em síntese, virão a ser interventores federais, à moda dos existentes nos Territórios, transformados em verdadeiros ditadores mirins.

b) Fere o parágrafo 1º do art. 1º, pois que nesses municípios, o poder deixará de emanar do povo, perdendo portanto sua fonte democrática e passará a se originar de um só indivíduo assumindo o caráter monárquico, com a agravante de que o Presidente da República não é eleito pelo povo, porém por um colegiado adrede preparado para sustentar determinados esquemas, como aconteceu em 1966 e vai acontecer em 1970. Nós parlamentares, devemos ter o escrúpulo de não sermos hipócritas pelo menos com nós mesmos, para reconhecermos que na eleição indireta presidencial o povo fica realmente marginalizado, pois que o candidato nascerá das manipulações das cúpulas que estiverem dominando o poder no momento pela força.

c) Contraria o art. 10, tornando-o supérfluo no que esse dispositivo afirma de que a União não intervirá nos Estados, salvo para: VII — Assegurar a observância dos seguintes princípios: f) — autonomia municipal. No caso, o projeto vem escamotear em verdade a autonomia municipal.

d) Anula o parágrafo 3º do próprio art. 16, pois que se valendo da letra b do parágrafo 1º desse artigo, o Presidente da República nada mais faz do que decretar uma intervenção branca no município, ferindo as constituições estaduais que por força da Carta Magna teriam o direito de regular a intervenção nos municípios.

Este direito fica manietado ou ferido nos municípios declarados de interesse da Segurança Nacional, aliás estas contradições e incoerências, são uma constante na Carta de 24 de janeiro de 1967. Ainda mais, os artigos, incisos, parágrafos, letras, etc., de uma Carta Magna, de um estatuto de um regimento ou de um regulamento, têm que ser considerados correlatamente e não isoladamente, pois que muitos se interdependem, interpenetram.

e) Tumultua o parágrafo 4º do Art. 16, pois uma vez o Prefeito nomeado pelo Governador com a *prévia aprovação do Presidente da República* (prévia — primeiro; logo, a indicação será do Presidente. O Governador apenas lavrará o ato nomeatório); a obediência também será ao Presidente e não ao Governador e muito menos à Câmara Municipal. Onde ficarão os Vereadores? Que poder terão as Câmaras Municipais desses municípios na aprovação dos convênios celebrados pelos municípios e garantidos por dispositivo constitucional?

f) Menospreza o Art. 91 em seu parágrafo único, deixando de regular a utilização das áreas ora declaradas de Segurança Nacional.

A nosso ver o que o Presidente deveria fazer, se houvesse boa-fé em sua ação, era primeiro disciplinar o

parágrafo único do Art. 91, regulando a utilização das áreas especificadas e conceituando, objetivamente, de uma vez por todas, o que seja segurança nacional para os dias em que vivemos em plena era espacial.

Não achei até agora razões que expliquem o aumento da Segurança Nacional, pelo fato de o prefeito de determinado município ser nomeado pelo Presidente da República ao invés de eleito pelo povo. Deduzo mesmo dessa Constituição autoritária vigente, leis ordinárias, da consciência de brasilidade de nossos patriotas e dos nossos deveres de patriotas, o que seja Segurança Nacional. E, por mais que me esforce, não consigo compreender o conceito que leva o Senhor Presidente Costa e Silva a propor, à pretexto de regulamentação de dispositivo constitucional, sejam consideradas áreas de Segurança Nacional, os municípios catalogados neste projeto. Considero que seja muito mais uma atitude eminentemente político-governista momentânea, do que uma preocupação peremptória da segurança nacional.

Como o Governo pode declarar que esta ou aquela área do interesse da Segurança Nacional, quando como prevê a Constituição, o conceito, a definição do que seja Segurança Nacional?

Não se pode dar a interpretação simplista com que o nobre Líder Ernani Sátiro procura convencer os menos avisados de que o projeto é constitucional, simplesmente porque está baseado no parágrafo 1º, letra "b" do art. 16, da Carta de 67.

Anunciar-se que tal matéria é constitucional porque consta deste ou daquele artigo ou parágrafo isoladamente, não tem sentido. Tem-se que analisar se ela está expressa por si mesma no artigo exaurindo seu conteúdo ou se se relaciona com outros artigos, parágrafos, incisos, letras, etc.

O caso presente, é típico de correlação: a letra b do parágrafo 1º do parágrafo 1º, do Art. 16, jamais poderá ser invocado isoladamente. Há que se regulamentar primeiro o parágrafo único do Art. 81, com o qual está intimamente relacionado e que diz *in verbis*: "A lei especificará as áreas indispensáveis à Segurança Nacional, regulará sua utilização e assegurará, nas indústrias neelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros".

Ora, esse projeto nada diz sobre a espécie, o gênero e o grau de necessidade, nem tão pouco regula sua utilização e muito menos estabelece como assegurar o disposto no Art. 91, parágrafo único.

Diz projeto que "são declaradas de interesse da Segurança Nacional para os efeitos do disposto no Art. 16, parágrafo 1º, alínea b, da Constituição os municípios, etc., etc."

Vejam, "são declarados para os efeitos".

— Quais os efeitos?

— Esses efeitos são "a nomeação dos prefeitos de tais municípios pelo Presidente da República".

O principal, isto é, a causa primeira das preocupações da Segurança Nacional, encontram-se consubstanciados no parágrafo único do Art. 91, que se manda fazer uma lei para especificar, definir e conceituar por fim, o que se deve compreender por Segurança Nacional.

Após esta regulamentação, aí sim, poder-se-á evocar os efeitos da alínea b, do parágrafo 1º do art. 16.

Portanto, sem que haja uma lei que "especificará as áreas indispensáveis à Segurança Nacional e regulará sua utilização" (Art. 91 — parágrafo único). Não se poderá buscar os efeitos da alínea b, parágrafo 1º do Art. 16, simplesmente por se ig-

norar as definições que capitulam esses efeitos.

Como podemos ver, o projeto de lei é apenas declaratório e não especificador, definidor ou regulamentador. O projeto é portanto inteiramente inconstitucional e deve ser rejeitado "in totum".

Injuridicidade

O projeto nº 13-68 é injurídico pois que atenta contra a organização administrativa da nacionalidade desrespeitando leis discutidas e aprovadas pelo Congresso Nacional e em seguida sancionada por Presidentes da República, como entre outras, a Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, de autoria do então Deputado José Guilomard dos Santos, pela qual o Acre saiu da forma anacrônica de Território, ganhando a categoria de Estado da Federação com todas as prerrogativas asseguradas pela Constituição.

A aprovação de tão insensato projeto, traria ao Estado uma situação vexatória perante o esforço que seus representantes nas várias casas legislativas, desde as Câmaras de Vereadores, passando pelas Assembleias Legislativas e Câmara Baixa do País até ao Senado Federal, têm feito para a consolidação do Estado do Acre em consonância efetiva em todo o povo daquela unidade da Federação, engastada no extremo mais ocidental de nossa Pátria.

Com a experiência de quem fover nou dois Territórios, o de Ponta Porã (extinto) e o do Acre, por longo 4 anos, na exposição de motivos que ilustra o seu Projeto de Lei nº 2.634 de 1967, que se transformou em 1968, a Lei nº 4.070, elevando o Território do Acre à categoria de Estado, o hoje nobre Senador pela ARENA Partido do Governo, Sr. José Guilomard dos Santos, anatematiza as administrações por nomeações centralizadas, sem a chancela do voto livre do povo, com as seguintes palavras austeras muito significativas para o presente momento: "convenci-me através de longa experiência em dois Territórios Federais, que esse sistema de governo em vez de ser desastrosável caminho para a democracia, ao contrário, conduz à fórmula 'otatárias, senão ao conformismo político'. E' a tendência dos governos fortemente centralizados".

"O menos prevenido dos observadores verá que se um ou outro Governador de Território se mantém tolerante e equânime por formação pessoal, a regra não é essa".

"O fato de não depender do povo a cuja testa se encontra, e sim do Chefe do Governo da República sempre ausente e tão distante, turba e estimula e cede à prepotência e arbitrariedade de todo gênero".

"A história dos nossos Territórios tem por ser de ontem, deixa de estar cheia de inconvenientes; e pelo menos, quanto ao Acre, há 50 anos, legado e vexatória situação de Colônia dentro da própria Pátria, estou certo de interpretar com este projeto os anseios dos seus habitantes ainda cabibaxios, surpreendidos com o estabelecimento ali de administração sem o menor benefício público, do mesmo feitio das que lhe foram impostas pela Bolívia, através dos chamados "delegados del gobierno".

E mais adiante: "... E' preciso convencer-nos de uma vez por todas — não há milagres nem milagreiros em matéria de desenvolvimento econômico ou de conquista sociológica, e tudo de prosperidade de regiões como o Norte do Paraná, Sul de Goiás e de Mato Grosso, constitui entre nós, prova de que dentro do arcabouço constitucional pode-se criar novas riquezas se os esquemas jurídico-políticos em vez de perturbarem as leis naturais, contribuírem para aperfeiçoá-las".

"E quanto ao Acre, já é tempo de fazermos justiça aos legítimos e nobres ideais daqueles que lutaram pela incorporação a nossa Pátria, se é que amamos com sinceridade as fórmulas democráticas e se verdadeiramente as queremos para todos os brasileiros".

Eis pois como conceitua o sistema centralizado do poder, como é exemplo o presente projeto, um dos homens do Brasil de maior experiência na administração de Territórios Federais ou seus equivalentes. Os Governadores dos Territórios, nomeados que são pelo Senhor Presidente da República, em verdade são interventores, transformados em pequenos ditadores, expressão da instabilidade político-administrativa, vez que são demissíveis "ad nutum" ao descaerem da confiança do Chefe da Nação. Essa descontinuidade de administração tem sido um dos fatores mais evidentes no atraso desses Territórios e é mal o Acre galga os primeiros degraus de sua emancipação jurídica-política, com repercussões positivas do ponto de vista mural, sociológico e histórico, vem o Projeto nº 13-68 (C.N.) à pretexto de "interesse da Segurança Nacional" fazer retroceder aquém das condições anteriores as de tempo de Território, criando ao invés de um ditador mirim (os Governadores dos Territórios), vários ditadores mirins (os Prefeitos de cada Município) que em verdade, na prática, serão indicados pelo Presidente da República, restando ao Governador simplesmente o mérito de assinar a nomeação, ainda sujeito a sanções, se nomear ou deixar de nomear alguém que não seja da confiança ou da simpatia do Presidente da República. Os prefeitos então já sabemos, irão ser os afilhados quando não os parentes mais próximos do Presidente ou de seus Chefes de Gabinete mais imediatos, como só ia acontecer em um passado bem recente com a nomeação dos interventores na aventura de se habilitarem a voltar daí a quatro anos Deputados Federais ou Senadores como prêmio por ter servido em "áreas-problema", onde "as elites são escassas", como afirma o Sr. Ministro da Justiça em sua exposição de motivos.

Anti-diplomático e anti-histórico.

O Projeto nº 13-68, é anti-diplomático e anti-histórico.

Senão vejamos: Todas as pendências de fronteiras com nossos vizinhos andinos foram resolvidas por via diplomática, quer por entendimento direto de nossos governos representados por seus chancelieiros quer por via indireta por arbitragem internacional em todos os casos respeitando e fazendo respeitar os diplomas assinados por nós e os demais países. Assim, no Tratado de Yacuchuco, de 27 de março de 1867, e os protocolos dele decorrente. O Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, que firmou definitivamente as nossas fronteiras com a Bolívia. Os tratados que firmaram nossas fronteiras com o Peru, Colômbia, Venezuela, Paraguai, Argentina, etc., etc. em todos esses diplomas internacionais o que presidiu o nosso ânimo, sempre foi o espírito de paz, concórdia e profundo respeito aos nossos vizinhos.

De uma hora para outra, resolve-se nomear prefeitos nos municípios de faixa de fronteira à pretexto de interesse da Segurança Nacional. Constitui-se senão em uma insensatez, numa indecência diplomática para com os nossos vizinhos, além de atentar contra os designios da História.

Se fizermos um retrospecto no tempo iremos verificar com surpresa, que o conceito de autonomia municipal tal entendemos nos regimes democráticos de nossos dias, trans-

borda a noite dos séculos e vai buscar a alvorada dos milênios.

Logo os homens se associaram em povoados e seu instituto gregário os levou a disciplinarem-se. Dentre essas pessoas ou grupos de pessoas organizaram-se para os administrar, dando origem assim, aos municípios, como se os compreendem atualmente.

Na antiga Roma, a palavra Município (do Latim, Municipium), significava cidade que participasse dos direitos de cidadania romana, mas que possuía governo e administração próprios.

O município romano passou a ser considerado como um modelo desse tipo de administração descentralizada, do que resultou entidades idênticas em todo o mundo civilizado, do antigo ao contemporâneo, atravessando os séculos, com modificações muito superficiais, até os nossos dias.

A princípio, na Península Itálica, a semelhança do mundo Helênico, as cidades eram pequenos Estados.

Com a expansão dos romanos esses pequenos Estados foram sendo anexados, tornando-se parte integrante do Império. Tais Cidades-Estados, vieram a ser as "células-mater" do Grande Império Romano.

A esse tempo, formaram menos que uma federação de Estados, porém mais que um simples território ocupado sob intervenção do poder central, perdiam a soberania ao serem anexados, conservando entretanto a autonomia administrativa — a essa organização os romanos chamavam pois Município.

No período Medieval, tornaram a surgir cidades soberanas na Europa Ocidental, no seio de diversos países, já organizadas em nações bem definidas. Entretanto, paulatinamente, essas cidades foram voltando à condição de municípios, como parte de um todo maior, resultante de suas somas, que era a nacionalidade.

Data da era da dominação do Império Romano, a instituição do municipalismo na Península Ibérica.

Portugal adotou em sua formação o regime municipalista, tendo esta forma de governo em verdade, concorrido fortemente para sua consolidação como país independente.

No Século XII, já os Conselhos do Douro, obtinham do poder monárquico central a prerrogativa de *elegerem os seus Alcaldes*, ao invés de serem nomeados pelos reis. E nos equivalentes constitucionais daqueles tempos, como que limitando democraticamente os seus atos reinos, o monarca determinava: "Dou-vos por fôro que não tenhais por Senhor, senão rei ou seu filho ou quem vos os do Conselho quiserdes".

Ao tempo da Colonização, embora estivesse esmaecido essa forma de administração os aglomerados urbanos na Metrópole, foi adotado e revigorado na Colônia a tal ponto que os governadores gerais normalmente conseguiam preservar sua autoridade do domínio das Câmaras nas cidades em que residiam, porém nas outras, essas Câmaras Municipais chegaram a acumular grande soma de poder.

Com o desenvolvimento da indústria e do comércio, tais Câmaras tornaram-se órgãos da expressão nascente da burguesia colonial, desempenhando papel de suma importância nos movimentos nativistas que precederam a independência do Brasil e posteriormente, já como Império, independente da Coroa de Portugal, nos que levaram à Proclamação da República.

A Constituição de 25 de março de 1824, outorgada ao Brasil por D. Pedro I, não se descuidou da importância da autonomia dos municípios, reservando-lhes os artigos 167, 168 e 169, determinando este último a decretação de uma lei regulamentar que dispusesse a respeito de suas atribuições específicas e o exercício de suas funções. O artigo 167, dispunha o seguinte: "Em todas as cidades e

vilas haverá Câmaras, as quais compete o governo econômico e municipal das mesmas cidades e vilas."

Aliás, diga-se de passagem, antes de outorgar a Constituição ao Brasil, quis o Imperador ouvir esses órgãos, o que deu oportunidade à Câmara de Recife, liderada por Frei Caneca, a recusar-se a jurar a Constituição em projeto, afirmando: "não se devia re-der e nem jurar a Constituição em projeto, por ser liberal e apresentada por quem não o podia fazer e por envolver o seu juramento, perjúrio ao juramento cívico de reconhecer e obedecer à Constituinte dissolvida."

O artigo 169 da Constituição de 1824, só veio a ser regulamentado em lei complementar 4 anos mais tarde.

Portanto em 1828, que pela primeira vez no Brasil, surge a expressão *Câmara Municipal*, data esta em que "começou a fase verdadeiramente brasileira da história municipal do Brasil", conforme acentuam os historiadores.

Esta expressão, *Câmara Municipal*, constituindo a Câmara ou o Senado da Câmara, vinha consagrar de uma vez por todas, a importância das comunidades na formação da nossa nacionalidade, consubstanciando já agora, em uma lei definida o que até então eram praxes, normas e práticas sujeitas ao absolutismo dos monarcas.

Os primeiros ensaios de federalismo que se esboçaram no Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, não alteraram em nada a Lei de 1828, que instituiu e deu normatividade às Câmaras Municipais.

Não foi a lei imperial maior, mas sim uma lei provincial paulista de 11 de abril de 1835, que pela primeira vez no império, instituiu como novidades (considerada já retrógrada pelos mais liberais da época), os cargos de prefeitos nomeados pelos presidentes das províncias.

"Foi o Gabinete Paranaquá, em 1832, quem primeiro mencionou, em seu programa, de maneira decisiva, a Autonomia Municipal. E um ano após esse momento histórico para a autonomia da "célula-mater" da nacionalidade, o *Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira*, conceituava o carinho e o amor com que se deviam tratar os municípios com estas significativas e históricas palavras: "Convém dar-lhes completa e inteira independência na administração de seus interesses, substituindo, sempre, os vínculos que o prendem aos Estados."

E o Visconde de Ouro Preto, expunha como base de sua reforma "a eleição dos administradores municipais."

Foi a primeira Constituição Republicana, de 24 de fevereiro de 1891, que finalmente trouxe aos municípios a sua merecida independência, concedendo-lhes na palavra do agora esquecido Brigadeiro Eduardo Gomes, "o poder de auto-determinação."

Esta auto-determinação, está expressa no artigo 68, em simples porém definidoras palavras: "Os Estados organizam-se de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios em tudo quanto respeito ao seu peculiar interesse." E um dos cânones dessa autonomia era a eleição do *Chefe do Executivo Municipal*.

O Professor Sampaio Dória, com respeito a autonomia das Comunas expressa-se com estas palavras: "Na esfera de seus interesses peculiares, os municípios são autônomos, organizam-se como lhes pareça mais conveniente. A determinação de qual e onde vai a esfera dos seus interesses peculiares é que não lhes cabe. Estas fronteiras, estas divisas entre os seus interesses próprios e os do Estado, de que é célula, precisam ser fixados por um poder acima do seu. Daí as leis orgânicas dos Municípios, elaboradas pelas Assembleias Estaduais. Mas, não podem estas leis ir até o ponto de acabar com a autonomia dos Municípios, como por exemplo, se facul-

ta-rem ao Governo do Estado a nomeação dos Prefeitos Municipais."

Não menor preocupação tiveram os constituintes de 1934. Na Constituição desse ano de 16 de julho, lá está em seu artigo 13, inciso I, a eletividade dos prefeitos e dos vereadores às Câmaras Municipais, como princípio básico na organização dos Municípios, (excessão feita aos prefeitos das Estâncias Hidro-Minerais e os das Capitais, os quais poderiam ser nomeados pelo Governo do Estado).

A Carta de 1946, igualmente bafejada pelo calor cívico dos constitucionalistas e dos doutores da então União Democrática Nacional, na amplitude de suas concepções democráticas, oposicionistas da época, também foi magnânima para com os municípios, assegurando-lhes autonomia político-administrativa. Em seu artigo 28, estabelece expressamente: "Artigo 28 — A Autonomia dos Municípios será assegurada: I — pela eleição do Prefeito e dos Vereadores; II — pela administração própria no que concerne ao seu peculiar interesse."

Restringiu apenas a nomeação dos prefeitos de municípios onde haviam estâncias hidro-minerais e naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União e os prefeitos das Capitais dos Estados (§ 1º), os quais o seriam pelos respectivos Governadores, sem entretanto, prévio assentimento do Presidente da República.

E com respeito a Segurança Nacional, a Carta de 46, ainda no Artigo 28, parágrafo 2º, estabelece com parcimônia, a intervenção estatal no município, disciplinando que "serão nomeados pelos Governadores dos Estados ou Territórios, os Prefeitos dos Municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou pontos militares de excepcional importância para a defesa externa do país."

Por uma coincidência que já não nos surpreende mais, na História Constitucional do Brasil, apenas em três diplomas encontramos o menos-prézo a autonomia dos municípios, atentando contra a liberdade de seus municípios escolherem os seus representantes pelo voto livre: A primeira, em um passado remoto, fica impar e perdável, por ser isolada e provinciana — foi a Lei Provincial de 11 de abril de 1835 que instituiu, como vimos, a novidade de prefeitos nomeados pelo Presidente da Província.

A segunda e a terceira formam um par, pelas similitudes que apresentam e pelas influências originárias de um mesmo autor. Tratam-se das Cartas de 10 de novembro de 1937 e a de 24 de janeiro de 1967, ambas inspiradas no arbítrio de um poder centralizado, ambas outorgadas (com pequenas filigranas no modo da outorga); ambas terminando no número 7 (sete) — conta de mentiroso; ambas resultantes de um golpe político-militar; ambas inspiradas pelo cérebro de um mesmo homem em idades diferentes; ambas escamoteadoras da autonomia dos municípios.

A Carta de 1º de novembro de 1937, estabeleceu em seu artigo 27, que os prefeitos dos municípios fossem nomeados pelos Governadores dos respectivos Estados.

A Carta Constitucional de 24 de janeiro de 1967, oriunda de mensagem do Poder Executivo e promulgada apenas pelos membros das Mesas da Câmara e do Senado (os demais Senhores Senadores e Deputados não a assinaram), também deixou aberta no artigo 16, parágrafo 1º alínea b, a brecha por onde se pudessem escamotear a autonomia municipal, umbelando-o ao Poder Central da República.

A este propósito, gostarei de transcrever um trecho do discurso do Brigadeiro Eduardo Gomes, pronunciado em Araraquara em 1945, quando de sua campanha cívico-eleitoral à Presidência da República: "A Carta Constitucional de 10 de novembro de

1937, ainda nesse ponto, para não falar nos demais, constituiu um autêntico retrocesso. Voltamos, pelo seu artigo 27, com a nomeação dos Prefeitos pelo Governador do Estado, ao regime da lei provincial de 11 de abril de 1835. Quis o Estado Novo, acrescentando com o seu minto as plantas viscidas da nossa tradição liberal, destruir no país o vínculo federativo. E não é tudo: Cortando fundo na autonomia dos Estados, nem queria deixar indene a autonomia municipal."

"Sem Câmara eletiva, com os seus prefeitos nomeáveis "ad mutum", não lhes sendo lícito tomar as providências mais comensais da administração sem o placet do Governo Estadual, e, muitas vezes da República, ficaram os municípios reduzidos a meras circunscrições territoriais, privados de tudo, pois mesmo os artigos essenciais para a sua vida, como o sal e o açúcar, apenas lhes chegavam como verdadeiras benesses, da parte dos controladores desses produtos."

"Viram os habitantes do interior, como os das capitais, em seus próprios municípios, o que representa para o país um governo fundado no arbítrio. Aprenderam, nestes oito anos, tão logos e torturantes, aquilo

que se reduz um povo que viu sempre prometida a sua liberdade."

Não precisamos de esforço. Não necessitamos de figura de retórica para comparar a Carta de 37 com a de 67. Não fora os demais capítulos, bastava o Artigo 16, parágrafo 1º, alínea b, para identificá-las. E não querendo buscar outras palavras, bastam a do velho Brigadeiro. Basta que se substituam algumas datas e algumas poucas palavras, por exemplo: Se, em vez de 1937, falarmos em 1967; se, em vez de Estado Novo, falarmos Revolução de 31 de março; se, ao invés de falarmos Artigos 27, referirmos Artigo 16, parágrafo 1º, alínea b, o resto é tudo conforme, para condenar, não com as nossas palavras mas com as do Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato em 45, dos homens que hoje estão no poder por via de golpe político-militar, a Mensagem nº 14/68, encaminhada à esta Casa pelo Presidente Costa e Silva, transformada no Projeto de Lei nº 13/68, que ora apreciamos e que deve merecer a repulsa do Congresso Nacional porque fere a consciência e a vocação democrática de toda a Nação Brasileira.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1968. — Deputado Mário Mata, M.D.B. — Acre.

SENADO FEDERAL

ATA DA 75ª SESSÃO, EM 14 DE MAIO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, DA 6ª Legislatura (Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO.

As 10 horas acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena
José Guimard
Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Pedro Carneiro
Lobão da Silveira
Achilles Cruz
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petrônio Portela
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Luiz de Barros
Dinarte Mariz
Manoel Villaga
Pereira Diniz
Argemiro de Figueiredo
Rui Palmeira
Dylton Costa
José Leite
Aloysio de Carvalho
Eduardo Catalão
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Paulo Torres
Vasconcelos Tórre
Mário Martins
Gilberto Marinho
Milton Campos
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Péricles Pedro
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Bezerra Neto
Milton Menezes
Mello Braga
Alvaro Catão
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Senhores Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência, tendo em vista o Aviso nº 273, de 8 do corrente, do Ministro da Educação, Dr. Tarso Dutra, avisa aos Senhores Senadores que Sua Excelência comparecerá ao Senado, atendendo a requerimento do Sr. Senador Arnon de Melo, no dia 22 do mês em curso, ficando marcada para às 15 horas o seu ingresso no Plenário. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Não há oradores inscritos (Pausa). Nenhum dos Srs. Senadores presentes desejando fazer uso da palavra, irei declarar encerrada a sessão, designando para a sessão Ordinária de hoje a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 1966

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1966, de autoria do Senador Bezerra Neto, que determina a aplicação de correção monetária a créditos objeto de ação judicial, e dá outras providências, tendo Pareceres, sob ns. 292 a 294, de 1968, das Comissões: — de *Constituição e Justiça*, favorável, com emendas que oñerece sob ns. 1 a 4 — CCJ (voto, com restrições, do Senador Wilson Gonçalves); — de *Economia*, favorável ao projeto e às emendas da Comissão de *Constituição e Justiça*; — de *Finanças*, favorável.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 1968

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1968, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tórre, que estabelece normas para aproximadamente abrigatório de candidatos a Cursos superio-

res, de acordo com o número de vagas e das outras providências, tendo Pareceres sob ns. 367 e 368, de 1968, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; e — de Educação e Cultura, pela rejeição.

3

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 1968

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Finanças, em seu Parecer número 409, de 1968) do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968, (número 1.100-68 na Casa de origem) que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1968-1970.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 1968

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1968 (nº 24-A de 1967 na Câmara dos Deputados) que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a emissão de Letras do Tesouro, Série "D", ao portador no montante de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos), tendo Pareceres sob ns. 319 e 320, de 1968, das Comissões de — Constituição e Justiça, favorável ao Projeto e contrário ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1968

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 34, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que concede aposentadoria a Iherazinha de Mello Bobány, Taquígrafa Revisora, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 35, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição do Banco Nacional de Habitação, pelo prazo de um ano, o Oficial Legislativo PL-4, Cláudio Idebuck Carneiro Leal Neto, da Secretaria do Senado Federal.

7

REQUERIMENTO Nº 429, DE 1968

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 429, de 1968, pelo qual o Senhor Senador Lino de Mattos, solicita transcrição nos Anais do Senado Federal da Mensagem do Papa Paulo VI, proferida em português, diretamente de Roma, no dia 21 de abril do corrente, quando dos festejos do 8º aniversário de Brasília.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 1961

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1961, de autoria do Senhor Senador Nelson Maculan que altera a Legislação do Imposto de Renda, tendo Pareceres sob ns. 330-A, 362-B, 370-C e 361, de 1963, das Comissões de — Constituição e Justiça pela constitucionalidade; — Agricultura, favorável; — Economia, favorável; e — Finanças, pela rejeição, por já estar atendida pela legislação atual.

Está encerrada a sessão.

(Levantou-se a sessão às 10 horas e 13 minutos).

ATA DA 76ª SESSÃO, EM 14 DE MAIO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Alvaro Maia
Peuro Carneiro
Lôzão da Silveira
Achimiles Cruz
Duarte Filho
Luiz de Barros
Dirante Mariz
Manoel Villalça
Pereira Diniz
Argemiro de Figueiredo
Passos de Queiroz
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Dylton Coscia
José Leite
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Paulo Torres
Gilberto Marinho
Nogueira da Gama
Pérides Pedro
Pedro Ladovico
Fernando Correa
Milton Menezes
Daniel Krieger

C. SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) A lista de presença acusa o comparecimento de 26 Srs. Senadores. Havendo número regimental declarado aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é sem debates aprovada.

SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há sobre a mesa projeto de resolução que altera o Regimento, cuja leitura será feita pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Projeto de Resolução Nº 37, de 1968

De-se a seguinte redação ao artigo 45 do Regimento Interno:

Art. 45. Dar-se-á a convocação do suplente para o exercício do mandato do respectivo autor, incluíve nas comissões permanentes nos casos de:

I — vaga (Constituição, § 1º do artigo 38 e art. 144, item II).

II — licença por mais de cento e vinte dias (Constituição, § 1º do artigo 38).

III — afastamento do exercício do mandato

a) por mais de 90 (noventa) dias para desempenho de missões temporárias de caráter diplomático ou cultural (Constituição, § 2º do art. 38);
b) por qualquer tempo, para o desempenho das funções de Ministro de Estado, Interventor Federal, Secretário de Estado ou Prefeito da Capital (Constituição, art. 38).

IV — suspensão do exercício do mandato (Constituição item do art. 144).

Parágrafo único. Não haverá convocação do suplente se, ao ser concedida a licença, faltarem 90 (noventa) dias, ou menos, para o término da sessão legislativa.

Justificação

A intenção da emenda é dar função ao suplente, em exercício, nas Comissões Permanentes.

Não é justo e nem razoável que substituindo ele o titular efetivo do cargo quanto ao mais, que é o de

votar e tomar parte nos debates do plenário, não possa fazê-lo quanto ao menos, que é a substituição nas mencionadas Comissões.

No contrário, ficará o suplente sem trabalhar, o que não deve ser a intenção do Regimento.

Por outro lado, a modificação pretendida adapta a Constituição vigente aos dispositivos da lei interna da Casa, no que se refere ao exercício do mandato senatorial pelos suplentes.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1968. — Senador Pereira Leite.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O projeto será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante três sessões, de acordo com o Art. 407, § 1º, do Regimento Interno, para receber emendas. Em seguida será despachado às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência deferiu os seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 493-68, de autoria do Senador Adalberto Sena, ao Ministério Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República;

Nº 494-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, ao Ministério da Fazenda;

Nº 495-68, de autoria do Senador Adalberto Sena, ao Ministério Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República;

Nº 496-68, de autoria do Senador Edmundo Leiri, ao Ministério da Indústria e Comércio;

Nº 497-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, ao Ministério dos Transportes;

Nº 500-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, ao Ministério da Fazenda;

Nº 501-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, ao Ministério da Indústria e Comércio.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa dois requerimentos de informações que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 502, de 1968

Requeremos, na forma do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Ministério das Minas e Energia, por intermédio da Petróbras, o seguinte:

1º em que consistiu o erro da Petróbras, denunciado no "O Globo" de 13.5.68, pelo Professor Eugênio Gudin, nas compras de óleo bruto e se houve algum prejuízo para a empresa com a operação e de quanto?

2º Desde quando está parado o oleoduto Rio-Belo Horizonte, qual a causa da paralisação e quando começa a sua atividade?

3º Quando começa a funcionar a Fábrica de Lubrificantes de Mataripe na Bahia, contratada desde 1959 e cuja montagem das unidades destinadas à produção de lubrificantes está pronta desde 1960?

4º Qual o motivo dessa impressão de demora?

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1968. — Senador Pereira Diniz.

Requerimento nº 503, de 1968

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministério dos Transportes as seguintes informações:

1º Se o Ministério dos Transportes autorizou ou determinou que a Empresa de Navegação da Amazônia S.A. (ENASA) mande pagar os aposentados dos antigos SNAPP, a quem sucedeu, residentes em Manaus através da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e da Agência do

Banco do Brasil em Belém, Estado do Pará?

2º Qual a razão desse procedimento, quando existem Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e Agência do Banco do Brasil em Manaus?

3º Quais as providências que o Ministério poderá determinar para que os aposentados da antiga empresa SNAPP residentes em Manaus, não continuem obrigados a constituir procurador em Belém, com reais prejuízos para os seus marcos presentes e dificuldades inerentes para o seu recebimento?

Justificação

Em fevereiro do corrente ano, os aposentados pelos serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará, que recebem pelo M.V.O.P., através dos SNAPP, dignam memorial ao Senhor Ministro dos Transportes pedindo seu pagamento em Manaus pela Delegacia Fiscal ali localizada. Esclareçam os requerentes:

"Destes modos, evitaremos inúmeras despesas que viriam onerar os nossos proventos, como corretores, transferências pelos bancos, comissões etc., numa inferior a 15 por cento, e contar com a incerteza e custos extras, que nos trariam serias dificuldades, para manutenção de nossas famílias".

Mas ao que indica a nota abaixo reproduzida, não chegaram a solução desejada. A ENASA estampou no jornal "A Crítica" de Manaus edição de 22.2.68, a seguinte nota:

"MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
EMPRESA DE NAV. DA
AMAZONIA S.A.

(ENASA)

NOTA PUBLICA

A Empresa de Navegação da Amazônia S.A. (ENASA), Avisa aos Senhores Aposentados dos antigos "Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP), residentes e domiciliados nesta Capital que, em face de determinação legal, os pagamentos de seus proventos relativos ao mês de janeiro já foram efetuados através da Delegacia Fiscal do Ministério da Fazenda de Belém enquanto os atinentes ao mês de fevereiro, em diante serão realizados pelo Banco do Brasil S.A., Agência de Belém. Oultrossim, esclarece, ainda, que, para a regularização desses pagamentos de acordo com as instruções expedidas pela Delegacia Fiscal do Ministério da Fazenda em Belém, os mesmos servidores aposentados deverão comparecer, através de Procuração, os Poderes necessários e especiais ao recebimento dos proventos em apêndice inclusive, para a movimentação de Contas Bancárias para o corrente exercício e demais subsequentes. a) 4 Diretoria".

Sala das Sessões, Brasília, 14 de maio de 1968. — Edmundo Fernandes Leiri.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Os requerimentos lidos serão publicados e a seguir, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há vários oradores inscritos.

O primeiro é o Senador Fernando Correa, a quem concedo a palavra.

C SR. FERNAN CORREA:

(Sem recusa do orador) — Sr.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, grupo a tribuna do Senado, hoje, para dar conta da viagem que fiz, com toda a bancada de Mato Grosso, acompanhando o Sr. Ministro Mário Andrzejka, a Campo Grande, Corumbá, até o Porto Quinze de Novembro.

Achou por bem S. Ex.^a que fosse acompanhado pelos representantes de Mato Grosso no Congresso Nacional.

Daquí partimos de avião até Curitiba onde S. Ex.^a inaugurou a estação ferroviária da Brasil-Bolívia, um dos itens do Tratado de Petrópolis, que vem se arrastando desde o saudos Barão do Rio Branco.

O Brasil, assim, cumpriu mais uma cláusula desse tratado internacional. Depois de visitar as novas instalações da alfândega, partimos para Campo Grande, onde chegamos à noite. De lá, no dia seguinte, cedo, percorremos de automóvel toda a estrada de rodagem Campo Grande—Pôrto XV de Novembro, justamente na ponte sobre o rio Paraná, que foi inaugurada pelo saudoso Marechal Castello Branco. Essa estrada tem quase quatrocentos quilômetros de extensão e já está pavimentada em mais de cem quilômetros. Em presença dos empresários dos diversos trechos desta rodovia S. Ex.^a prometeu aos parlamentares de Mato Grosso, ao Governador do Estado e outras autoridades presentes a sua inauguração, completamente pronta para meados do próximo ano. Essa estrada tem vital importância para a economia matogrossense, pois ligará todo o Sul do Estado, através do seu centro econômico, que é Campo Grande, com os grandes centros do Brasil. Poder-se-á ir de automóvel, por estrada asfaltada de Mato Grosso ao Rio Grande do Sul, Brasília e até Bahia e próximo a Recife.

Para aqueles pessimistas que não acreditam mais no Brasil, esta estrada já é um fator para desmentilos. Conheçamos a estrada Rio—São Paulo ainda de terra e hoje verificamos, com grande orgulho para nós brasileiros, que já temos mais de trinta mil quilômetros asfaltados. Costumamos sempre debitar à conta da administração o desleixo, a falta de atendimento às reivindicações muito justas do interior, à administração pública brasileira dizendo que já se construiram, em pouco tempo, mais de 50 mil quilômetros de estradas asfaltadas.

De Pôrto Quinze fomos, ainda com o Sr. Ministro Mário Andreazza, até Presidente Prudente, onde S. Ex.^a tomou seu avião e partiu para o Rio de Janeiro, já às 19.30 horas. Dessa cidade de Presidente Prudente fomos a Uberaba assistir, em companhia já agora da Comissão de Investigação dos Problemas Agropecuários no Brasil, à exposição que ali se realizava. Realmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, posso dizer do orgulho com que eu, que sou também pecuarista, vejo cada vez mais o nosso gado melhorado, a criação dos nossos reprodutores chegando ao limite bem razoável. A criação do zebu, transportado da Índia por nós brasileiros, deu o tipo hindu-brasileiro, que está cada vez melhor. Para orgulho meu, que sou matogrossense, o premiado foi o fazendeiro de Mato Grosso Sr. Dinamérico Ignácio de Souza, que conseguiu o primeiro lugar na categoria dessa raça de zebu. O Sr. Orestes Prata Tibery, de Três Lagoas, também foi premiado com alguns exemplares dessa raça.

Longo após a exposição tivemos uma reunião dos pecuaristas daquela zona e, infelizmente, verificamos o pessimismo que reina entre eles por causa do ICM, pela falta de atendimento das mais sentidas reivindicações da pecuária. O pessimismo tomou conta do temperamento daqueles fazendeiros. Disse-lhes que eram muito justas as suas reivindicações, suas queixas, que nem tudo está perdido, que por crises iguais a estas todo o Brasil tem passado várias vezes e que temos a capacidade, o patriotismo, o bom-senso para sair delas muito bem. Com essa mentalidade havemos de nos safar dessa transitória crise por que passa a pecuária e também a agricultura brasileira.

De Uberaba nos deslocamos para Barretos, onde se realizava exposição idêntica. Nessa cidade fui surpreendido pela qualidade excepcional do gado exposto.

Uberaba foi a pioneira em trazer o gado da Índia para o País e tinha por assim dizer, o monopólio do zebu brasileiro. E graças a esse ato de pioneirismo, esse gado está espalhado por todo o território nacional.

Em Barretos, o gado é tão bom como o de Uberaba. Há também o de Araxá que é muito bom.

Daquí a uma semana teremos uma exposição em Goiás e a 15 haverá outra na própria Capital.

O Brasil deve ver com olhos de otimismo o trabalho dos pecuaristas e varrer da nossa mentalidade esse pessimismo que reina nas classes produtoras, sobretudo da agricultura e da pecuária brasileiras, no interior do nosso País.

Tenho a certeza que nós, se continuarmos a trabalhar, se continuarmos portados na melhoria do nosso gado, dos nossos rebanhos, teremos resultados excelentes.

Vi, de Presidente Prudente até Anápolis, pastagens magníficas, e lavouras sem fim.

Ainda há pouco visitei a fazenda de um amigo, em São Paulo, às margens do Rio Grande, e que produziu, no ano passado, 60.000 sacas de milho, o que veio reforçar a minha convicção de que nem tudo está perdido, que o Brasil tem filhos-trabalhadores e patriotas e que essa crise há de ser vencida, mercê do nosso trabalho eficiente e, sobretudo contínuo. Mas não por isso deixo de fazer um apelo aos órgãos competentes da República para que atendam olhem com melhores olhos, as justas reivindicações dessa classe sofrida mas trabalhadora, dos pecuaristas e dos agricultores do Brasil. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa) Sobre a mesa há requerimento, que será lido pelo Sr. 1.^o Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 504, de 1968

Nos termos do art. 42 do Regimento Interno, requer 125 dias de licença para tratamento de saúde. Sala das Sessões, em 14 de maio de 1968. — José Feliciano Ferreira.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em virtude da deliberação do Plenário, será convocado o Sr. Armundo Stoni, Suplente do Sr. Senador José Feliciano.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, recentemente, foram guindados à alta Administração do Colégio do Tribunal de Justiça do Distrito Federal os Srs. Desembargadores Joaquim de Souza Neto e Mário Brasil de Araújo, respectivamente nos cargos de Presidente e Vice-Presidente daquele preloquio Colegiado.

No último sábado, a classe dos advogados de Brasília, na qual me inscrevo com muita honra, homenageou aquelas duas figuras da Magistratura brasileira. Foi uma festa de confraternização e, a respeito do acontecimento, desejo fazer um registro nos Anais desta Casa, eis que, ao Senado da República, por imposição constitucional, cabem as tarefas e as obrigações no que diz respeito aos interesses de Brasília.

Quero, Sr. Presidente, dizer apenas algumas palavras, ditadas pelo dever e também dinamizadas e enriquecidas pelo prazer — o dever que

ali, naquele tanquete, foi exemplarmente cumprido, de exaltar a autoridade do Judiciário, cuja missão, sem dúvida alguma, se cimenta com os imperativos e com as necessidades da própria ordem social; e o prazer, decorrente das emoções daquela intervenção de advogados, em pleno clima, respeitável e ao mesmo tempo cativante, da Justiça, onde a pequena dimensão, vale dizer, a pequenez dos dissabores e dos desconfortos não chega a vulnerar, nem sequer a perturbar, ou a comprometer, a grandeza da nossa confiança na beleza do Direito e na serena imparcialidade da Lei.

O que caracterizou, Sr. Presidente, aquela homenagem, foi, longe de qualquer contestação, um estado de alma dos Advogados, com relação aos dois ilustres homenageados. Sentimos, meice da nossa presença e da nossa observação, sentimos, reconhecemos e proclamamos que a sinceridade presidiu em toda a sua plenitude a elegância e o profundo significado daquele preito de reconhecimento e de exaltação cívica a duas figuras excecionalmente da magistratura do Distrito Federal.

E essa certeza, no que diz respeito à sinceridade das homenagens tribuídas, se cifrou em vários ângulos de julgamento. Ninguém, no Distrito Federal, talvez mesmo ninguém, neste país, pode negar a existência, nos Desembargadores Joaquim de Souza Neto e Mário Brasil de Araújo, de uma marcante característica que é a sua educação pessoal, trazida no esbanjamento com o trato com os advogados.

O Sr. Petrólio Portela — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Pois não.

O Sr. Petrólio Portela — A justiça manda que eu fale, interrompendo o brilhante discurso de V. Ex.^a, para dizer que Souza Neto paira acima de qualquer elogio. Piauiense, saiu do meu Estado, e, em concurso conquistou a cátedra de magistrado que ilustra honra e dignifica. Elevado, pela segunda vez, à cúpula da administração do Tribunal, já, agora, são os colegas ilustres que a firmam o valor desses eminente filho do Piauí, confirmando-o como Chefe do Poder Judiciário do Distrito Federal.

O SR. EURICO REZENDE — Muito grato a V. Ex.^a.

É a simplicidade sem atavios e sem artifícios, nem sempre uma constante em juizes que ocupam posições elevadas, muito dos quais se situam no somento na torres de marfim de seu afastamento e de sua vaidade.

Por outro lado, as suas figuras que se guindaram ao ápice da pirâmide da administração da Justiça em Brasília, possuem uma sólida, aplaudida e reconhecida cultura a serviço pleno do Direito e da Justiça.

E, finalmente, de envolta com aqueles atributos, os eminentes Desembargadores homenageados foram-se engrandecendo-se através dos tesouros da probidade pessoal e das jazidas inesgotáveis de uma honradez funcional, não apenas digna de ser exaltada mas, sobretudo, digna de ser seguida e imitada.

Essas duas figuras, Sr. Presidente, se constituíram no dueto, objeto do nosso louvor e da espontaneidade dos nossos encoômios e, por que não dizer? da consagração dos Advogados de Brasília.

É saliente-se, Sr. Presidente, que, por temperamento, se não mesmo por profissão, o Advogado é pouco dado a percorrer as estradas do elogio.

O seu meio é a controvérsia e a sua matéria-prima é o combate na defesa indomável dos interesses dos seus constituintes.

Quero, Sr. Presidente, com estas rápidas palavras gravar, no dia parlamentar de hoje, nesta Casa, um acontecimento auspicioso verificado em Brasília e que se constituiu nu-

ma ardorosa exaltação ao primado da lei, à imparcialidade da magistratura e ao símbolo da justiça.

Os dois homenageados igualam-se, um na Presidência e outro na Vice-Presidência, pela mesma pertinência de esforços e, sobretudo, pela mesma vocação de magistrados. Poderíamos, então, dizer que não são iguais apenas num vínculo harmonioso da hierarquia e da jurisdição.

Fazendo este registro, Sr. Presidente, congratulo-me com os advogados de Brasília pela generosa e justa iniciativa, e também com os Desembargadores Souza Neto e Mário Brasil por haverem constatado, mais uma vez, como se outras tantas não bastassem, a convicção de que eles se constituem num estado de alma entre os advogados de Brasília, pela sua inteligência, pelo seu talento, pela sua cultura, e, principalmente, pela constância da prestação do melhor serviço à justiça brasileira. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa comunicações que serão lidas pelo Sr. 1.^o Secretário.

São lidas as seguintes:

Brasília, em 14 de maio de 1968. Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador Menti de Sá pelo Nobre Senhor Senador Dylton Costa na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 14, de 1968 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Manoel Villaga, Líder.

Brasília, em 14 de maio de 1968. Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador Catiene Pinheiro pelo Nobre Senhor Senador Pedro Carneiro na Comissão Mista que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 14, do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 14, de 1968 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Manoel Villaga, Líder.

Brasília, em 14 de maio de 1968. Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador João Gelas pelo Nobre Senhor Senador Luiz Barros na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 14, de 1968 (C. N.).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Manoel Villaga, Líder.

Brasília, em 14 de maio de 1968. Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador Victorino Freire pelo Nobre Senhor Senador cer sobre o Projeto de Lei nº 14, de Paulo Torres na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 14, de 1968 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Manoel Villaga, Líder.

Brasília, em 14 de maio de 1968. Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador José Emílio pelo Nobre Senhor Senador Adalberto Sena na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 14, de 1968 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Manoel Villaga**, Líder.

O SR. PRESIDENTE:

(**Gilberto Marinho**) — De acordo com as comunicações que acabam de ser lidas, serão feitas as substituições

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guilomard
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petrônio Portela
José Cândido
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Eduardo Catalão
Josaphat Marinho
Vasconcelos Tórreres
Mário Martins
Milton Campos
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
Bezerra Neto
Mello Braga
Antonio Carlos
Atílio Fontana
Gúido Mondim

O SR. PRESIDENTE:

(**Gilberto Marinho**) — Passa à

ORDEM DO DIA

Item 1:

"Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1968, de autoria do Senador **BEZERRA NETO**, que determina a aplicação de correção monetária a créditos objeto de ação judicial, e dá outras providências, tendo

Pareceres, sob ns. 292 a 294, de 1968, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, favorável, com emendas que oferece sob ns. 1 a 4 — CCJ (voto, com restrições, do Senador **Wilson Gonçalves**);

— de *Economia*, favorável ao projeto e às emendas da Comissão de Constituição e Justiça;

— de *Finanças*, favorável.

A discussão do projeto, em seu primeiro turno, foi encerrada na sessão de ontem e deixou de ser votado por falta de quorum.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO 13, DE 1966

Determina a aplicação da correção monetária a créditos objeto de ação judicial, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As normas de correção monetária referidas no art. 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, aplicam-se aos créditos sub judice, desde que sejam os referidos no artigo 298 do Código de Processo Civil, os que decorrerem de execução de sentença por quantia certa e de ação executiva fiscal.

Art. 2º A incidência dos cálculos de atualização monetária será procedida a partir da sentença definitiva de primeira instância, incluindo-se na mesma correção os períodos resultantes de desrespeito aos prazos processuais.

Art. 3º No caso da correção monetária por mora na inobservância dos prazos processuais poderá o devedor se eximir da correspondente penalidade provando que o fato decorreu de desídia do Juiz, dos Auxiliares de Justiça, do Ministério Público ou do representante da Fazenda Pública.

Art. 4º Comprovada a responsabilidade funcional referida no artigo 3º, serão aplicadas ao culpado as penalidades previstas no artigo 24 do Código de Processo Civil, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei para os casos de má-fé.

Parágrafo único. Com a prova da aplicação da penalidade processual prevista neste artigo, ficará liberado o devedor quanto ao pagamento do acréscimo correspondente à correção monetária.

Art. 5º Para evitar a correção ou suspender o seu curso, conforme este se tenha ou não iniciado, o interessado poderá efetuar o depósito judicial, da quantia cobrada, em moeda corrente.

Parágrafo único. Decidida como improcedente a ação, por decisão passada em julgado, será efetuado o cálculo de correção monetária a favor do executado, que cobrará a quantia correspondente na execução de custas e demais elementos da decisão, levantado o depósito do principal.

Art. 6º A Corregedoria da Justiça expedirá imediatamente para os Juizes das Comarcas a tabela de coeficientes de atualização publicada no *Diário Oficial* pelo Conselho Nacional de Economia, no segundo mês de cada trimestre civil e para vigorar durante o trimestre civil seguinte, conforme estabelece o artigo 7º da citada Lei nº 4.357.

Art. 7º A correção prevista na presente lei será feita com base na tabela em vigor na data em que for efetivamente liquidado o crédito, por cálculo efetuado pelo contador do fóro.

Art. 8º Dentro do prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta Lei, os Tribunais de Justiça, através das Corregedorias, expedirão as normas de sua regulamentação.

Art. 9º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE: (**Gilberto Marinho**) Em votação as emendas apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

O Senhores Senadores que aprovam as emendas, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Estão aprovadas. A matéria vai à Comissão de Redação, para redigir o vencido, para o segundo turno.

São as seguintes as emendas aprovadas:

EMENDA Nº 1 — CCJ

Suprimam-se os arts. 3º e 4º.

O art. 5º prevê a única hipótese em que, nos termos do próprio projeto haverá justificação para eximir o devedor da correção.

EMENDA Nº 2 — CCJ

Ao parágrafo único do art. 5º, substitua-se as expressões: "Decidida como" por "julgada" e "executada" por "exequente."

EMENDA Nº 3 — CCJ

Ao art. 7º, in fine, substitua-se a palavra "fóro" por "Juízo."

EMENDA Nº 4 — CCJ

Suprima-se o art. 8º.

O SR. PRESIDENTE:

(**Gilberto Marinho**)

Item 2:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1968, de autoria do Senhor Senador **Vasconcelos Tórreres**, que estabelece normas para aproveitamento obrigatório de candidatos a Cursos Superiores, de acordo com o número de vagas e dá outras providências, tendo Pareceres sob ns. 367 e 365, de 1968, das Comissões: — de

Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; e — de Educação e Cultura, pela rejeição."

A discussão do projeto, em primeiro turno, foi encerrada na sessão de ontem, 13 de maio. Deixou de ser submetida a votos por falta de quorum.

Em votação o projeto. Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitado.

E' o seguinte o projeto rejeitado que vai ao arquivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 1968

Estabelece normas para aproveitamento obrigatório de candidatos a Cursos Superiores, de acordo com o número de vagas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Quando, nos exames vestibulares aos Cursos Superiores, o número de vagas for maior que o de candidatos inscritos, estarão automaticamente matriculados os que, no Curso Clássico ou Científico, tenham obtido, nos últimos três anos, média de notas igual ou superior a sete (7).

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer Nº 409, de 1968

E' a seguinte a redação final aprovada:

Da Comissão de Finanças, oferecendo a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968, que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1968/1970.

Relator: Sr. **Manoel Villaga**. A Comissão de Finanças apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968, que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1968/1970.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1968. — **Argemiro de Figueiredo**, Presidente. — **Manoel Villaga**, Relator. — **Lobão da Silveira**. — **Mem de Sá**. — **João Cleofas**. — **Bezerra Neto**. — **José Leite**. — **Antonio Carlos**. — **Carvalho Pinto**.

ANEXO AO PARECER Nº 409-68

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968 (nº 1.100-B-68, na Casa de origem), que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1968/1970.

EMENDA Nº 1

Substitua-se no projeto a expressão "Fundação Brasil Central" por "Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO".

EMENDA Nº 2

Dê-se aos arts. 2º e 3º a redação adequada em conformidade com as emendas aprovadas nos diferentes programas.

EMENDA Nº 3

Programa — Administração.
Subprograma — Administração.
Ministério — Da Indústria e do Comércio.
Projeto — Construção da sede em Brasília.

	1968	1969	1970
	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Reduza-se em	—	1.000.000	1.000.000

EMENDA Nº 4

Programa — Administração.
Subprograma — Administração, Superior (Executivo).
Órgão — Presidência da República.

	1968	1969	1970
	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Inclua-se:			
Novas Obras nos Palácios Presidenciais	—	500.000	500.000
Construção de Anexo ao Palácio do Planalto			

EMENDA Nº 5

Programa — Administração.
Subprograma — Administração Superior (Executivo).
Ministério — Interior.
Projeto — Reequipamento do Gabinete do Ministro.

	1968	1969	1970
	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Reduza-se	—	650.000	800.000

EMENDA Nº 6

Programa — Administração.
Subprograma — Administração.
Ministério — Das Minas e Energia.
Projeto — Equipamento da Secretaria-Geral.

	1968	1969	1970
	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Reduza-se em	—	75.000	75.000

EMENDA Nº 7

Programa — Administração.
Subprograma — Administração.

Presidência da República.
Órgão — Agência Nacional.
Projeto — Reequipamento da Agência Nacional.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê	2.620.000	1.000.000	1.000.000
Leia-se	2.620.000	1.500.000	1.500.000

EMENDA Nº 8

Programa — Administração.
Subprograma — Administração.
Ministério — Interior.
Órgão — D.N.O.C.S.
Projeto — Ampliação e Reformas de Sedes Administrativas.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê	—	1.500.000	—
Leia-se	—	500.000	—

EMENDA Nº 9

Programa — Administração.
Subprograma — Administração Superior (Judiciário).
Poder Judiciário.
Órgão — Tribunal de Justiça do D.F.
Projeto — Construção do Edifício-Sede do T.J.D.F. e Territórios.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê	5.000.000	5.000.000	2.200.000
Leia-se	5.000.000	5.800.000	3.000.000

EMENDA Nº 10

Programa — Administração.
Subprograma — Administração Superior (Judiciário).
Poder Judiciário.
Órgão — Tribunal de Justiça do D.F.
Projeto — Reequipamento do Tribunal.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Reduza-se em	—	—	600.000

EMENDA Nº 11

Programa — Administração.
Subprograma — Administração.
Ministério — Planejamento.
Projeto — Programas Especiais Relacionados com a Consolidação da Capital.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Reduza-se em	—	300.000	300.000

EMENDA Nº 12

Programa — Administração.
Subprograma — Administração Superior.
Ministério — Poder Judiciário.
Órgão — Justiça do Trabalho.
Projeto — Aquisição de Prédios para os Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê	7.115.000	2.590.000	2.400.000
Leia-se	7.115.000	2.200.000	2.000.000

EMENDA Nº 13

Programa — Administração.
Subprograma — Administração Superior.
Poder Judiciário.
Órgão — Justiça Federal da 1ª Instância.
Projeto — Aquisição de Prédios.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê	—	600.000	400.000
Leia-se	—	990.000	800.000

EMENDA Nº 14

Programa — Administração.
Subprograma — Administração Superior.
Poder Judiciário.
Projeto — Reequipamento da Justiça Federal da 1ª Instância.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê	36.000	50.000	70.000
Leia-se	36.000	100.000	120.000

EMENDA Nº 15

Programa — Administração.
Subprograma — Administração Superior.
Poder Judiciário.
Órgão — Justiça do Trabalho.
Projeto — Reequipamento do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê	494.000	2.025.780	1.402.550
Leia-se	494.000	1.975.780	1.352.550

EMENDA Nº 16

Programa — Administração.
Subprograma — Administração.
Ministério — Interior.

Onde se lê:
Reequipamento da Fundação Brasil Central.

Leia-se:
Instalação e Equipamento da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

EMENDA Nº 17

Programa — Administração.
Subprograma — Administração.
Ministério — Da Indústria e do Comércio.
Projeto — Instalação do Centro Telefônico.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Reduza-se em	—	50.000	75.000

EMENDA Nº 18

Programa — Administração.
Subprograma — Administração Fiscal e Financeira.
Ministério — Fazenda.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
--	---------------	---------------	---------------

Onde se lê:

Reequipamento da Direção-Geral da Fazenda Nacional	—	1.000.000	1.000.000
Construção de Delegacias Fiscais	—	4.000.000	5.000.000
Construção do Edifício-Sede em Brasília	—	3.000.000	4.500.000
Reequipamento de Delegacias Fiscais	—	450.000	500.000
Reequipamento do Departamento de Rendas Internas	—	800.000	800.000
Reequipamento do Departamento de Rendas Aduaneiras	—	2.500.000	2.500.000

Leia-se:

Reequipamento da Direção-Geral da Fazenda Nacional	—	500.000	500.000
Construção de Delegacias Fiscais	—	1.000.000	2.000.000
Construção do Edifício-Sede em Brasília	—	1.500.000	2.000.000
Reequipamento de Delegacias Fiscais	—	400.000	400.000
Reequipamento do Departamento de Rendas Internas	—	500.000	500.000
Reequipamento do Departamento de Rendas Aduaneiras	—	2.000.000	2.000.000

EMENDA Nº 19

Programa — Administração.
Subprograma — Planejamento e Organização.
Ministério — Agricultura.
Projeto — Coordenação de Programas e Projetos de Âmbito Nacional.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Reduza-se em	—	1.000.000	1.000.000

EMENDA Nº 20

Programa — Administração.
Subprograma — Administração.
Ministério — Justiça.
Projeto — Reequipamento de Órgãos de Administração.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Reduza-se	—	130.000	150.000

EMENDA Nº 21

Programa — Administração.
Subprograma — Administração.
Ministério — Interior.
Órgão — D.N.O.S.
Projeto — Reequipamento do Departamento.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Reduza-se	—	200.000	200.000

EMENDA Nº 22

Programa — Administração.
Subprograma — Administração.
Ministério — Fazenda.
Órgão — Prefeitura do Distrito Federal.
Projeto — Obras no Cemitério de Brasília.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Reduza-se em	—	160.000	70.000

EMENDA Nº 23

Programa — Administração.
Subprograma — Administração Superior (Judiciário).
Órgão — Justiça Eleitoral.
Projeto — Construção ou Aquisição de Prédios.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê	—	1.403.000	1.639.000
Leia-se	—	2.153.000	2.409.000

EMENDA Nº 24

Programa — Administração.
Subprograma — Administração Fiscal e Financeira.
Ministério — Fazenda.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
--	---------------	---------------	---------------

Onde se lê:

Reequipamento da Procuradoria-Geral da República	—	70.000	80.000
Reequipamento do Departamento de Arrecadação	—	800.000	800.000

Leia-se:

Reequipamento da Procuradoria-Geral da República, das Subprocuradorias	—	—	—
--	---	---	---

-Gerais e da Procuradoria da República nos Estados	—	200.000	200.000
Reequipamento do Departamento de Arrecadação	—	470.000	480.000

EMENDA Nº 25

Programa — Agropecuária.
 Subprograma — Estudos e Pesquisas.
 Ministério — Agricultura.
 Órgão — Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul.
 Projeto:
 "Pesquisas e Experimentação Zootécnicas, Veterinárias e Agrostológicas; Pesquisas referentes às espécies animais, inclusive sobre pastagens artificiais."

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se diz	300.000	350.000	400.000
Diga-se	300.000	500.000	700.000

EMENDA Nº 26

Programa — Agropecuária.
 Subprograma — Promoção e Extensão.
 Ministério — Interior.
 Órgão — Superintendência do Vale do São Francisco.
 Projeto — Construção de Sistemas de Irrigação.
 Onde se lê:
 No Baixo São Francisco (Várzea de Propriá e Itiúba).
 Leia-se:
 No Baixo São Francisco.

EMENDA Nº 27

Programa — Agropecuária.
 Subprograma — Promoção e Extensão.
 Ministério — Agricultura.
 Órgão — Departamento de Produção Agropecuária.
 Onde se diz:
 "Desenvolvimento da Produção Animal:
 Instalação de campos de gramíneas, leguminosas; construção de silos-trincheiras e assistência técnica aos pecuaristas, inclusive prosseguimento e conclusão de obras de Parques de Exposições Agropecuárias."
 Diga-se:
 "Desenvolvimento da Produção Animal:
 Instalação de campos de gramíneas e leguminosas, bem como de construção de silos-trincheiras, sempre que possível mediante convênio com os Estados e as entidades oficiais das classes rurais."

EMENDA Nº 28

Programa — Agropecuária.
 Subprograma — Estudos e Pesquisas.
 Ministério — Agricultura.
 Órgão — Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuária.
 Projeto:
 "Pesquisas e Experimentação Zootécnicas, Veterinárias e Agrostológicas."
 "Pesquisas referentes a espécies animais, inclusive sobre pastagens artificiais."

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se diz:	730.000	1.000.000	1.200.000
Diga-se:	730.000	850.000	900.000

EMENDA Nº 29

Programa — Agropecuária.
 Subprograma — Estudos e Pesquisas.
 Ministério — Agricultura.
 No Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuária, no Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul, no do Centro-Sul, no do Norte, no do Leste no do Centro-Oeste, no do Nordeste.
 Onde se lê:
 "Pesquisas e experimentação zootécnicas, veterinárias e agrostológicas;
 Pesquisas referentes a espécies animais e ou a pastagens artificiais."
 Diga-se:
 "Pesquisas e Experimentação Zootécnicas, Veterinárias e Agrostológicas;
 Pesquisas e experimentação referente a espécies animais e ou a pastagens artificiais sempre que possível em convênio com os Estados"

EMENDA Nº 30

Programa — Agropecuária.
 Subprograma — Meteorologia e Clima.
 Ministério — Interior.
 Órgão — SUDENE.
 Projeto — Implantação e Reparelhamento das Rêdes Hidrométricas Meteorológica.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê: Implantação e reapearelhamento das rêdes hidrométrica e meteorológica ...	—	3.500.000	4.600.000
Leia-se: Implantação e reapearelhamento das rêdes hidrométricas e meteorológica ..	—	2.150.000	3.000.000

EMENDA Nº 31

Programa — Agropecuária.
 Subprograma — Meteorologia e Climatologia.
 Ministério — Agricultura.

Órgão — Serviço de Meteorologia.
 Projeto — Ampliação e Recuperação da Rede Meteorológica.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê: Ampliação e recuperação da Rede Meteorológica	—	850.000	900.000
Leia-se: Ampliação e recuperação da Rede Meteorológica	—	2.200.000	2.500.000

EMENDA Nº 32

Programa — Agropecuária.
 Subprograma — Promoção e Extensão.
 Ministério — Agricultura.
 Órgão — INDA.
 Projeto — Plano de Revenda do Material Agropecuário.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê: Adicione-se além da verba destinada ao Subprograma do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária objeto de outra emenda, mais as importâncias de	—	2.000.000	2.000.000

EMENDA Nº 33

Programa — Agropecuária.
 Subprograma — Promoção e Extensão.
 Ministério — Interior.
 Órgão — D.N.O.C.S.
 Projeto — Sistemas de Irrigação, inclusive Açudes.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê: No Vale do Apodi	—	300.000	315.000
Em Vales Complementares de Alagoas ..	—	4.685.000	3.419.000
No Vale do Vaza-Barris	—	—	—
No Vale do Itapicuru	—	680.000	3.300.000
Nos Vales do Rio das Contas, e Rio Galvão	—	1.590.000	100.000
No Vale do Verde-Grande	—	100.000	100.000
Pequenos Perímetros de Irrigação	—	—	—
Leia-se: No Vale do Apodi	—	600.000	315.000
Vales Complementares de Alagoas	—	386.000	319.000
No Vale do Vaza-Barris	—	680.000	3.700.000
No Vale do Itapicuru	—	1.900.000	500.000
No Vale do Rio das Contas	—	1.700.000	2.000.000
No Vale do Verde-Grande	—	300.000	300.000
Pequenos Perímetros de Irrigação	—	1.700.000	100.000

EMENDA Nº 34

Programa — Agropecuária.
 Subprograma — Estudos e Pesquisas.
 Ministério — Agricultura.
 Órgão — Departamento de Pesquisa Experimental Agropecuária.
 Projeto — Pesquisa e Experimentação Sobre o Babaçu, Instalação etc.
 Suprima-se a expressão:
 "No Maranhão".

EMENDA Nº 35

Programa — Agropecuária.
 Subprograma — Promoção e Extensão.
 Ministério — Interior.
 Órgão — D.N.O.S.
 Projeto — Sistemas de Irrigação.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Inclua-se: Nos vales dos Rios Araranguá da Madre, Luiz Alves e Pícarros	—	250.000	250.000

EMENDA Nº 36

Programa — Agropecuária.
 Subprograma — Estudos e Pesquisas.
 Ministério — Agricultura.
 Órgão — Programa Nacional de Produção de Trigo.
 Projeto — D.N.P.E. Agropecuários.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê:	—	600.000	700.000
Leia-se:	—	1.100.000	1.200.000

EMENDA Nº 37

Programa — Agropecuária.
 Subprograma — Promoção e Extensão.
 Ministério — Agricultura.
 Órgão — Departamento de Promoção Agropecuária.
 Projeto — Plano de Utilização Racional do Solo e da Água.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê:	—	4.100.000	5.000.000
Leia-se:	—	3.850.000	4.750.000

EMENDA Nº 38

Programa — Agropecuária.
 Subprograma — Promoção e Extensão.
 Ministério — Interior.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	—	—	—

Sistema de Irrigação.
No Submédio São Francisco (Projetos
Bebedouro e Favela) 3.105.000 5.000.000 5.500.000
Superintendência do Vale do São
Francisco.

Sistema de Irrigação.
No Submédio São Francisco (Projetos
Bebedouro e Favela) — 3.000.000 3.000.000
Leia-se:
Superintendência do Desenvolvimento do
Nordeste.

Sistema de Irrigação.
No Submédio São Francisco (Projetos
Bebedouro e Favela) 3.105.000 3.000.000 3.000.000

EMENDA Nº 39

Programa — Agropecuária.
Subprograma — Promoção e Extensão.
Ministério — Agricultura.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
--	---------------	---------------	---------------

Onde se lê:

Departamento de Promoção Agrope-
cuária.
Planos de Revenda de Máquinas e Im-
plementos e Agrícolas 4.000.000 2.600.000 2.700.000
Instituto Nacional de Desenvolvimento
Agrário.

Plano de Revenda de Material Agro-
pecuário 2.000.000 2.000.000 1.500.000
Leia-se:

Departamento de Promoção Agrope-
cuária.
Planos de Revenda de Máquinas e Im-
plementos Agrícolas 4.000.000 — —
Instituto Nacional de Desenvolvimento
Agrário.

Plano de Revenda de Material Agro-
pecuário 2.000.000 4.600.000 4.200.000

EMENDA Nº 40

Programa — Agropecuária.
Subprograma — Estudos e Pesquisas.
Ministério — Interior.
Órgão — Superintendência do Vale do São Francisco.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
--	---------------	---------------	---------------

Onde se lê:

Estudos definitivos e projeto da Barra-
gem de Sobradinho — 1.000.000 1.000.000
Leia-se:

Estudos definitivos e projeto da Barra-
gem de Sobradinho — 500.000 500.000
Projeto e início de construção da Bar-
ragem de Moxotó — 1.000.000 1.000.000

EMENDA Nº 41

Programa — Colonização e Reforma Agrária.
Subprograma — Administração.
Ministério — Agricultura.
Projeto — Coordenação da Política de Reforma Agrária.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
--	---------------	---------------	---------------

Onde se lê: 10.500.000 8.000.000 8.000.000
Leia-se: 10.500.000 6.500.000 7.000.000

EMENDA Nº 42

Programa — Colonização e Reforma Agrária.
Subprograma — Administração.
Ministério — Agricultura.
Órgão —
Projeto — Coordenação da Política de Reforma Agrária

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
--	---------------	---------------	---------------

Reduzida-se em: — 1.000.000 1.000.000

EMENDA Nº 43

Programa — Colonização e Reforma Agrária.
Subprograma — Organização Agrária.
Ministério — Agricultura.
Órgão — IBRA.
Projeto — Promoção Agrária.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
--	---------------	---------------	---------------

Onde se lê: — 10.600.000 10.500.000
Leia-se: — 8.600.000 8.500.000

EMENDA Nº 44

Programa — Colonização e Reforma Agrária.
Subprograma — Colonização.
Ministério — Agricultura.
Órgão — IBRA.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
--	---------------	---------------	---------------

Onde se lê:

Desenvolvimento dos núcleos de coloni-
zação — 27.250.000 34.300.000
Leia-se:

Desenvolvimento dos núcleos de coloni-
zação — 22.250.000 26.300.000

Assistência direta ao pequeno produtor
de gêneros de subsistência nas zonas
do agreste do Nordeste brasileiro .. — 5.000.000 5.000.000

EMENDA Nº 45

Programa — Colonização e Reforma Agrária.
Subprograma — Colonização.
Ministério — Agricultura.
Órgão — INDA.

Projeto — Desenvolvimento dos Trabalhos de Implantação de Núcleos
Coloniais.

Inclua-se:
Alagoas.

EMENDA Nº 46

Programa — Comércio.
Subprograma — Administração
Ministério — Fazenda.
Órgão — P.D.F.
Projeto — Serviços de Interesse Público.
Suprima-se o projeto.

EMENDA Nº 47

Programa — Comunicações.
Subprograma — Administração
Ministério — Fazenda.
Órgão — P.D.F.

Suprima-se os projetos:
Reequipamento do Departamento de
Telefones Urbanos e Interurbanos
Parques de Serviço do Departamento de
Telefones Urbanos e Interurbanos

EMENDA Nº 48

Programa — Comunicações.
Subprograma — Telecomunicações.
Ministério — Comunicações
Órgão — D.C.T.

Projeto — Sistema Secundário Tronco Sul
Onde se lê:

Prosseguimento e conclusão da linha
tronco sul de ondas portadoras,
inclusive obras civis e aquisição de
equipamentos e cabos de interli-
gação.

Leia-se:

Prosseguimento e conclusão da linha
tronco sul de ondas portadoras,
inclusive obras civis e aquisição de
equipamentos e cabos de interli-
gação, de acordo com os projetos
préviamente aprovados pelo órgão
competente.

EMENDA Nº 49

Programa — Educação.
Subprograma — Ensino Secundário.
Ministério — Educação e Cultura.
Suprimam-se os projetos:

Financiamentos a ginásios e colégios
secundários.
Incentivos à criação de 1ª e 2ª séries
ginásiais nos grupos escolares.

EMENDA Nº 50

Programa — Educação.
Subprograma — Ensino Secundário.
Ministério — Educação e Cultura.
Projeto — Expansão Progressiva da Rede de Ensino Médio.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
--	---------------	---------------	---------------

Onde se lê:

Construção e equipamento de escolas de
nível médio através de convênios
das Secretarias dos Estados, Pre-
feituras Municipais e entes par-
ticulares, com o objetivo de atingir
as metas preconizadas no Plano
Nacional de Educação 27.500.000 42.500.000 44.000.000
Leia-se:

- 1) construção e equipamento de escolas
de nível médio através de convênios
das Secretarias dos Estados, Pre-
feituras Municipais e entidades par-
ticulares, com o objetivo de atingir
as metas preconizadas no Plano
Nacional de Educação 12.500.000 12.500.000 12.500.000
- 2) Construção e equipamento de escolas
secundárias, desenvolvimento dos
centros de ciências e treinamento e
aperfeiçoamento de pessoal docente,
técnico e administrativo, mediante
convênio com entidade internacional 15.000.000 30.000.000 31.500.000

EMENDA Nº 51

Programa — Educação.
Subprograma — Ensino Superior.
Ministério — Educação e Cultura.
Órgão — Universidade Federal de Pernambuco.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
--	---------------	---------------	---------------

Reinclua-se:

Equipamento da Universidade 975.000 — —
Construção da Faculdade de Ciências
Econômicas 272.000 — —
Construção da Faculdade de Odontologia 974.000 — —

EMENDA Nº 52

Programa — Educação.
Subprograma — Ensino Superior.
Ministério — Educação e Cultura.
Órgão — Universidade Federal de Pernambuco.

Onde se lê:

prosseguimento exclusivo das obras já iniciadas na Cidade Universitária (Engenho do Melo).

Leia-se:

para o prosseguimento e conclusão, exclusivamente de obras da Cidade Universitária.

EMENDA Nº 53

Programa — Educação.
Subprograma — Ensino Superior.
Ministério — Educação e Cultura.
Órgão — Universidade Federal Fluminense.
Projeto — Aparelhamento de Centro Tecnológico.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê	—	339.800	—
Leia-se	—	339.060	—

EMENDA Nº 54

Programa — Educação.
Subprograma — Ensino Primário.
Ministério — Educação e Cultura.
Projeto — Expansão e Aperfeiçoamento Progressivo da Rede Nacional Ensino Primário.

Onde se lê:

projeto a ser executado através de convênios com as Prefeituras, para atendimento aos Municípios, inclusive entidades particulares que mantêm ensino primário.

Leia-se:

projeto a ser executado através de convênios com os Estados e as Prefeituras, para atendimento aos Municípios, inclusive entidades particulares que mantêm ensino primário.

EMENDA Nº 55

Programa — Educação.
Subprograma — Ensino Superior.
Ministério — Educação e Cultura.
Órgão — Fundação Universidade de Brasília.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
--	---------------	---------------	---------------

Onde se lê:

construção e equipamento da Faculdade de Ciências Agrárias — Fazenda Experimental do Cerrado

Leia-se:

construção e equipamento da Faculdade de Ciências Agrárias — Fazenda Experimental do Cerrado

EMENDA Nº 56

Programa — Educação.
Subprograma — Ensino Superior.
Ministério — Educação e Cultura.
Órgão — Fundação Universidade de Brasília.
Projeto — Construção de Residências para Professores.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
--	---------------	---------------	---------------

Onde se lê

Leia-se

EMENDA Nº 57

Programa — Educação.
Subprograma — Estudos e Pesquisas.
Presidência da República.
Órgão — Conselho Nacional de Pesquisas.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
--	---------------	---------------	---------------

Onde se lê:

Desenvolvimento de projetos a cargo da Comissão Nacional de Atividades Espaciais

Leia-se:

Desenvolvimento de projetos a cargo da Comissão Nacional de Atividades Espaciais

Leia-se:

Desenvolvimento de projetos a cargo da Comissão Nacional de Atividades Espaciais

EMENDA Nº 58

Programa — Educação.
Subprograma — Ensino Superior.
Ministério — Educação e Cultura.
Órgão — Universidade de Santa Catarina.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
--	---------------	---------------	---------------

Onde se lê:

Construção e Equipamento da Faculdade de Agronomia e Veterinária no Alto do Vale do Itajaí

Leia-se:

Escola Superior de Agronomia e Veterinária

EMENDA Nº 59

Programa — Educação.
Subprograma — Difusão Cultural.
Ministério — Educação e Cultura.

1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
---------------	---------------	---------------

Onde se lê:

Desenvolvimento da Campanha Nacional do Teatro.

1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
---------------	---------------	---------------

Auxílios para obras, equipamentos e material permanente, inclusive ao Teatro Nacional de Comédia e Conservatório Nacional do Teatro

Leia-se:

Desenvolvimento da Campanha Nacional do Teatro.

Auxílios para obras, equipamentos e material permanente, inclusive ao Teatro Nacional de Comédia e Conservatório Nacional do Teatro

EMENDA Nº 60

Programa — Educação.
Subprograma — Ensino Superior.
Ministério — Educação e Cultura.

1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
---------------	---------------	---------------

Onde se lê:

Modernização dos Estabelecimentos de Ensino Superior através da CAPES

Leia-se:

Modernização dos Estabelecimentos de Ensino Superior através da CAPES

EMENDA Nº 61

Programa — Educação.
Subprograma — Ensino Superior.
Ministério — Educação e Cultura.
Órgão — Fundação Universidade de Brasília.

1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
---------------	---------------	---------------

Onde se lê:

Construção e Equipamentos dos Institutos Centrais de Ciências

Leia-se:

Construção e Equipamentos dos Institutos Centrais de Ciências e do Centro Olímpico

EMENDA Nº 62

Programa — Educação.
Subprograma — Ensino Superior.
Ministério — Educação e Cultura.

Onde se lê:

Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau.
Centro Universitário de Brasília.
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e de Ciências Políticas e Econômicas.

Leia-se:

Fundação Universidade de Blumenau.
Centro Universitário de Brasília.

EMENDA Nº 63

Programa — Educação.
Subprograma — Ensino Primário.
Ministério — Interior.

Onde se lê:

Fundação Brasil Central.

Leia-se:

Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

EMENDA Nº 64

Programa — Educação.
Subprograma — Ensino Primário.
Ministério — Educação e Cultura.
Projeto — Construção de Escolas ao longo das Fronteiras.
Inclua-se:

Paraná.

EMENDA Nº 65

Programa — Educação.
Subprograma — Difusão Cultural.
Ministério — Educação e Cultura.

Suprimam-se os projetos:

Construção do Teatro de Aracaju, a cargo das SCAS.
Instalações do Teatro 'Alvaro de Carvalho', em Florianópolis — SC.

EMENDA Nº 66

Programa — Educação.
Subprograma — Difusão Cultural.
Ministério — Educação e Cultura.

1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
---------------	---------------	---------------

Onde se lê:

Desenvolvimento dos Serviços Bibliotecários do País

Instalações e Equipamentos para a Faculdade Centro-Brasileira de TV-Educativa

Conservação e restauração de bens do Patrimônio Histórico e Artístico	—	2.000.000	2.000.000
Leia-se:			
Desenvolvimento dos serviços bibliotecários do País	—	300.000	300.000
Instalações e Equipamentos para a Fundação Centro-Brasileira de TV-Educativa	—	550.000	650.000
Conservação e restauração de bens do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	—	3.000.000	4.000.000

EMENDA Nº 67

Programa — Educação.
Subprograma — Ensino Superior.
Ministério — Educação e Cultura.
Projeto — Estabelecimentos de Ensino Superior.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê:			
Faculdade de Zootecnia de Uruguaiana — RS	—	100.000	100.000
Faculdade de Direito do Acre — Rio Branco	—	100.000	100.000
Faculdade de Filosofia de Colatina — ES	—	20.000	20.000
Faculdade de Direito da Fundação Gildásio Amado — Colatina — ES	—	70.000	50.000
Fundação Universidade de Mato Grosso	—	500.000	500.000
Faculdade de Direito de Campo Grande — MT	—	40.000	40.000
Faculdade Dom Aquino de Filosofia Ciências e Letras, de Campo Grande — MT	—	40.000	40.000
Faculdade de Direito de Campo Grande — MT	—	40.000	40.000
Escola de Agronomia do IPUC — Sete Lagoas — MG	—	100.000	100.000
Sociedade Mantenedora da Faculdade de Medicina de Campina Grande — PB	—	100.000	200.000
Fundação Universidade Regional do Nordeste — PB	—	200.000	500.000
Faculdade de Filosofia de Caruaru — PE	—	50.000	80.000
Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco	—	450.000	450.000
Faculdade de Odontologia de Pernambuco	—	100.000	150.000
Faculdade de Administração de Recife — PE	—	50.000	50.000
Faculdade de Odontologia de Caruaru — PE	—	100.000	100.000
Faculdade de Direito de Caruaru — PE	—	100.000	100.000
Centro Universitário de Brasília (Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Políticas e Econômicas)	—	50.000	50.000
Faculdade de Administração de Empresas da Fundação Educacional Alto Vale do Itajaí — SC	—	65.000	65.000
Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau — SC	—	50.000	50.000
Faculdade de Agronomia de Lajes — SC	—	50.000	100.000
Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lajes — SC	—	50.000	50.000
Faculdade de Agronomia e Veterinária de Lajes — SC	—	50.000	150.000
Instituto de Artes de Aracaju — SCAS — SE	—	30.000	30.000
Faculdade de Odontologia de Sergipe	—	40.000	40.000
Faculdade de Direito de Cascavel — PR	—	50.000	50.000
Faculdade de Direito do Piauí	—	50.000	50.000
Leia-se:			
Faculdade de Zootecnia de Uruguaiana — Rio Grande do Sul	—	100.000	100.000
Faculdade de Direito do Acre — Rio Branco	—	100.000	100.000
Faculdade de Filosofia de Colatina — ES	—	20.000	20.000
Faculdade de Direito da Fundação Gildásio Amado — Colatina — ES	—	70.000	50.000
Fundação Universidade de Mato Grosso	—	500.000	500.000
Faculdade de Direito de Campo Grande — Mato Grosso	—	100.000	140.000
Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras de Campo Grande — MT	—	100.000	140.000
Escola de Agronomia do IPUC — Sete Lagoas — Minas Gerais	—	100.000	100.000
Sociedade Mantenedora da Faculdade de Medicina de Campina Grande — PB	—	100.000	100.000
Fundação Universidade Regional do Nordeste — PB	—	600.000	1.200.000
Faculdade de Filosofia de Caruaru — PE	—	50.000	80.000
Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco	—	450.000	450.000
Faculdade de Odontologia de Pernambuco	—	100.000	150.000
Faculdade de Administração de Recife — PE	—	50.000	50.000

Faculdade de Odontologia de Caruaru — PE	—	100.000	100.000
Faculdade de Direito de Caruaru — PE	—	100.000	100.000
Centro Universitário de Brasília	—	50.000	50.000
Faculdade de Administração de Empresas da Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí — SC	—	65.000	65.000
Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau — SC	—	50.000	50.000
Faculdade de Agronomia de Lajes — SC	—	50.000	100.000
Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lajes — SC	—	50.000	50.000
Faculdade de Agronomia e Veterinária de Lajes — SC	—	50.000	100.000

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Instituto de Artes de Aracaju — SCAS — SE	—	30.000	30.000
Faculdade de Odontologia de Sergipe	—	40.000	40.000
Faculdade de Direito de Cascavel — PR	—	50.000	50.000
Faculdade de Direito do Piauí	—	50.000	50.000
Instituto Eletrotécnico de Itajubá — MG	—	300.000	500.000
Faculdade de Direito de Londrina — Paraná	—	45.200	30.000
Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Ponta Grossa — PR	—	45.200	50.000
Faculdade de Medicina do Piauí	—	150.000	200.000
Faculdade de Filosofia do Piauí	—	45.200	50.000
Escola de Enfermagem do Piauí	—	40.222	50.000
Faculdade de Direito de Itajaí	—	40.000	100.000
Faculdade de Filosofia de Itajaí	—	40.000	100.000
Faculdade Católica de Filosofia do Piauí	—	100.000	100.000
Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna	—	40.000	30.000
Faculdade Católica de Direito de Ilhéus	—	40.000	40.000
Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró	—	80.000	100.000
Faculdade de Ciências Econômicas e Atuariais de Natal	—	80.000	100.000
Escola Superior de Agricultura — Mossoró	—	100.000	200.000
Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre — RS	—	100.000	475.000
Universidade Católica de Salvador — BA	—	50.000	50.000

EMENDA Nº 68

PROGRAÇÃO — EDUCAÇÃO

Subprograma — Ensino Superior

Ministério — EDUCAÇÃO E CULTURA

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Universidade do Rio Grande do Norte, ampliação e equipamento da Faculdade de Medicina	—	400.000	750.000
Universidade Federal da Bahia — Reequipamento da Universidade	—	150.000	400.000

EMENDA Nº 69

Programa — ENERGIA

Subprograma — Estudos e Pesquisas

Ministério — INTERIOR

Órgão — SUDENE

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê:			
Ministério do Interior — SUDENE — Estudos Hidrelétricos	—	1.500.000	1.500.000
Leia-se:			
Ministério do Interior — SUDENE — Estudos Hidrelétricos, inclusive Boqueirão, no Rio Parnaíba	—	1.500.000	1.500.000

EMENDA Nº 70

Programa — ENERGIA

Subprograma — Transmissão

Ministério — INTERIOR

Órgão — SUDENE

Onde se lê:

Ministério do Interior — SUDENE — Sistema de Transmissão — Sistema COHEBE	—	—	—
Ministério do Interior — SUDENE — Sistema de Transmissão COHEBE, inclusive subsistemas Parnaíba e Norte do Estado, partindo de Fripirl	—	—	—

EMENDA Nº 71

Programa — ENERGIA

Subprograma — Transmissão

Ministério — INTERIOR

Órgão — SUDENE

Projeto — Sistema de Transmissão

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê:			
Outros Sistemas	—	3.000.000	3.000.000
Leia-se:			
Outros Sistemas	—	2.500.000	2.500.000
Companhia Melhoramentos Mossoró S.A. — COMENSA	—	500.000	500.000

EMENDA Nº 72

Programa — Energia
Subprograma — Geração
Ministério — Das Minas e Energia
Órgão — Departamento Nacional de Águas e Energia
Projeto — Construção da Usina Hidrelétrica de Casca III, no Estado de Mato Grosso, a cargo da CEMAT

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Leia-se: Construção da Usina Hidrelétrica de Casca III, no Estado de Mato Grosso, a cargo da CEMAT	—	3.000.000	4.000.000

EMENDA Nº 73

Programa — Energia
Subprograma — Geração
Ministério — Das Minas e Energia
Órgão — Departamento Nacional de Águas e Energia
Projeto — Energia Elétrica do Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Inclua-se eto de Energia Elétrica do Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso	—	400.000	—

EMENDA Nº 74

Programa — Energia
Subprograma — Distribuição
Ministério — Das Minas e Energia
Órgão — Departamento Nacional de Águas e Energia
Projeto — Construção e Ampliação da Rede de Distribuição e Energia Elétrica de Natal, Rio Grande do Norte, em Convênio com a Comp. Força e Luz do Nordeste do Brasil.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Inclua-se trução e Ampliação da Rede de Distribuição de Energia Elétrica de Natal, Rio Grande do Norte, em convênio com a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil	—	500.000	—

EMENDA Nº 75

Programa — Energia
Subprograma — Transmissão
Ministério — Agricultura
Órgão — INDA
Projeto — Eletrificação Rural, Construção de 29.500km de Linhas de transmissão para Eletrificação Rural, a cargo do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário.

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
se lê:	17.000.000	30.000.000	32.500.000
se:	17.000.000	27.000.000	30.000.000

EMENDA Nº 76

Programa — Energia
Subprograma — Geração
Ministério — Interior
Órgão — SUDESUL
Inclua-se
étrica do Rio Guarita — Construção da Barragem e do Usina da etapa — Projeto da CEEE, RS.

EMENDA Nº 77

Programa — Energia
Subprograma — Geração
Ministério — Das Minas e Energia
Órgão — Departamento Nacional de Águas e Energia
Projeto — Construção da Usina Hidrelétrica de Curuá Una, Estado do

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Inclua-se trução da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una, Estado do Pará, a car. da CELPA	—	1.000.000	2.000.000

EMENDA Nº 78

Programa — Energia
Subprograma — Estudos e Pesquisas
Ministério — Interior
Órgão — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Projeto — Estudos Hidrelétricos

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
nde se lê: os de viabilidade para usinas hidroelétricas no Submédio e Baixo São Francisco, inclusive usinas de Pontal	—	1.500.000	1.500.000
de se: s de viabilidade para usinas hidroelétricas no Submédio e Baixo São Francisco, inclusive projeto e início de construção da Barragem de Moxotó	—	2.140.000	2.800.000
na-se o projeto com a mesma referência — Estudos Hidrelétricos refe-	—	—	—

rentes à SUVALE — adicionando as suas dotações ao projeto acima

EMENDA Nº 79

Programa — Energia
Subprograma — Geração
Ministério — Interior
Órgão — SUJAM
Projeto — Construção de Pequenas Usinas Térmicas

Onde se lê:
Estado do Pará
Leia-se:
Estado do Pará, em convênio com as trans Elétricas do Pará (CELPA)

EMENDA Nº 80

Programa — Energia
Subprograma — Estudos e Pesquisas
Ministério — Das Minas e Energia
Órgão — Com. Nac. de Energia Nuclear
Projeto — Construção do Protótipo do Reator de Potência

Onde se lê:
Construção do Protótipo de Reator de Potência
Leia-se:
Projeto e Construção de Protótipos de Reator de Potência

EMENDA Nº 81

Programa — Energia
Subprograma — Transmissão
Ministério — Das Minas e Energia
Órgão — Departamento Nacional de Águas e Energia
Projeto — CHESF — Construção do Tronco Araras-Banabuiu

Onde se lê:
Projeto CHESF
Construção do Tronco Araras-Banabuiu e Estação de Araras
Leia-se:
Projeto CHESF

Construção do Tronco Araras-Banabuiu e subestações de Araras e Tronco Banabuiu-Russa com subestação de Russas

EMENDA Nº 82

Programa — Energia
Subprograma — Geração
Ministério — Das Minas e Energia

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê: Departamento Nacional de Águas e Energia	—	—	—
Planos especiais de Energia nos Estados, Distrito Federal e Territórios da União	—	12.200.000	12.420.000
Conselho Nacional de Águas e Energia	—	—	—
Programa de energia a cargo da Eletrobrás	—	120.000.000	140.000.000
Leia-se: Departamento Nacional de Águas e Energia	—	—	—
Planos especiais de Energia nos Estados, Distrito Federal e Territórios da União	—	2.200.000	2.420.000
Conselho Nacional de Águas e Energia	—	—	—
Programa de Energia a cargo da Eletrobrás	—	130.000.000	150.000.000

EMENDA Nº 83

Programa — Energia
Subprograma — Geração
Ministério — Das Minas e Energia
Órgão — D.N.A.E.
Projeto — Planos Especiais de Energia nos Estados D.F. e Territórios

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Destaque-se e Inclua-se: Projeto COHELE	—	200.000	420.000

EMENDA Nº 84

Programa — Energia
Subprograma — Geração

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê: Hidrelétrica Coaracy Nunes	5.000.000	5.700.000	11.030.000
Leia-se: Hidrelétrica Coaracy Nunes	5.000.000	4.700.000	9.000.000

EMENDA Nº 85

Programa — Energia
Subprograma — Administração

	1968 NCR\$	1969 NCR\$	1970 NCR\$
Onde se lê: Conselho Nacional do Petróleo — Construção do Edifício-Sede	—	2.800.000	3.000.000
Leia-se: Conselho Nacional do Petróleo — Construção do Edifício-Sede	—	1.550.000	1.750.000

EMENDA Nº 85

Programa — Habitação e Planejamento Urbano
Subprograma — Planos Específicos
Poder Legislativo
Órgão — Senado Federal

Inclua-se:
Construção de Residências em Brasília .. — 1.200.000 1.200.000

EMENDA Nº 87

Programa — Indústria
Subprograma — Manufatureiro e Outros.
Ministério — Interior.
Onde se lê:

Fundação Brasil Central

Leia-se:

Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

EMENDA Nº 88

Programa — Indústria.
Subprograma — Metalúrgica.
Ministério — Das Minas e Energia
Órgão — Comissão do Plano do Carvão Nacional.
Projeto — Complexo Carboquímico — SIDESC.

	1968	1969	1970
	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Onde se lê:			
Aproveitamento de rejeito piritoso para obtenção de enxofre, ácido sulfúrico, óxido de ferro e fertilizantes	5.000.000	7.000.000	8.000.000

Leia-se:

	1968	1969	1970
	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Aproveitamento de rejeito piritoso para obtenção de enxofre, ácido sulfúrico, óxido de ferro, fertilizantes e estudos, projetos e início da construção da Usina Siderúrgica de Santa Catarina S. A.	5.000.000	8.000.000	10.000.000

EMENDA Nº 89

Programa — Indústria.
Subprograma — Estudos e Pesquisas
Ministério — Aeronáutica.
Projeto — Suprimentos e Equipamentos para o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento.

	1968	1969	1970
	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Onde se lê:			
Ministério da Aeronáutica			
Suprimentos e Equipamentos para o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento	1.647.900	2.900.000	3.760.000

Leia-se:

	1968	1969	1970
	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Ministério da Aeronáutica			
Suprimentos e Equipamentos para o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento e para o Instituto Tecnológico da Aeronáutica	1.647.900	2.900.000	3.760.000

EMENDA Nº 90

Programa — Recursos Naturais.
Subprograma — Prospeção e Avaliação
Ministério — Das Minas e Energia
Órgão — Comissão Nacional de Energia Nuclear
Projeto — Prospeção de Minérios Nucleares
Prospeção de Minérios Nucleares

	1968	1969	1970
	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Localização de depósitos naturais de urânio, tório e outros elementos			
Onde se lê:	800.000	1.000.000	1.800.000
Diga-se:	800.000	4.000.000	8.000.000

EMENDA Nº 91

Programa — Recursos Naturais
Subprograma — Prospeção e Avaliação
Ministério — Das Minas e Energia
Órgão — Departamento Nacional da Produção Mineral
Prospeção de Jazidas Minerais

	1968	1969	1970
	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Pesquisas geofísicas e geoquímicas em áreas de ocorrências minerais importantes para a avaliação das possibilidades econômicas de exploração.			
Onde se lê:	24.706.000	22.040.000	25.000.000
Diga-se:	24.706.000	19.040.000	18.800.000

EMENDA Nº 92

Programa — Saúde e Saneamento
Subprograma — Abastecimento de Água
Ministério — Interior
Órgão — D.N.O.S.

Onde se lê:
Construção, Ampliação e Melhoramento de Sistemas de Abastecimento de Água.

Leia-se:
Construção, Ampliação e Melhoramento ou Financiamento de Sistemas de

Abastecimento de Água, diretamente ou mediante Convênio.

EMENDA Nº 93

Programa — Saúde e Saneamento
Subprograma — Controle de Secas e Inundações
Ministério — Interior
Órgão — D.N.O.S.
Projeto — Defesa Contra Erosão e Inundações

Onde se lê:

Rio Grande do Sul

Leia-se:

Rio Grande do Sul inclusive canalização do Arroio Marrecão, na Cidade de Garibaldi.

EMENDA Nº 94

Programa — Saúde e Saneamento
Subprograma — Assistência Médico-Sanitária Geral
Ministério — Interior
Órgão — SUDECO

Onde se lê:

Expansão e Melhoramento de Unidades Médico-Sanitárias.

Leia-se:

Assistência Médico-Sanitária.

EMENDA Nº 95

Programa — Saúde e Saneamento
Subprograma — Assistência Hospitalar Geral
Ministério — Saúde
Órgão — Departamento de Administração

Projeto — Ampliação do Hospital Regional de Três Marias a cargo da CEMIG

	1968	1969	1970
	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Inclua-se.			
Ampliação do Hospital Regional de Três Marias a cargo da CEMIG ..	—	1.000.000	1.000.000

EMENDA Nº 96

Programa — Saúde e Saneamento
Subprograma — Controle de Secas e Inundações
Ministério — Interior
Órgão — D.N.O.S.

Projeto — Defesa Contra Erosão e Inundações

Onde se lê:

Espírito Santo

Leia-se:

Espírito Santo, inclusive Rio Itaúnas e seus afluentes

EMENDA Nº 97

Programa — Saúde e Saneamento
Subprograma — Controle de Secas e Inundações
Ministério — Interior
Órgão — D.N.O.S.

Projeto — Defesa Contra Erosão e inundações .. nos seguintes Estados

	1968	1969	1970
	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Onde se lê:			
Espírito Santo			

Leia-se:

Espírito Santo, inclusive nas margens do Rio Doce

EMENDA Nº 98

Programa — Saúde e Saneamento
Subprograma — Controle e Erradicação
Ministério — Saúde

Órgão — Departamento Nacional de Saúde

Projeto — Campanha de Erradicação da Varíola

	1968	1969	1970
	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Aumente-se em	—	4.641.178	1.011.150

EMENDA Nº 99

Programa — Saúde e Saneamento
Subprograma — Assistência Especializada
Ministério — Educação e Cultura
Órgão — Universidade Federal de Pernambuco

	1968	1969	1970
	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Reinclua-se:			

	1968	1969	1970
	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Obras de Ampliação do Instituto de Medicina Infantil — IMIP	—	110.000	100.000

EMENDA Nº 100

Programa — Saúde e Saneamento
Subprograma — Assistência Hospitalar Geral
Órgão — E.M.F.A.
Projeto — Construção do H.F.A.

	1968	1969	1970
	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Reduza-se em:	—	500.000	—

EMENDA Nº 101

Programa — Saúde e Saneamento
Subprograma — Abastecimento de Água
Ministério — Interior
Órgão — D.N.O.S.

1968 1969 1970
NCR\$ NCR\$ NCR\$

Onde se lê:

Rio Grande do Norte — 100.000 300.000
Leia-se:
Rio Grande do Norte — 400.000 700.000

EMENDA Nº 12

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Projeto — D.N.E.R.
Órgão — BR-135 — Cordisburgo-Sete Lagoas
Inclua-se:

Trecho Corrente—Bom Jesus — PI

EMENDA Nº 103

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.
Projeto — Construção e Pavimentação

1968 1969 1970
NCR\$ NCR\$ NCR\$

BR-153

Redija-se do seguinte modo:

BR-153 — Tucuruí—Açugá 9.800.000 8.630.000 7.320.000
Cereá—Jaraguá
Frutal—Ourinhos
Melo Peixoto—Alto do Amparo
Estreito de Uruguai—Erechim
Ponte sobre o Rio Uruguai
Erechim—Catanduvas
Erechim—Passo Fundo

EMENDA Nº 104

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.

BR-230 — Cabedelo—Carolina

Acrescente-se:

“de Mangabeira—Florianópolis—Barão de
Grajau—Pastos Bons—Carolina.

EMENDA Nº 105

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.
Projeto — Construção e Pavimentação

Onde se lê:

BR-216 — Belém—Maceió
Capanema—Divisa PA/MA
Divisa PA/MA—Divisa MA/PI
Ponte sobre o Rio Parnaíba
Terezinha—Picos

Leia-se:

BR-316 — Belém—Maceió
Capanema—Divisa PA/MA
Ponte sobre o Rio Gurupi
Divisa PA/MA—Divisa MA/PI
Ponte sobre o Rio Parnaíba
Terezinha—Picos

EMENDA Nº 106

Programa — Transportes
Subprograma — Ferroviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.
Projeto — Construção do Trecho Roca Sales—Passo Fundo

EMENDA Nº 107

Programa — Transportes
Subprograma — Ferroviário
Ministério — Transportes
Órgão — Rede Ferroviária Federal S.A.

1968 1969 1970
NCR\$ NCR\$ NCR\$

Onde se lê:

Melhoramento de Traçado — 18.000.000 18.000.000
Remodelação de Via Permanente — 45.525.000 48.080.000
Aparelhamento de Terminais — 7.550.000 9.160.000
Comunicações, Licenciamento, Eletrifica-
ção e Sinalização — 11.000.000 —
Material Rodante — 21.100.000 20.000.000
Oficina, Depósitos e Postos — 5.000.000 6.000.000
Investimentos Diversos — 16.193.000 —

Leia-se:

Melhoramento de Traçado — 20.000.000 20.000.000
Remodelação de Via Permanente — 47.525.000 52.080.000
Aparelhamento de Terminais — 7.550.000 10.660.000
Comunicações, Licenciamento, Eletrifica-
ção e Sinalização — 12.300.000 —
Material Rodante — 23.100.000 22.000.000

Oficina, Depósitos e Postos — 6.200.000 6.550.000
Investimentos Diversos — 17.193.000 —

EMENDA Nº 108

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.

1968 1969 1970
NCR\$ NCR\$ NCR\$

Onde se lê:

Diversos — 10.000.000 10.000.000
Estudos e Projetos, etc — 28.500.000 32.000.000
Leia-se:
Diversos — 8.000.000 8.000.000
Estudos e Projetos, etc — 26.000.000 29.500.000

EMENDA Nº 109

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.
Projeto — Construção e Pavimentação

1968 1969 1970
NCR\$ NCR\$ NCR\$

Onde se lê:

BR-030 — Brasília—Campinão — 5.000.000 5.000.000
Formosa—Buritis—Campinão
Leia-se:
BR-030 — Brasília—Campinão — 6.000.000 6.000.000
Formosa—Buritis—Campinão

EMENDA Nº 110

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.
Projeto — Construção e Pavimentação

NCR\$ NCR\$ NCR\$
1968 1969 1970

Onde se lê:

Cruz Alta — Livramento
Leia-se:
Cruz Alta — Livramento
Irai — Palmeira das Missões — Cruz Alta — 500.000 500.000

EMENDA Nº 111

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.
Projeto — Construção e Pavimentação
BR-163 — Rondonópolis—São Miguel d'Oeste
Inclua-se o seguinte trecho:
Guaira — Porto Mendes

EMENDA Nº 112

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.
Projeto — Construção e Pavimentação

NCR\$ NCR\$ NCR\$
1968 1969 1970

BR-227 — Currais — Pombal

Onde se lê:

Currais Novos—Divisa RN/PB—
Pombal — 1.500.000 1.500.000
Leia-se:
Currais Novos — Acari — Jardim do
Seridó — Caicó — Serra Negra —
Divisa RN/PB — Pombal — 2.000.000 3.000.000

EMENDA Nº 113

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.
Projeto — Construção e Pavimentação

NCR\$ NCR\$ NCR\$
1968 1969 1970

Onde se lê:

BR-242 — São Roque — Porto Ar-
tur Argom — Barreiras — 8.000.000 8.000.000
Leia-se:
BR-242 — São Roque — Porto Ar-
tur Argom — Barreiras — 8.500.000 8.500.000

EMENDA Nº 114

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.
Projeto — Construção e Pavimentação

NCR\$ NCR\$ NCR\$
1968 1969 1970

Onde se lê:

BR-282 — Florianópolis — São Mi-
guel d'Oeste — Lajes — São Mi-
guel d'Oeste — 8.000.000 8.000.000

Leia-se:
BR-282 — Florianópolis — São Miguel d'Oeste — Lajes — São Miguel d'Oeste — 8.500.000 8.500.000

EMENDA Nº 115

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.
Projeto — Construção e Pavimentação
BR-304 — Boqueirão do Cesário — Natal

Onde se lê:
B. Cesário — Divisa CE/RN

Leia-se:
B. Cesário — Beberibe — Divisa CE/RN

EMENDA Nº 116

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.
Projeto — Construção e Pavimentação

NCr\$ NCr\$ NCr\$

Onde se lê:

BR-468 — Curitiba — Joinville — 13.242.000 —

Curitiba — Divisa PR/SC

BR-369 — Boa Esperança — Cascavel — 2.000.000

Campo Mourão — Cascavel

Leia-se:

BR-468 — Curitiba — Joinville — 10.242.000 —

Curitiba — Divisa PR/SC

BR-369 — Boa Esperança — Cascavel — 3.500.000 2.500.000

Jandaia do Sul — Cascavel

EMENDA Nº 117

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.
Projeto — Construção e Pavimentação

NCr\$ NCr\$ NCr\$

Inclua-se:

BR-70 — Brasília — Cuiabá — 500.000 500.000

Cuiabá — Aragarças

EMENDA Nº 118

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.
Projeto — Construção e Pavimentação

NCr\$ NCr\$ NCr\$

Onde se lê:

BR-259 — João Neiva — Felixlândia — 6.180.000 1.600.000

João Neiva — Colatina — Gov. Valadares — Curvelo — Gouveia — Felixlândia, inclusive o trecho Diamantina — Gouveia da BR-357

NCr\$ NCr\$ NCr\$

Leia-se:

BR-259 — João Neiva — Felixlândia — 6.680.000 3.100.000

João Neiva — Colatina — Baixo Guandu — Gov. Valadares — Gouveia — Curvelo — Felixlândia, inclusive os trechos Diamantina — Gouveia da BR-367 e Colatina — Baixo Guandu

EMENDA Nº 119

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.
Projeto — Construção e Pavimentação
BR-222 — Fortaleza — Piri-piri

Onde se lê:

Fortaleza — Divisa CE/PI

Leia-se:

Fortaleza — Pentecostes — Divisa CE/PI

EMENDA Nº 120

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — SUDESUL
Projeto — Pontes e Pontilhões etc.

Inclua-se:

"inclusive ligação da estrada Presidente Kennedy com a Rodovia Passo Fundo-Casca, interligando Vila Maria-Vila Oeste-Guaporá-Dois Lajeados-Muçum, conforme projeto do DAER."

EMENDA Nº 121

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.

Projeto — Construção e Pavimentação

BR-308 — Paranavai — Dourados

Inclua-se:

"Ponte sobre o Rio Paraná"

EMENDA Nº 122

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.
Projeto — Construção e Pavimentação

Dê-se a seguinte redação aos vários trechos da BR-101:

Divisa RN/PB — João Pessoa

Contorno de Recife

Maceió — Divisa AL/SE

Ponte sobre o Rio São Francisco

entre Colégio AL/SE Propriário

BR-235 — Aracaju — Itabaiana

Divisa AL/SE — Rosário do Catete

— Divisa SE/BA

Divisa SE/BA — Esplanada

Feira de Santana — Divisa BA/ES

Linhares — Vitória

Contorno de Vitória

Fazendados Quarenta — Rio Bonito

Santa Cruz — Divisa GB/RJ

Divisa GB/RJ — Parati

Parati RJ/SP — Santos

Santos SP/PR — Divisa

Divisa PR/SC — Divisa

Divisa SC/RS — Divisa — Osório

EMENDA Nº 123

Programa — Transportes
Subprograma — Marítimo e Vias Navegáveis
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.P.V.N.
Projeto — Construção de Eclusas e Canalização de Vias Interiores

Onde se lê:

Barragem Anel de D. Marco no Rio Jacuí

Leia-se:

Canalização do Rio Jacuí

EMENDA Nº 124

Programa — Transportes
Subprograma — Rodoviário
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.E.R.
Projeto — Construção e Pavimentação

BR-362 — Vitória — Corumbá

Onde se lê:

Campo Grande — Aquidauana

Leia-se:

Campo Grande — Aquidauana — Corumbá

EMENDA Nº 125

Programa — Transportes
Subprograma — Portos
Ministério — Transportes
Órgão — D.N.P.V.N.
Projeto — Outros Portos

Inclua-se a expressão:

Inclusive construção do canal do Linguado que atravessa a Rodovia

BR-280, no trecho Joinville — São Francisco.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Para acompanhar o andamento da matéria, na outra Casa do Congresso, designo o Sr. Senador Manoel Vilas.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Marinho)

Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto Legislativo nº 4, de 1963 (nº 24-A, de 1967 na Câmara dos Deputados) que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de se mantida a emissão de Letras do Tesouro, Série "D", ao portador no montante de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos), tendo Pareceres sob números 319 e 320, de 1968, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável, nos termos de Substitutivo que apresenta. — Finanças, favorável ao Projeto e contrário ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça."

Em discussão o Projeto com o Substitutivo. (Pausa.)

Se nenhum Sr. Senador desejar usar da palavra, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o Substitutivo que tem preferência regimental.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado o Substitutivo fica prejudicado o Projeto.

Vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o Substitutivo aprovado:

"PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1968

Dá provimento ao recurso o

Tribunal de Contas da União.

Art. 1º E' dado provimento ao curso do Tribunal de Contas da União, interposto pelo ofício número 1.599-68, a fim de que seja mantida a decisão daquele Tribunal que negou registro à emissão de Letras do Tesouro, Série "D", ao portador no montante de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos.)

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação."

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Marinho)

Item 5:

"Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 34, de 1968, de autoria da Comissão do Retorno que concede aposentadoria a Therezinha de Melo Boban Taquigrafa Revisora, PL-2, e

Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o Projeto. (Pausa.)
Se nenhum Sr. Senador desejar usar da palavra, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)
Está encerrada.
Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o Projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Vai à Comissão Diretora para redação final.

E' o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1968

Aposenta Theresinha de Melo Bobany, Taquígrafa-Revisora, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' aposentada, de acordo com o § 1º do art. 177 da Constituição Federal, combinado com os artigos 346, 345, item II e 319, § 4º, da Resolução nº 6, de 1960, a Taquígrafa-Revisora PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Theresinha de Melo Bobany.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Marinho)

Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 35, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição do Banco Nacional de Habitação, pelo prazo de um ano, o Oficial Legislativo, PL-4, Cláudio Ideburque Carneiro Leal Neto, da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o Projeto. (Pausa.)
Se nenhum Senhor Senador desejar usar da palavra, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o Projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35, DE 1968

Põe à disposição do Banco Nacional de Habitação, pelo prazo de um ano, o Oficial Legislativo, PL-4, Cláudio Carneiro Leal Neto, da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' posto à disposição do Banco Nacional de Habitação, nos termos dos artigos 92 e 300, item I, da Resolução nº 6, de 1960, pelo prazo de um ano e sem vencimentos, para exercer a função de Assessor Jurídico do Diretor Supervisor das Cartas de Operações Especiais e de Hipotecas do B.N.H., o Oficial Legislativo, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Cláudio Ideburque Carneiro Leal Neto.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Marinho)

Item 7:

"Discussão, em turno único, do Requerimento nº 409, de 1968, pelo qual o Senhor Senador Lino de Mattos, solicita transcrição nos Anais do Senado Federal, da Mensagem do Papa Paulo VI, proferida em português, diretamente de Roma, no dia 21 de abril

do corrente, quando dos festejos do 8º aniversário de Brasília."

Em discussão o Requerimento.

(Pausa.)
Se nenhum Sr. Senador, desejar usar da palavra, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o Requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Marinho)

Item 8:

"Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1961, de autoria do Senhor Senador Nelson Maculan, que altera a Legislação do Imposto de Renda, tendo Pareceres, sob números 360-A, 360-B, 360-C e 361, de 1968, das Comissões de — Constituição e Justiça, pela constitucionalidade — Agricultura, favorável; — Economia, favorável; e — Finanças pela rejeição, por já estar atendido pela legislação atual."

Em discussão o projeto, em primeiro Turno. (Pausa.)

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar discuti-lo, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

projeto foi rejeitado.

Vai ao arquivo.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 1961

Altera a Legislação do Imposto de Renda.

Art. 1º A legislação do imposto de renda consolidada no regulamento aprovado pelo decreto nº 47.373, de 7 de dezembro de 1959, de acordo com as modificações introduzidas pela Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, passa a vigorar com as alterações da presente lei.

Art. 2º Os §§ 1º e 4º do art. 57 passam a ter a redação seguinte:

"§ 1º Considera-se valor da propriedade o constante da respectiva escritura de venda e compra, ou de compromisso registrado, a ser acrescido de 10% (dez por cento) anualmente no caso de imóvel não explorado ou cultivado.

§ 4º Rendimento líquido será considerado nulo, independentemente de comprovação, no caso de propriedade atingida por enchente, seca, geada ou outra calamidade pública, até que se complete sua recuperação e sejam saldados os débitos dela resultantes e contraídos em virtude de autorização legal."

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa requerimento de dispensa de publicação para imediata discussão de redação final, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 505, de 1968

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerimento de dispensa de publicação para imediata discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 1968, que aposenta Theresinha de Melo Bobany, Taquígrafa-Revisora, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1968. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em consequência da aprovação do requerimento, passa-se à imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 1968, de autoria da Comissão Diretora.

Em discussão a Redação Final. (Pausa.)

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar discuti-la, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Foi aprovada.

A matéria vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 410, de 1968

Redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 1968, que aposenta Theresinha de Melo Bobany, Taquígrafa Revisora, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 1968, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1968

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' aposentada, de acordo com o § 1º do art. 177, da Constituição Federal combinado com os artigos 346, 345, item II e 319, parágrafo 4º da Resolução nº 6, de 1960, a Taquígrafa Revisora PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Theresinha de Melo Bobany.

Sala da Comissão Diretora, 14 de maio de 1968. — Gilberto Marinho — Pedro Ludovico — Rui Palmeira — Dinarte Mariz — Victorino Freire — Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa outro requerimento de dispensa de publicação, que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

Requerimento nº 506, de 1968

Nos termos dos arts. 211, letra "p", e 315, do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, de redação final do Projeto de Resolução nº 35, de 1968, que põe à disposição do Banco Nacional de Habitação pelo prazo de 1 ano, o Oficial Legislativo, PL-4, Cláudio Ideburque Carneiro Leal Neto, da Secretaria do Senado Federal.

Sala das Sessões, 14 de maio de 1968. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Aprovado o requerimento, passa-se à imediata discussão da Redação Final cuja leitura vai ser feita pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Parecer nº 411, de 1968

Redação final do Projeto de Resolução nº 35, de 1968, que põe à disposição do Banco Nacional de Habitação, pelo prazo de um ano, o Oficial Legislativo, PL-4, Cláudio Ideburque Carneiro Leal Neto, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 35, de 1968, nos seguintes termos.

RESOLUÇÃO Nº DE 1968

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' posto à disposição do Banco Nacional de Habitação, nos

termos dos artigos 92 e 300, item I, da Resolução nº 6, de 1960, pelo prazo de um ano e sem vencimentos, para exercer a função de Assessor Jurídico do Diretor Supervisor das Cartas de Operações Especiais e de Hipotecas do B.N.H., o Oficial Legislativo, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal Cláudio Ideburque Carneiro Leal Neto.

Sala da Comissão Diretora, 14 de maio de 1968. — Gilberto Marinho — Pedro Ludovico — Rui Palmeira — Dinarte Mariz — Victorino Freire — Guido Mondin — Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em discussão a Resolução Final. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, para discussão, dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com a Redação Final, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Edmundo Levi.

Esgotada a Ordem do Dia.

O SR. EDMUNDO LEVI:

(Sem revisão do Orador) — Senhor Presidente Srs. Senadores, transcorreu, ontem, o octogésimo aniversário da abolição da escravidão negra no Brasil.

O episódio representa mais do que a libertação de uma raça — traduz a continuidade da marcha do homem a raias da História. Em todas as manifestações, em todas as atitudes em todas as suas ações, o homem busca sempre, como destino maior da sua vida, os caminhos da liberdade.

Mas será que apenas um ato legislativo, que aboliu aquela condição de servidão dada ao homem negro, poderia traduzir a liberdade do ser humano? Evidentemente que o ato cujo aniversário transcorreu representará apenas uma fase desta busca, desta caminhada do homem para a liberdade.

Estamos vendo o mundo convulsionado, as lutas dos operários as reivindicações dos estudantes, os pleitos dos funcionários, as pretensões dos profissionais liberais, as buscas das classes dominantes e tudo isso, por certo, representa no conjunto da humanidade, a luta permanente pela conquista do ideal sagrado de uma vida livre.

Nações se levantam, umas reclamando o direito de autodirigir-se, como presentemente na heróica Tcheco-Eslováquia; outras pleiteiam o direito de dirigir-se economicamente, libertando-se dos tentáculos que os "trustes" internacionais, apoiados por certas nações, estendem na sução permanente do trabalho, do suor e do esforço de determinados povos.

Mas, Sr. Presidente, não bastará essa luta direta de ruas de pregações. A maior liberdade, por certo, há de ser conseguida através do aprimoramento da inteligência, por intermédio do aperfeiçoamento do espírito.

Nós, que vimos lutando, neste país, em busca do sol da liberdade, sentimos que falta a todos aquela base mínima, que é a base sólida e verdadeira para uma real evolução.

Faltam-nos, Sr. Presidente, o aprimoramento do nosso sistema educacional. Abrir escolas fundar universidades, formar professores é a mais sólida e segura inversão de capital que se poderá fazer, num país como o nosso que, dentro em breve, terá, inquestionável função de liderança perante todo o mundo civilizado.

Quando, entretanto, contemplamos a luta dos estudantes não só no Brasil como em outros países, sentimos

haver algo que precisa ser renovado, que precisa ser corrigido, que precisa ser atendido, a fim de que a mocidade, integrada nos seus deveres, compreenda que a marcha para a liberdade não pode ser um acelerado, mas uma constante, uma ordem capaz de absorver, para eliminar os velhos métodos e, assim, criar novos métodos que redundem na libertação dos espíritos, da inteligência.

Sr. Presidente, ao fazer estes breves comentários, ao ensejo da homenagem pelo transcurso do aniversário da Lei Aurea, que resultou do esclarecimento de inteligências privilegiadas que se irradiou e se difundiu por toda a comunidade brasileira, quero, nesta oportunidade, congratular-me com o eminente Senador Eurico Rezende porque, ao lado de sua vocação extraordinária de parlamentar e sobretudo, da sua nunca desmentida bravura como advogado criminalista, até dentro desta Casa, quando defende, em certas ocasiões, determinados atos do Governo, quero congratular-me, repito, com S. Ex.^a porque compreendendo o quanto vale a educação para a afirmação de um povo, fundou no Distrito Federal uma Universidade que, já em funcionamento, irá propiciar luzes à nossa mocidade, aos jovens, que embora buscando saber, encontram sempre, sob a alegação de inexistência de vagas, fechadas as portas das Universidades oficiais.

O eminente Senador Eurico Rezende, repetindo aquilo que já fizera no seu Estado, o heróico Estado do Espírito Santo, onde mantém uma Faculdade de Medicina, uma Faculdade de Direito e uma Faculdade de Administração de Empresas, aqui em Brasília acabou de instalar a Universidade Federal composta de uma Faculdade de Administração de Empresas, uma de Ciências Econômicas, outra de Direito, Faculdade de Educação e Faculdade de Ciências Contábeis.

Eminentes Senadores o exemplo do nosso Colega, Senador Eurico Rezende, vale ser comunicado a esta Casa para que, quando comemoramos os 80 anos da Lei Aurea, vejamos que há homens neste País que, preocupados com o seu destino, procuram com a sua iniciativa pessoal, colaborar com o poder público para a solução do magno problema da inexistência de centros universitários capazes de formar uma elite que possa realmente, em breve, assumir a direção dos destinos da nossa Pátria.

Assim, Sr. Presidente, homenageando o transcurso do 80º aniversário da Lei Aurea, creio que de nenhum modo, eu poderia melhor expressar o meu regozijo do que trazendo ao conhecimento da Casa a realização do eminente Senador Eurico Rezende, dando à Capital da República um Centro de Estudos Universitários que bem poderá aliviar a tensão tremenda que existe nos meios jovens, que existe no seio da mocidade, que buscando escolas sempre encontra cadeia.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Quero agradecer não o elogio, porque quem cumpre o dever não merece louvor, mas o estímulo que V. Ex.^a, com o seu pronunciamento, exibe em favor do seu modesto colega. Realmente sempre me dediquei à implantação escolar e à administração do ensino. Fui Diretor de estabelecimentos de ensino secundário, Inspetor de Ensino e isto sempre se constituiu numa espécie de estado d'alma em mim. Quando, em termos parlamentares, eu operava na província, a minha preocupação e a minha ocupação se drenavam para criação de estabelecimentos de ensino secundário. Mas, uma vez premiado com o equívoco popular e colocado, aqui, no altiplano parla-

mentar da República, e sobretudo: impressionado com as amarguras revoltadas no seio de milhares de famílias brasileiras diante do ergastulante problema dos excedentes escolares, julguei então de minha obrigação contribuir para a educação nacional em grau superior. Realmente, já está em funcionamento, no Brasil, um complexo de cinco faculdades, mencionadas, aliás, por V. Ex.^a. Criamos, também, estabelecimentos de ensino superior no Espírito Santo, o último dos quais foi a Faculdade de Medicina da Santa Casa da Misericórdia. Mas, fizemos questão de colocar aquele estabelecimento a serviço não regional mas a serviço nacional. Tanto que absorvemos quase setenta excedentes da Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro. Esses excedentes já se encontram em Vitória. As aulas normais começarão na próxima quinta-feira e a aula magna será dada pelo Ministro Tarso Dutra, ainda no corrente mês e com a presença de Dona Yolanda Costa e Silva, cuja paranínia em favor dos excedentes escolares bem merece o nosso louvor e a nossa exaltação. Então, no instante em que V. Ex.^a me incentiva a prosseguir nessa obra, quero dizer a V. Ex.^a que já estamos adiantando as providências finais para a implantação de uma Faculdade de Medicina em Brasília. Para isso já obtivemos a aquiescência da administração da Casa de Saúde Santa Lúcia, que, assim, funcionará como hospital-escola. E teremos o apoio decidido dos poderes públicos municipais de Brasília. Estamos, também, cuidando de implantar a Faculdade de Agronomia do cerrado, e nesse trabalho estamos contando com o apoio do governo de Israel através da sua Embaixada e, principalmente, através dos técnicos da missão que o jovem país mantém no Norte ou aqui, no Nordeste brasileiro. Quero agradecer a V. Ex.^a mas colocar no seu discurso, com registro de destaque, a colaboração de um outro grupo que criou no Distrito Federal um Centro Universitário inicialmente integrado por três Faculdades cujas aulas já estão em desenvolvimento, e cuja direção é integrada, também, por parlamentares. Lembrou-me de dois, os Deputados Lauro Lertze e João Hercúlio. Trata-se, também, da prestação de um relevante serviço público a Brasília e ao Brasil. As palavras de V. Ex.^a me fazem muito bem. São o reconhecimento do esforço de um colega seu, que se sensibiliza, sinceramente, diante do problema de excedentes escolares. Não se põe a criticar, a achar que apenas o Governo é obrigado a enfrentar o problema e não a iniciativa particular e, principalmente, os parlamentares. A Constituição de 1967 deu várias atribuições do Congresso. De modo que sobre bastante tempo para os parlamentares se dedicarem a outras obras que não apenas aquelas de caráter legislativo. Ao revés de dardejarem críticas pela existência de excedentes, que todos unamos os nossos esforços, as nossas energias e as nossas vocações para a criação de estabelecimentos de ensino superior em nossos Estados. Quero, também, por espírito de justiça agradecer a colaboração inestimável do Governo Federal, através do Ministério da Educação e, principalmente, por intermédio do eminente Sr. Ministro Tarso Dutra, que tem sido um benemérito da iniciativa particular em favor do ensino deste País.

Receba, pois, V. Ex.^a, a sinceridade do meu agradecimento, diante do seu estímulo, tão necessário, tão espontâneo, tão cativante e que será, também, tão reprodutivo.

O SR. EDMUNDO LEVI — Vêem, portanto, os eminentes Senadores que bem andei em trazer ao conhecimento da Casa o ato do eminente Senador Eurico Rezende fundando a Uni-

versidade do Distrito Federal. S. Ex.^a trouxe-nos esclarecimentos e informações que desconhecíamos e, ao mesmo tempo, num preito de justiça, citou o Centro Universitário de Brasília, criado por outro grupo integrado de particulares e parlamentares que, de certo modo, virá colaborar para a solução do grande problema do ensino universitário neste País. Pena é que essas universidades, por serem particulares, tenham de ser custeadas pelos próprios alunos que, na sua maioria, são pobres e trabalham para poder estudar. Daí proque julgo oportuno que o Governo Federal, ao invés de mandar espalderar estudantes que pletam locais, universidades para continuar os seus estudos ao invés de gastar na aquisição de armas modernas, de cassetes, de bombas de gás lacrimogêneo, auxilie com essas verbas as universidades particulares que se formam a fim de que os moços que não disponham de recursos possam estudar nas universidades particulares.

Diz-se que abrir escolas é fechar cadeias. Por certo o eminente Senador Eurico Rezende, como bom advogado criminalista, lá fora como aqui dentro, compreenda que dotar o país, formar centros universitários é abrir a inteligência da mocidade, preparar a nossa juventude para o futuro, proporcionar ao Brasil uma população de homens esclarecidos. Assim, ao invés de se abrirem cadeias, as universidades estarão concorrendo para fechá-las.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a permite um outro aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Na minha vida parlamentar atual, noto que V. Ex.^a coloca a referência "advogado criminalista" duas vezes. No princípio do seu discurso e agora.

O SR. EDMUNDO LEVI — Justiça que faço a V. Ex.^a.

O Sr. Eurico Rezende — Mas essa repetição, me parece, está tendo um caráter de insinuação...

O SR. EDMUNDO LEVI — Absolutamente.

O Sr. Eurico Rezende — ... ou de malícia rendilhada. Quero dizer a V. Ex.^a que não defendo o Governo, nesta Casa, como advogado criminalista.

O SR. EDMUNDO LEVI — Não disse isto.

O Sr. Eurico Rezende — Apenas como parlamentar, defendo o Governo Federal, e este não necessita de criminalista...

O SR. EDMUNDO LEVI — Mas não afirmei isto.

O Sr. Eurico Rezende — ... porque graças aos agradáveis erros da honrada Oposição a defesa do Governo nunca foi tão fácil.

O SR. EDMUNDO LEVI — Quis apenas dizer ao nobre colega que V. Ex.^a aqui se mantém com o mesmo ardor de advogado criminalista. Mas, se acha que está defendendo o Governo, não é culpa minha.

O Sr. Eurico Rezende — E' sempre bom esclarecer para não haver dúvidas.

O SR. EDMUNDO LEVI — Está certo. Embora eu ache que muitas vezes V. Ex.^a funciona como advogado criminal.

Aproveito o ensejo para lembrar a data ontem transcorrida e congratular-me com V. Ex.^a e a Casa pela fundação desses centros universitários que, por certo colaborando com a Nação, procuram dar solução condigna a um dos seus magnos problemas, talvez o "fundamental", que é o da educação. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Achilles Cruz.

O SR. ACHILLES CRUZ:

(Sem revisão do orador) — Senhores, Presidente, o "Dia das Mães" — cheio de encantamento, de ternura, de amizade só excedido pela maior da Cristandade, que é o Natal de Cristo, foi comemorado condignamente em todos os quadrantes da Pátria, quer na intimidade dos lares quer em recintos fechados ou mesmo em atos públicos. Essa data a que as maiores figuras da literatura mundial têm dedicado especial carinho como o Bispo do Chile, Bom Ramo em "Dia das Mães", o Coelho Neto com suas magníficas palavras e "Ser Mãe", foi também comemorado de maneira condigna em Brasília.

Quero ressaltar, aqui, o gesto altruístico da prestigiosa Emissora A vorada que, pensando como os grandes clubes "Rotary" e "Lions" — "de si antes de pensar em si", promoveu donativos às mães pobres, às mães necessitadas que precisa de ajuda urgente. Conseguiu arrecadar cerca de NCr\$ 12.000,00 e aqui las numerosas mães necessitadas foram todas atendidas numa fila interminável que se formou das 6 às 16 horas. Cada qual recebeu seu quinhão.

Assim, Sr. Presidente, quero congratular-me com essa emissora por seu gesto benemérito.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. ACHILLES CRUZ — Com muito prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Antes que V. Ex.^a conclua o seu oportuno discurso, quero também dizer que es distribuição de donativos, no suave encantador ensejo do transcurso do "Dia das Mães", teve a maior repercussão em Brasília. Não se trata de uma emissora assentada em poder econômico; no entanto, por sua iniciativa, por sua colaboração financeira e também pela persuasão com que arrecadou recursos do comércio e da indústria, no Planalto, proporcionou um espetáculo de rara beleza assistencial. V. Ex.^a diz muito bem quando caracteriza o interesse despertado por aquela iniciativa por uma filantropia interminável de mães pobres que não receberam a homenagem espiritual daquela emissora mas também, um contributo material que, embora modesto, serviu para atenuar, naquela data bendita, a carência e o sofrimento decorrentes da pequenez dos seus orçamentos domésticos. Iniciativas como aquela só merecem elogios e merecem também ser imitadas e seguidas por outras organizações. Parabéns a V. Ex.^a por destacar esse fato, creio o primeiro na história da jovem radiofonia de Brasília.

O SR. ACHILLES CRUZ — Muito obrigado ao nobre Senador Eurico Rezende, pelo aparte oportuno, em que demonstra o seu entusiasmo pela radiofonia que homenageamos.

Sr. Presidente, esse gesto da Rádio Alvorada calou profundamente nos espíritos bem formados, naqueles que pensam na caridade que pensam, e próximo. Estou certo de que ela, que tem sido incansável em ajudar os necessitados, continuará nesse caminho. Esse seu gesto que não foi o primeiro, não será o último. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, irei encerrar a sessão lembrando, antes que hoje, às 21 horas e 30 minutos, o Congresso Nacional estará reunido para a discussão em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1967.

Nada mais havendo a tratar encerro a presente sessão, convocando Srs. Senadores para uma sessão e

ordinária amanhã, às 10 horas, com seguinte

ORDÉM DO DIA

TRABALHO DAS COMISSÕES

SR. PRESIDENTE:

Gilberto Marinho) — Está encerrada a sessão.

Levantando-se a sessão às 16 horas.

mensagem de Sua Santidade Papa Paulo VI, que se publica nos termos do Requerimento nº 409, de 1968, de autoria do Sr. Lino de Mattos, aprovado na sessão de 14 de maio de 1968.

ENSAGEM DO PAPA PAULO VI

Transmitida ao Povo Brasileiro no dia 21 de abril de 1968, 8º Aniversário da transferência da Capital Federal para Brasília.

Dilectos Filhos.

Em 1960 foi-nos dado o feliz ensejo de constatar com nossos próprios olhos, que a nova Capital do Brasil, inaugurada dois meses antes, estava tornando uma esperanças realidade.

Hoje, oito anos depois retornamos ao espírito a Brasília para benzer a obra que encima a estrutura de sua Capital em construção e iluminá-la pelo de um sinal eletro-magnético.

Em sabéis que a catedral repleta aquela porção do Povo de Deus constitui a Igreja local, reunida ao Espírito Santo, por meio do Evangelho e da Eucaristia, em volta do Bispo, como clara imagem da Igreja visível de Cristo, que em toda a terra canta e adora, pois, na Igreja particular, está presente e opera a Igreja Universal.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE FINANÇAS

REUNIAO, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1968

12ª EXTRAORDINARIA

Às 15:00 horas do dia 10 de maio de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Argemiro Figueiredo, presentes os Srs. Manoel de Lencastre, Lobo da Silva, Mem de Sá, João Cleofas, Bezerra Neto, José de, Antônio Carlos e Carvalho Neto, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Paulo Sarasate, Adão Maciel, Clodomir Millet, Adolfo Franco, Sigefredo Pacheco, Fernando Corrêa, Júlio Leite, Pessoa de Faria, Arthur Virgílio e José Ernesto.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é, em seguida, aprovada.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Manoel Villaga que apresenta a redação final das emendas do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968, que dispõe sobre o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1968-1970.

Comissão assina a redação final, não mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

REUNIAO, ORDINARIA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 1968

Às 10 horas do dia 14 de maio de 1968, na Sala da Comissão de Finan-

ças, sob a presidência do Sr. Senador Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Aloysio de Carvalho, Petrólio Portela, Argemiro Figueiredo, Josaphat Marinho, Edmundo Levi, e Alvaro Maia, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Srs. Senadores Wilson Gonçalves, Eurico Rezende, Antônio Carlos e Bezerra Neto. É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

O Sr. Presidente comunica que, havendo número legal, estão abertos os trabalhos da Comissão e passa a palavra ao Sr. Senador Argemiro Figueiredo que apresenta parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 8-68 — Altera o Código Tributário Nacional — (Lei nº 5.172, de 25-10-66), no capítulo referente à Contribuição de Melhoria e o Decreto-lei nº 195, de 24-2-67, concluindo pela sua aprovação e apresentando 5 emendas.

Submetido à discussão e votação, usam da palavra os Srs. Senadores Argemiro Figueiredo, Petrólio Portela e Josaphat Marinho. O Sr. Senador Argemiro Figueiredo propõe a publicação do parecer para estudo, devido à complexidade do assunto. A proposta é aprovada por unanimidade.

O Sr. Senador Petrólio Portela sugere à Comissão que de todos os pareceres referentes ao assunto de alta relevância fosse dito seja enviada uma cópia ao Senhor Presidente do Senado para ser publicada na Revista de Informações Legislativas. A sugestão foi aceita sem quaisquer restrições.

Devido ao adiantado da hora, o Senhor Presidente encerra a reunião, ficando adiados para a próxima reunião, convocada para o dia 15 em caráter extraordinário, os demais projetos constantes da pauta e eu, Ma-

ria Helena Bueno Brandão, Secretária, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

SEXTA REUNIAO, EXTRAORDINARIA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 1968

Às 16 horas do dia 14 de maio de 1968, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Antônio Carlos, presentes os Srs. Senadores Alvaro Maia, Menezes Pimentel, Fernando Corrêa, Paulo Tórreres e Eurico Rezende, reúne-se a Comissão dos Estados para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento.

Deixam de comparecer os Srs. Senadores Milton Trindade, José Feliciano, João Cleofas, Arthur Virgílio e João Abrahão.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

O Sr. Presidente comunica que, havendo número legal, estão abertos os trabalhos da Comissão e concede a palavra ao Sr. Senador Paulo Tórreres que passa a ler seu parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 23-68 — Aprova o Acordo sobre a prestação de assistência técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965, concluindo pela sua aprovação.

Submetido à discussão e votação é aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE ABRIL DE 1968

Presidente: Senador Milton Campos
Secretário: Maria Helena Bueno Brandão

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Lei da Câmara nº 41 de 1968. — Altera a Lei nº 5.258, de 10 de abril de 1967, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências. — Senador Aloysio de Carvalho. — Aprovado a proposta oral do Relator de ser publicado o parecer para estudo.

2-4-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 18 de 1968. — Revoga o § 3º do artigo 21 do Decreto-Lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre os bens e pessoal vinculado aos serviços de navegação e de reparos navais explorados pelo Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal, extingue estas autarquias, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira S. A. e dá outras providências. — Senador Aloysio de Carvalho. — Aprovado parecer pela constitucionalidade do Projeto e da emenda substitutiva da Comissão de Projetos do Executivo. — 2-4-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 132 de 1967. — Dispõe sobre a concessão

de prorrogação de prazos, pelo Banco do Brasil S.A. e Banco do Pará e Amazonas. — Senador Edmundo Levy. — Aprovado parecer favorável com a subemenda nº 1.

Projeto de Lei da Câmara nº 3 de 1968. — Autoriza a reversão de uma área de terra na cidade de Santa Cruz do Sul, à Prefeitura Municipal da mesma localidade. — Senador Edmundo Levy. — Aprovado parecer favorável. 2-4-68.

Projeto de Lei do Senado nº 21 de 1968. — Senador Edmundo Levy. (Do vencido). — Aprovado parecer pela inconstitucionalidade, vencido o Senador Carlos Lindenberg. 2 de abril de 1968.

Projeto de Lei do Senado nº 6 de 1968. — Dispõe sobre a aposentadoria do servidor público de conformidade com o artigo 177, § 1º da Constituição do Brasil. — Senador Carlos Lindenberg. — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade. 2 de abril de 1968.

Requerimento nº 222 de 1968. — Do Senador Aarão Steinbruch, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal, do artigo do Senhor Isaac Akcelrud, publicado no Correio da Manhã, de 17 de março de 1968, e titulado: Modelos e Padrões. — Senador Aurélio Vianna. — Aprovado parecer favorável a transcrição nos Anais do Senado. 2-4-68.

Projeto de Lei do Senado nº 18 de 1968. — Aplica aos empregados de estações do interior, cujo serviço for de natureza intermitente ou de pouca intensidade os preceitos gerais sobre duração do trabalho, alterando a redação do artigo 243, da Consolidação das Leis do Trabalho. — Senador Josaphat Marinho. — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade de nos termos do Substituto apresentado. 2-4-68.

Projeto de Lei do Senado nº 65 de 1967. — Dispõe sobre a aposentadoria e o abono de permanência em serviço do aeronauta e dá outras providências. — Senador Josaphat Marinho. — Aprovado parecer pedindo diligência junto aos Ministérios da Aeronáutica, do Trabalho e Previdência Social. 2-4-68.

Projeto de Lei do Senado nº 36 de 1967. — Fixa o horário de funcionamento do comércio nas superquadras do Plano Piloto, Distrito Federal. — Senador Wilson Gonçalves. — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade das emendas 1-CIC, 2-CF, 3-CF, 4-CF e 1º do Sen. Catete Pinheiro com uma Subemenda de nº 1 ao artigo 4º; votando com restrições o Sen. Aurélio Vianna e vencido o Sen. Edmundo Levy. 2 de abril de 1968.

Projeto de Lei do Senado nº 16 de 1968. — Declara de utilidade pública a "Federação Espirita do Estado do Rio de Janeiro" com sede em Niterói, Estado do Rio de Janeiro. — Senador Wilson Gonçalves. — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade. — 2-4-68.

Ofício S-4 de 1968 do Governador do Estado de São Paulo, solicitando autorização para firmar convênio com o BID no sentido de obrigá-lo a subscrever, através do Departamento de A. Usas e Energia Elétrica, ações nos aumentos de capitais das Centrais Elétricas de São Paulo SA — CESP, até o montante de NCr\$ 226.800.000,00 destinados à execução de obras e serviços relativos à construção da Usina Hidroelétrica de Ilha Solteira. — Senador Carlos Lindenberg. — Aprovado parecer favorável ao Projeto de Resolução da Comissão de Finanças. — 4 de abril de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 41 de 1968 — Altera a Lei nº 5.258, de 10 de abril de 1967, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos

como infrações penais. — Senador Aloysio de Carvalho. — Aprovado parecer preliminar de que a CCJ deve se pronunciar por ser da sua competência específica. Arg. 86, letra a do Reg. Interno. — 16-4-68.

Ofício nº 42-CN-48 do Senhor Presidente do Congresso Nacional solicitando o pronunciamento da CCJ s/o requerimento do Deputado Caruso da Rocha sobre os acontecimentos na Guanabara. — Senador Aloysio de Carvalho. — Aprovado parecer pela rejeição do requerimento. — 16 de abril de 1968.

Requerimento nº 978 de 1967 do Sen. Aarão Steinbruch, solicitando a transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Ministro Oswaldo Trigueiro perante o Supremo Tribunal Federal, em comemoração ao nonagésimo aniversário de nascimento do Senhor Raul Fernandes. — Senador Bezerra Neto. — Aprovado parecer favorável. — 16 de abril de 1968.

Ofício nº S-5 de 1968 do Pref. Mun. da Cidade de São Paulo solicitando autorização para financiamento externo com o consórcio Hochtief Aktiengesellschaft für Koch-und Tiefbauten, vorm Gerb. Helfmann, estabelecido em Essen (Rep. Fed. da Alemanha) Montreal Empreendimento S. A. com sede na Guanabara, Brasil para a construção do Metrô de São Paulo. — Senador Bezerra Neto. — Aprovado parecer favorável ao Projeto de Resolução da Com. Finanças. — 16-4-68.

Requerimento nº 277 de 1968 — do Sen. Mário Martins solicitando transcrição nos Anais do Senado do artigo Revolução e Desenvolvimento, de autoria do Marechal M. Poppe de Figueiredo, publicado no Jornal do Brasil de 24 de março de 1968. — Senador Edmundo Levi. — Aprovado parecer favorável. — 16 de abril de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 35 de 1968 — Modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. — Senador Carlos Lindenberg. — Aprovado parecer pela constitucionalidade do Projeto e pela aprovação das emendas nºs 3, 8 e 13 com subemendas; 9, 11 e 1-CLS; pela rejeição das de nºs 1, 2, 4, 5, 12, 14, 16, 17 e 18; pela prejudicialidade das de nºs 6, 7, 10 e 15. — 18 de abril de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 41-68 — Altera a Lei nº 5.258, de 10.4.67, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências. — Senador Aloysio de Carvalho. — Aprovado parecer favorável, com 3 emendas. (23.4.68.)

Projeto de Lei da Câmara nº 35-68 — Modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências. — Senador Carlos Lindenberg. — Aprovado parecer: a) pela aprovação das emendas ns. 1-CLS, 2, 8, 9, 13 (estas três com subemendas) e 11; pela rejeição das de números 1, 4, 5, 6, 7, 10, 12, 14, 16, 17 e 18; pela prejudicialidade da emenda 3, pela aprovação da de nº 15. Vencidos em parte o Senador Josaphat Marinho e o Senador Aloysio de Carvalho quanto às emendas 2, 15 e subemenda da de número 13. (23.4.68.)

Ofício nº 134-68, do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, acórdão proferido nos autos da Petição de Habeas Corpus nº 45.232, do Estado da Guanabara, declarando a inconstitucionalidade, em parte, do artigo 48 do Decreto-lei nº 314, de 13.3.67. — Senador Josaphat Marinho. — Aprovado parecer favorável, com Projeto de Resolução. (23.4.68.)

Projeto de Lei do Senado nº 13-68 — Assegura a inscrição nos concursos de habilitação para ingresso nos cursos de ensino superior aos gradua-

dos em escolas normais. — Senador Josaphat Marinho. — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade. (23.4.68.)

Projeto de Lei do Senado nº 59-67 — Acrescenta parágrafos ao art. 3º do Decreto-lei nº 288, de 28.2.67. — Senador Carlos Lindenberg. — Aprovado parecer pela inconstitucionalidade com o voto de desempate do Sr. Presidente. Vencidos os Senadores Edmundo Levi, Alvaro Maia e Josaphat Marinho. (23.4.68.)

Consulta nº 1-68 do Sen. Nogueira da Gama, sobre questão decorrente do art. 85 da O.A.B., que declara impedidos de exercer advocacia, mesmo em causa própria, os "membros do Poder Legislativo, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, das entidades paraestatais, das sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço público". — Senador Edmundo Levi. — Aprovado parecer concluindo pela possibilidade de apresentação de projeto de lei. (23.4.68.)

Projeto de Lei da Câmara nº 32-68 — Altera o art. 31 e dá nova redação ao art. 32 e seu § 1º da Lei número 3.807, de 26.8.60 (Lei Orgânica da Previdência Social). — Senador Antônio Carlos. — Aprovado parecer pela inconstitucionalidade do art. 1º do Projeto. Vencidos os Senadores Edmundo Levi e Josaphat Marinho, conforme declarações de voto. (24 de abril de 1968.)

Projeto de Lei do Senado nº — Estabelece limitações ao reajustamento dos aluguéis residenciais e dá outras providências. — Senador Carlos Lindenberg. — Pela tramitação do Projeto, uma vez que não apresenta eiva de inconstitucionalidade ou injuridicidade. Senador Antônio Carlos vota pelas conclusões do Relator. (24.4.68.)

DISTRIBUIÇÃO

Em 2.4.68

Ao Senador Alvaro Maia:

Projeto de Resolução nº 23-68 — Dá nova redação ao artigo 90-A do Regimento Interno, que dispõe sobre a competência da Comissão do Distrito Federal.

Ao Senador Edmundo Levi:

Requerimento nº 297-68, do Senador Arnão de Mello, solicitando a transcrição nos Anais do Senado do discurso pronunciado pelo Governador Lamenha Filho durante a solenidade de instalação do Conselho Estadual de Cultura, realizada em 8.3.68, em Maceió — AL.

Em 3.4.68

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Ofício S-4-68, do Governador do Estado de São Paulo, solicitando autorização para firmar convênio com o BID no sentido de obrigar-se a subscrever, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, ações nos aumentos de capital das Centrais Elétricas de São Paulo S.A. — CESP, até o montante de NCr\$ 226.800.000,00, destinados à execução de obras e serviços relativos à construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira.

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Ofício CN-42 do Presidente do Congresso ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça solicitando seu pronunciamento sobre o requerimento do Deputado Caruso da Rocha sobre os acontecimentos na Guanabara.

Em 15.4.68

Ao Senador Josaphat Marinho:

Projeto de Lei do Senado nº 29-68 — Regula a participação do proprietário do solo nos resultados da lavra de jazidas e minas cuja exploração constitui ou venha a constituir monopólio da União (Art. 161, §§ 2º e 3º da Constituição).

Ao Senador Eurico Rezende:

Requerimento s/nº do Sr. Sylvio Heck solicitando ao Senado Federal certidão sobre Comissões Parlamentares de Inquérito.

Ao Senador Edmundo Levi:

Projeto de Lei da Câmara nº 43-68 — Regula a apresentação e o uso dos documentos de identificação pessoal.

Em 16.4.68

Ao Senador Josaphat Marinho:

Ofício nº 134-68 do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos da Petição de Habeas Corpus nº 45.232, do Estado da Guanabara, declarando a inconstitucionalidade, em parte, do art. 48 do Decreto-lei nº 314, de 13.3.67.

Ao Senador Alvaro Maia:

Projeto de Lei do Senado nº 47-62 — Dispõe sobre a aquisição, no estrangeiro, de automóveis de passageiros para revenda entre motoristas profissionais.

Em 18.4.68

Ao Senador Antônio Carlos:

Projeto Lei Senado nº 30-68 — Dispõe sobre a instalação de fábricas de café solúvel, no país, com, pelo menos, 50% de capitais dos produtores de café verde.

Projeto Lei da Câmara nº 32-68 — Altera o art. 31 e dá nova redação ao art. 32 e seu § 1º da Lei 3.807, de 26.8.60 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Ao Senador Bezerra Neto:

Projeto Lei Senado nº 71-67 — Declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

Ao Senador Alvaro Maia:

Projeto Lei Senado nº 31-68 — Extingue a Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York e dá outras providências.

Ao Senador Josaphat Marinho:

Projeto Lei Câmara nº 133-52 — Autoriza o Poder Executivo a instalar uma agência telegráfica no município de Ipameri, Estado de Goiás, uma agência postal telegráfica em Ivorá, distrito de Júlio de Castilhos, uma agência telegráfica e uma agência postal em Jaguari e uma agência postal em Arambaré, Camapuã, Estado do Rio Grande do Sul.

Em 23.4.68

Ao Senador Edmundo Levi:

Projeto Lei Senado nº 33-66 — Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a erigir, na Esplanada dos Ministérios, uma estátua de Tiradentes, o Patrono da Nação brasileira.

Ao Senador Alvaro Maia

Projeto Lei Senado nº 32-68: Dispõe sobre a contagem em dano, para fins de aposentadoria, do tempo de serviço militar prestado, em operações de guerra, pelos ex-combatentes, segurados da previdência social brasileira.

Ao Senador Petrónio Portela.

Requerimento nº 368-66: do Senador Lino de Matos, solicitando transcrição nos Anais do Senado Federal, das "Recomendações e Conclusões" aprovadas em plenário do 1º Encontro Nacional de Irrigação e Drenagem, realizado em Brasília, no período de 27 a 30 de março do corrente ano, que traçam normas salutaras para a solução do problema referente ao complexo água-solo-plantas.

Em 24.4.68

Ao Senador Aloysio de Carvalho
Projeto Lei Senado nº 31-68 — Dispensa do reconhecimento de firma,

para todos os efeitos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas, federais, estaduais e municipais.

Em 25.4.68

Ao Senador Bezerra Neto:

Projeto de Lei do Senado nº 3 — Mantém as cooperativas de crédito de capital elevado e longo funcionamento.

Em 29.4.68

Ao Senador Bezerra Neto:

Projeto Lei Senado nº 1-60 — Dispõe sobre a execução do Plano de manutenção de despesas.

Projeto Lei Senado nº 33-63 — Tera dispositivos da Lei Delegada nº 10, na parte referente à Polícia dos Pescadores e da Lei nº 1.707-23.10.52, que dispõe sobre a situação perante o IAPM, dos armadores, pesca e empregados em profissões ligadas com a indústria da pesca.

Mensagem nº 155-68 — Submetida à consideração do Senado o Bacharel Laurindo Dias Miranda Neto, para exercer o cargo de Juiz Federal substituto em S. Paulo.

Mensagem nº 156-68 — Submetida à consideração do Senado o Bacharel Mário Antônio Ferreira Milano, para exercer o cargo de Juiz Federal substituto, em S. Paulo.

Ao Senador Antônioncarlos:

Mensagem nº 149-68 — Submetida à consideração do Senado o Bacharel José Spers Sanseverino, para exercer o cargo de Juiz Federal em S. Paulo.

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Mensagem nº 150-68 — Submetida à consideração do Senado o Bacharel João Gomes Martinho, para exercer cargo de Juiz Federal em S. Paulo.

Mensagem nº 151-68 — Submetida à consideração do Senado o Bacharel José Pereira Gomes, para exercer o cargo de Juiz Federal em S. Paulo.

Mensagem nº 154-68 — Submetida à consideração do Senado o Bacharel Caio Plínio Barreto, para exercer o cargo de Juiz Federal em S. Paulo (Juiz Federal Substituto).

Ao Senador Alvaro Maia:

Mensagem nº 152-68 — Submetida à consideração do Senado o Bacharel Miguel Jerônimo Ferreira, para exercer o cargo de Juiz Federal em S. Paulo.

Mensagem nº 153-68 — Submetida à consideração do Senado o Bacharel Celso Dias de Mello, para exercer o cargo de Juiz Federal substituto em S. Paulo.

RESUMO

Reuniões:

Ordinárias
Extraordinárias
Projetos distribuídos
Projetos relatados
Ofícios expedidos
Ofícios recebidos
Diligências
Pedidos de vista
Publicações para estudo
Emendas apresentadas
Subemendas apresentadas
Substitutos apresentados
Projetos de Resolução apresentados
Projetos de Decreto Legislativo
Declarações de voto

Brasília, 30 de abril de 1968. —
ria Helena Bueno Brandão, C.
Legislativo PL-5, Secretária da
missão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE ECONOMIA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE

AO MÊS DE ABRIL DE 1968

Presidente: Senador Carvalho Pinto
Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator —
Conclusão

Mensagem nº 95, de 1968 — Submetendo a aprovação do Senado Federal o nome do Senhor Egberto de Faria Melo, para integrar o Conselho Deliberativo da Casa da Moeda como representante do Departamento de Rendas Internas — Senador Atílio Fontana — Reunião Secreta.

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1968 — Modifica o Decreto-lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre os depósitos bancários do Sesi, Sesc, Senac, Senai e das entidades sindicais — Senador Carlos Lindenberg — Contrário, aprovado em 24.4.68.

Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1960 — Dispõe sobre a execução do Plano de Contenção de Despesas — Senador Antônio Carlos — Por audiência da Comissão de Justiça, aprovado em 24.4.68.

DISTRIBUIÇÃO

Em 24.4.68

Ao Senador Antônio Carlos:
Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1960 — Dispõe sobre a execução do Plano de Contenção de Despesas.

RESUMO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões ordinárias 2
Reuniões secretas 1
Projetos distribuídos 1
Projetos relatados 3
Brasília, 30 de abril de 1968. —
Claudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE

AO MÊS DE ABRIL DE 1968

Presidente: Senador Menezes Pimentel.
Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa.

PARECERES PROFERIDOS

Nº e Ementa — Relator — Conclusão
Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1968 — Estabelece normas para aproveitamento obrigatório de candidatos a Cursos Superiores, de acordo com o número de vagas, e dá outras providências. Senador Mem de Sá. Contrário, aprovado em 25.4.68.

Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1968. Assegura inscrição nos concursos de habilitação para ingresso nos cursos de ensino superior aos graduados em escolas normais. Senador Mem de Sá. Por audiência ao Conselho Federal de Educação, aprovado em 25.4.68.

DISTRIBUIÇÃO

Em 24.4.68

Ao Senador Mem de Sá

Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1968 — Assegura inscrição nos concursos de habilitação para ingresso nos cursos de ensino superior aos graduados em escolas normais.

RESUMO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões ordinárias 1
Projetos relatados 2
Projetos distribuídos 1
Ofícios recebidos 1
Brasília, 30 de abril de 1968. —
Claudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIMENTAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E DE POVOAMENTO.

RELATÓRIO CORRESPONDENTE

AO MÊS DE ABRIL DE 1968

Presidente: Senador Antônio Carlos.
Secretário: Maria Helena Bueno Brandão.

PARECERES PROFERIDOS

Nº e Ementa — Relator — Conclusão
Ofício S-4-68 do Gov. do Estado de São Paulo solicitando autorização para firmar convênio com o BID no sentido de obrigar-se a subscrever, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, ações nos aumentos de capitais das Centrais Elétricas de São Paulo S. A. — CESP, até o montante de NCr\$ 226.800.000,00, destinados à execução de obras e serviços relativos à construção da Usina Hidroelétrica de Ilha Solteira. Senador Adalberto Senna. Aprovado parecer favorável ao Projeto de Resolução da Comissão de Finanças.

(4-4-68).
Ofício S-5-68 do Prefeito Mun. da Cidade de São Paulo, solicitando autorização para financiamento externo com o consórcio Hecktief Aktiengesellschaft fur Hoch- und Tiefbauten, vorm. Gerb. Helfmann, estabelecida em Essen (Rep. Fed. da Alemanha) — Montreal Empreendimentos S. A., com sede no Estado da Guanabara, Brasil, Deutsche Eisenbahn Consulting, Brasil diglo GM. Bb com sede em Frankfurt, Main, Rep. Fed. da Alemanha, para a elaboração do estudo econômico-financeiro e do projeto de engenharia Metrô, para a execução dos projetos construtivos da linha Norte-Sul do referido Metrô. Senador Paulo Torres.

Aprovado parecer favorável ao projeto de Resolução da Comissão de Finanças. (16-4-62).

DISTRIBUIÇÃO

Em 4-4-68

Ao Senador Adalberto Senna:

Ofício S-4-68 do Gov. do Estado de São Paulo, solicitando autorização para firmar convênio com o BID, no sentido de obrigar-se a subscrever, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, ações nos aumentos de capital das Centrais Elétricas de São Paulo S. A. — CESP, até o montante de NCr\$ 226.800.000,00, destinados à execução de obras e serviços relativos à construção da Usina Hidroelétrica de Ilha Solteira.

Em 16-4-68

Ao Senador Paulo Torres:

Ofício S-5-68 do Prefeito Municipal da cidade de São Paulo solicitando autorização para contrair financiamento externo para a construção do Metrô.

Em 29-4-68

Ao Senador Paulo Torres:

Projeto Decreto Legislativo nº 23-68 — Aprova o Acordo sobre a prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro a 30 de novembro de 1965.

RESUMO

Reuniões:
Ordinária 2
Extraordinária 2
Projetos Relatados 2
Projetos Distribuídos 3
Brasília, 30 de abril de 1968. —
Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo PL-5, Secretária da Comissão dos Estados para Alienação e Concessão de Terras Públicas e de Povoamento.

COMISSÃO DE FINANÇAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE

AO MÊS DE ABRIL DE 1968

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo
Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator —
Conclusão

Ofício nº S-4, de 1968, do Governador do Estado de São Paulo, solicitando autorização para firmar convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no sentido de obrigar-se a subscrever, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, ações nos aumentos de capital das Centrais Elétricas de São Paulo S. A. — CESP, até o montante de NCr\$ 226.800.000,00, destinados à execução de obras e serviços relativos à construção da Usina Hidroelétrica de Ilha Solteira. — Senador Fernando Corrêa — Parecer favorável, concluindo por Projeto de Resolução. Aprovado em 3.4.68.

Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1966, que determina a aplicação da correção Monetária a créditos objetos de ação judicial, e dá outras providências. — Senador Mem de Sá — Parecer favorável, aprovado em 3.4.68.

Ofício S. Nº, do Sr. Prefeito Municipal da cidade de São Paulo, solicitando autorização para financiamento externo com o consórcio Hochtief Aktiengesellschaft fur Hoch- und Tiefbauten, vorm. Gerb. Helfmann, estabelecida em Essen (Rep. Fed. da Alemanha) — Montreal Empreendimentos S. A., com sede no Estado da Guanabara, Brasil — Deutsch Eisenbahn Consulting G.M.Gh. com sede em Frankfurt/Main, República Fed. da Alemanha, para a elaboração do Estudo Econômico-Financeiro e do Pré-Projeto de Engenharia, no valor global estimado de DM-12.280.000 (doze milhões, duzentos e oitenta mil Deutsche Mark). — Senador Mem de Sá — Parecer favorável, aprovado em 8.4.68.

Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 1952, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma agência telegráfica no município de Ipameri, Estado de Goiás, uma agência postal telegráfica em Ivorá, distrito de Júlio Castilhos, uma agência telegráfica em Nova Esperança, município de Jaguari e uma agência postal em Arambaré, Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul. — Senador Mem de Sá — Aprovado em 17.4.68.

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1968, autoriza a reversão de uma área de terra na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, à Prefeitura Municipal da mesma localidade. — Senador Pessoa de Queiroz — Parecer favorável, aprovado em 17.4.68.

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1968, que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União a fim de ser mantida a emissão de Letras do Tesouro, Série "D", ao portador, no montante de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos). — Senador Manoel Villaga — Parecer favorável ao Projeto e contrário ao substitutivo da CCJ. Aprovado pela Comissão em 17.4.68.

Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1968, reajusta os vencimentos dos funcionários das Secretarias da Justiça do Trabalho. — Senador Mello Braga — Parecer favorável, aprovado em 17.4.68.

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1968, reajusta os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos. — Senador José Leite — Parecer favorável, aprovado em 17.4.68.

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1968, reajusta os vencimentos dos servidores da Justiça Pública. — Sena-

dor José Leite — Parecer favorável, aprovado em 17.4.68.

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1968, dá nova redação ao art. 2º e seu parágrafo único do Decreto-lei número 300, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as penalidades pela falta de pagamento da contribuição sindical rural. — Senador Fernando Corrêa — Parecer favorável, com emenda, aprovado em 17.4.63.

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1963, dispõe sobre as atividades da indústria farmacêutica e da outras providências. — Senador Mem de Sá — Parecer contrário ao Projeto e ao substitutivo da CCJ. Aprovado pela Comissão em 17.4.68.

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1968, reajusta a pensão especial concedida a Nicolau Janro, ex-extranumerário-diarista do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. — Senador Pessoa de Queiroz — Parecer favorável, aprovado em 24.5.68.

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1968, dispõe sobre a aplicação aos Estados e Municípios das normas relativas às licitações previstas no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1957, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, e dá outras providências. — Senador Pessoa de Queiroz — Parecer favorável, aprovado em 24.5.68.

Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1968, dispõe sobre a aposentadoria do servidor público de conformidade com o art. 177, § 1º, da Constituição Federal. — Senador Pessoa de Queiroz — Parecer favorável, aprovado em 24.5.68.

Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1961, altera a Legislação do Imposto de Renda. — Senador Pessoa de Queiroz — Parecer contrário, aprovado em 25.5.68.

Aviso Nº BSB Nº 219-67 do Ministério do Interior — Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — encaminha cópia do Balanço Geral da SUDENE, referente ao exercício de 1963 e três vias do Balanço Analítico do movimento financeiro e execução orçamentária, do primeiro semestre do corrente exercício. Senador José Leite. Parecer pelo arquivamento aprovado em 34.5.68.

Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1968 altera o art. 31 e dá nova redação ao art. 32, e seu § 1º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social). Senador José Leite. Parecer favorável, aprovado em 25.4.68.

Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968 que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1968-1970, referente aos seguintes programas: Política Exterior. Senador Pessoa de Queiroz. Parecer favorável, aprovado em 26.4.68.

Defesa e Segurança. Senador Oscar Passos. Parecer favorável ao Projeto e contrário as emendas, aprovado em 26.4.68.

Assistência e Previdência. Senador Bezerra Neto. Parecer favorável, aprovado em 29.4.68.

Comunicações. Senador Fernando Corrêa. Parecer favorável ao Projeto e as emendas. Aprovado em 29.4.68. Planejamento Urbano e Habitação. Senador Arthur Vigilio. Parecer favorável, aprovado em 30.4.68.

Recursos Naturais. Senador Mem de Sá. Parecer favorável, com emendas, aprovado em 30.4.68.

Saúde e Saneamento. Senador Manoel Villaga. Parecer favorável, com emendas, aprovado em 30.4.68.

Transporte. Senador José Leite. Parecer favorável, com emendas, aprovado em 30.4.68.

Colonização e Reforma Agrária. Senador João Cleofas. Parecer favorável, aprovado em 30.4.68.

Educação. Senador Manoel Villaga. Parecer favorável, com emendas, apro-

vado em 30.4.68.

Comissão de Finanças, em 30.4.68 —
Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário.

SÍNTESE

Do relatório do mês de abril de 1968

Reuniões realizadas	10
Pareceres proferidos	29
Projetos apresentados	2
Ofícios expedidos	3
Ofícios recebidos	5
Emendas apresentadas	353

Cordialmente, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE ABRIL DE 1968

Presidente: Senador Attilio Fontana
Secretário: Maria Helena Bueno Brandão.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto Lei Senado Nº 36/67 — Fixa o horário de funcionamento do comércio nas superquadras do Plano Piloto, Distrito Federal. Senador Mello Braga. Aprovado parecer favorável às emendas e à subemenda da CCJ. (17.4.68).

DISTRIBUIÇÃO

Ao Senador Mello Braga:
Em 15.4.68

Projeto Lei Senado Nº 36/67 — Fixa o horário de funcionamento do comércio nas superquadras do Plano Piloto, Distrito Federal.

RESUMO

Reuniões:

Ordinária	1
Extraordinária	1
Projeto relatado	1
Projeto distribuído	1

Brasília, 20 de abril de 1968 — Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo PL-5, Secretária da Comissão de Indústria e Comércio.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE ABRIL DE 1968

Presidente: Senador Petrólio Portela.

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

P.L.C. Nº 27, de 1968 — Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 9º do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S.A. e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio. Relatado em 18 de abril. Parecer favorável, com emenda de nº 1 CLS. Aprovado.

P.L.C. Nº 35, de 1968 — Modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências. Senador José R. Leite. Relatado em 24 de abril. Parecer às 18 emendas de Plenário. Aprovado.

PROJETOS DISTRIBUÍDOS

P.L.S. Nº 18, de 1968 — Aplica aos empregados de estações do interior, cujo serviço for de natureza intermitente ou de pouca intensidade, os preceitos gerais sobre duração do trabalho, alterando a redação do art. 243, da Consolidação das Leis do

Trabalho. Senador José R. Leite. Distribuído em 17 de abril.

P.L.C. Nº 52, de 1968 — Dispõe sobre a profissão de leiloeiro público. Senador Josaphat Marinho. Distribuído em 24 de abril.

P.L.S. Nº 28, de 1968 — Estabelece limitações ao reajustamento dos aluguéis residenciais e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio. Distribuído em 24 de abril.

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA C.L.S.

Reuniões realizadas: 2 (duas).
Projetos relatados: 2 (dois).
Projetos distribuídos: 3 (três).
Diretoria das Comissões, em 30 de abril de 1968. — Cláudio I. C. Leal Neto, Secretário da C.L.S.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE ABRIL DE 1968

Presidente: Senador Wilson Gonçalves.
Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Lei da Câmara nº 23-68 — Que regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. Senador Aurélio Vianna. Parecer favorável com três emendas. Aprovado. Em 4.4.68.

Projeto de Lei da Câmara nº 34 de 1968. Dispõe sobre a forma de apresentação dos símbolos nacionais e dá outras providências. Senador Paulo Torres. Parecer favorável com vinte e seis emendas. Aprovado, tendo o Senador José Eurímio votado com restrições quanto à posição da Estrada Epsilon na Bandeira Nacional. Em 18.4.68. Parecer favorável ao Projeto e à emenda da Comissão de Legislação Social. Aprovado. Em 18 de abril de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 32 de 1968. Altera o artigo 31 e dá nova redação ao artigo 32 e seu parágrafo primeiro da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social). Senador José Leite. Parecer favorável. Aprovado. Em 18.4.68.

Projeto de Lei da C-mara nº 23 de 1968. Dá nova redação às alíneas "c" e "d" do artigo 4º do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Senador Mário Martins. Parecer favorável, nos termos de substitutivo. Aprovado. Em 23.4 de 1968.

DEPOIMENTO

Compareceu perante a Comissão de Projetos do Executivo o Senhor Capitão de Mar e Guerra Paulo de Castro Moreira da Silva, Diretor do Instituto de Pesquisas da Marinha, para prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1968, que dá nova redação às alíneas "c" e "e" do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1968, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências, no dia 18 de abril de 1968, às quinze horas.

SÍNTESE

Reuniões realizadas — 4 (quatro).
Projetos Relatados — 5 (cinco).
Projetos Distribuídos — 6 (seis).
Emendas Apresentadas — 29 (vinte e nove).
Substitutivos Apresentados — 1 (um).

Comparecimento de Autoridades — 1 (um).
Brasília, em 30 de abril de 1968. — Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Secretário.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE ABRIL DE 1968

Presidente: Senador José Feliciano
Secretário: Beatriz Brandão Guerra

Pareceres Proferidos

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PR 21-67, que autoriza o Governo do Estado do Piauí a firmar contrato com a firma Deutsche Export-und Importgesellschaft Reinmechanik — Optik, m. b. H., com sede em Berlim, República Democrática Alemã. — Redação Final — Senador Lobão da Silveira — Aprovado em 2 de abril de 1968.

PLS 22-68 (DF), que autoriza a Prefeitura do Distrito Federal e a Fundação Zoológica do Distrito Federal a celebrarem contrato de financiamento. (Redação Final). — Senador Lobão da Silveira — Aprovado em 2 de abril de 1968.

PR 22-68, que suspende a execução do art. 5 do Decreto-lei nº 322, de 7 de abril de 1967. (Redação Final). — Senador Nogueira da Gama — Aprovado em 2.4.68.

PLC 14-68 (nº 845-B-67, na Câmara), que dispõe sobre medidas financeiras referentes à arrecadação da Dívida Ativa da União, juros de mora nos débitos para com a Fazenda Nacional e dá outras providências (redação final das emendas do Senado). — Senador Lobão da Silveira — Aprovado em 4.4.68.

PLC 33-68 (nº 975-B-68, na Câmara), que concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos importados pela Companhia Estadual de Telefones da Guanabara — CETEL (redação final). — Senador Lobão da Silveira — Aprovado em 4.4.68.

RDL 15-68 (nº 67-A-68, na Câmara), que aprova o texto do Decreto-lei nº 351, de 7 de fevereiro de 1968, que dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 111, de 24 de janeiro de 1967 (redação final). — Senador Lobão da Silveira — Aprovado em 4 de abril de 1968.

PLC 18-68 (nº 955-C-68, na Câmara), que dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 21 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966 (redação do vencido, para turno suplementar do Substitutivo do Senado). — Senador Alvaro Maia — Aprovado em 19.4.68.

PLC 34-68 (nº 250-B-67, na Câmara), que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências (redação final das emendas do Senado). — Senador Alvaro Maia — Aprovado em 19 de abril de 1968.

PLC 21-68 (nº 960-B-68, na Câmara), que regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. (redação final das emendas do Senado). — Senador Alvaro Maia — Aprovado em 19.4.68.

PR 28-67, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a firmar convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (redação final). — Senador Alvaro Maia — Aprovado em 19 de abril de 1968.

PLC 30-68 (nº 987-B-68, na Câmara), que acrescenta dispositivo ao artigo 209 da Consolidação das Leis do Trabalho e à Lei nº 2.573, de 15 de agosto de 1955, que dispõem sobre periculação para caracterização e classificação de insalubridade e periculosidade (redação final). — Senador Alvaro Maia — Aprovado em 19.4.68.

PLC 27-68 (nº 969-B-68 na Câmara), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 9º do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S. A. e dá outras providências (redação final da emenda do Senado). — Senador Al-

varo Maia — Aprovado em 23 de abril de 1968.

PLS 75-67, que dispõe sobre os trabalhos de vigilância em navios e outras providências (redação final). — Senador Alvaro Maia — Aprovado em 24.4.68.

PLC 23-68 (nº 962-B-68, na Câmara), que altera o art. 4º do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências (redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado). — Senador Alvaro Maia — Aprovado em 24.4.68.

PLS 47-67, que dispõe sobre a lavoura, o cultivo e a preservação de espécies botânicas Região Amazônica, e dá outras providências (redação do vencido, para 2º turno, Substitutivo). — Senador Alvaro Maia — Aprovado em 24.4.68.

PLS 5-68, que estende a os dependentes do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito assegurado pelo art. 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 (redação final). — Senador Alvaro Maia — Aprovado em 24 de abril de 1968.

PR 31-68, que autoriza a Prefeitura da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a realizar contrato aditivo de financiamento para a execução de tarefas relacionadas com a elaboração do Estudo Econômico-Financeiro do Pré-Projeto de Engenharia Metrópoli daquela Capital, bem como realizar um novo contrato para execução dos projetos construtivos da linha Norte-Sul do referido Metrô (redação final). — Senador Alvaro Maia — Aprovado em 25.4.68.

PLC 32-68 (nº 973-B-68, na Câmara), que altera o art. 31 e dá nova redação ao art. 32 e seu parágrafo 1º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) (redação final da emenda do Senado). — Senador Mancel Villalobos — Aprovado em 25.4.68.

PLC 41-68 (nº 1.042-B-68, na Câmara), que altera a Lei nº 5.258, de 4 de abril de 1967, que dispõe sobre multas aplicáveis aos menores de idade na prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências (redação final das emendas do Senado). — Senador Nogueira da Gama — Aprovado em 29 de abril de 1968.

PLC 35-68 (nº 973-B-68, na Câmara), que modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências (redação final das emendas do Senado). — Senador Nogueira da Gama — Aprovado em 29.4.68.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões Ordinárias — 2
Reuniões Extraordinárias — 8
Projetos Distribuídos — 20
Projetos Relatados — 29

Em 30 de abril de 1968. — Beatriz Brandão Guerra, Secretária.

COMISSÃO DE SAÚDE

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE ABRIL DE 1968

Presidente: Senador Sigefredo Chato.

Secretário: Marcus Vinicius G. Mart Gontz.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1968. Que "altera dispositivos da Delegada nº 10, na parte referente à Policlínica dos Pescadores, e Lei nº 1.707, de 23 de outubro de 1952, que dispõe sobre a situação perante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, dos armadores de pesca e empregados em atividades conexas com a indústria de pesca". Senador Fernando Corrêa

Parecer solicitando audiência prévia. Comissão de Constituição e Justiça. Aprovado em 25.4.68.

SÍNTESE

Do relatório do mês de abril de 1968.

Reuniões realizadas — 1.

Pareceres proferidos — 1.

Projetos apresentados — 1.

Cordialmente. — Marcus Vinicius Coutart Gonzaga, Secretário.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE ABRIL DE 1968

Presidente: Senador Paulo Tórrès.

Secretário: Mário Nelson Duarte.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Requerimento nº 1.126-67, de inscrição nos anais do Senado Federal do Editorial do "Correio da

Manhã", subordinado ao título "Desafio Amazônico", publicado na Edição de 25 de novembro de 1967. Senador Oscar Passos. Aprovado. Em 25.4.68.

Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1967, que dá ao edifício do Ministério das Relações Exteriores na Capital da República a denominação de "Palácio dos Arcos". Senador José Cândido. Aprovado. Em 25.4.68.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reunião Ordinária — 1.

Pareceres Proferidos — 2.

Pareceres Aprovados — 2.

Secretaria da Comissão, em 30 de abril de 1968. — Mário Nelson Duarte, Secretário.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE ABRIL DE 1968

Presidente: Senador Eurico Rezende.

Secretário: José Ney Passos Dantas.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Lei da Câmara número 36-68 que reclassifica, no símbolo 5-C, os cargos em comissão de Diretores das Escolas Técnicas e Industriais Federais da Rede Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura — Senador Paulo Tórrès — Parecer favorável, aprovado. Em 3-4-68.

Projeto de Lei do Senado número 6-68 que dispõe sobre a aposentadoria do servidor público de conformidade com o art. 177, § 1º da Constituição do Brasil — Senador José Guimard — Parecer favorável, aprovado em 16 de abril de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 49-68 que reajusta os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos — Senador Paulo Tórrès — Parecer favorável, aprovado em 16.4.68.

Projeto de Lei da Câmara número 50-68 que reajusta os vencimentos dos

servidores da Justiça Militar — Senador Paulo Tórrès — Parecer favorável em 16.4.68.

Projeto de Lei da Câmara número 48 de 1968 que reajusta os vencimentos dos funcionários das Secretarias da Justiça e Trabalho — Senador — Paulo Tórrès — Parecer favorável, aprovado em 16.4.68.

Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1968 que reajusta os vencimentos dos funcionários das Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais — Senador Paulo Tórrès — Parecer favorável, aprovado, em 16.4.68.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas — 2

Projetos relatados — 6

Ofícios expedidos — 2

Ofícios recebidos — 1

Comissão de Serviço Público Civil 30 de abril de 1968 — José Ney Passos Dantas, Secretário.

M E S A

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Lido Víco (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victório Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondim (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portela (PI)

Manoel Villaga (RN)

Antônio Carlos SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES

Arnon de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

SUPLENTE

José Leite
 José Guimard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho

José Ermirio
 Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

SUPLENTE

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermirio
 Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC.

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES

Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

SUPLENTE

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Pessoa de Queiroz
 Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

SUPLENTE

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasate
 Clodomir Millet

Avaro Maia
 Lobão da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnon de Mello
 João Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brancão — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abraham

Vice-Presidente: João Leite

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portela
 Atílio Fontana
 João Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villaga
 Wilson Gonçalves

Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abraham
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcant Melo Junior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

SUPLENTE

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 João Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

SUPLENTE

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Avaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Antônio Carlos
Alvaro Maia
Saracate
Princade
Melo
Feliciano
Cleofas
Torres

José Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga

MDB

Virgílio
Carneiro
Abraham

Adalberto Senna
Antônio Balbino
José Ermirio

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Saracate

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Saracate
Cleofas
de Sa
Leite
Maciel
Villaga
Millet
Franco
Pacneco
Pinto
Correa
Leite

Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Príncipe
Antônio Carlos
Eduardo Valladares
Mello Braga
Paulo Torres

MDB

Figueiredo
Neto
de Queiroz
Virgílio
Ermirio

Oscar Passos
Josaphat Marinho
João Abraham
Aurélio Vianna
Ferreira da Gama

Secretaria: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Fontana
Franco
Gondim
Cleofas
Vilela

Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Melo Braga

MDB

Balbino
Ferreira da Gama

Ruy Carneiro
Bozerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Portela
Gondim
Fontana
Braga
Leite

Celso Ramos
Milton Príncipe
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho

MDB

Virgílio
Marinho

João Abraham
Argemiro de Figueiredo

Secretaria: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondir

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Domicio Gondir
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Vilela

MDB

Josaphat Marinho
José Ermirio

Sebastião Archer
Oscar Passos

Secretaria: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Melo
Duarte Filho
Menezes Pimentel

Teotônio Vilela
José Leite
Domicio Gondim
Paulo Saracate
Leandro Maciel

MDB

Rui Carneiro
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
Adalberto Senna

Secretaria: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sa
Eurico Rezende
Paulo Saracate
Carvalho Pinto

José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

MDB

José Ermirio
Aurélio Vianna
Marins

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Ramundo Levy

Secretaria: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira

Filinto Müller
Mem de Sa
Duarte Filho
Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama

Ramundo Levy

Secretaria: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES
Benedicto Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Fernando de Azevedo
Arnon de Mello
José Cândido

SUPLENTE
Wilson Gonçalves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Teotônio Villela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz
Mario Martins
Aurélio Vianna
Oscar Passos

Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA

TITULARES
Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga
Clodomir Millet

SUPLENTE
Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Adalberto Senna
Sebastião Archer

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA

TITULARES
Paulo Tórres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE
Filinto Müller
Atílio Fontana
Domício Gondim
Manoel Villaga
Lobão da Silveira

MDB

Oscar Passos
Mario Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quarta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Mello

ARENA

TITULARES
Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Tórres
José Guimard

SUPLENTE
José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petrônio Portela
Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA

TITULARES
José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Domício Gondim
João Cleofas

SUPLENTE
Paulo Tórres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quarta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA

TITULARES
José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia
Milton Trindade

SUPLENTE
Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Senna
Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quarta-feira, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.